



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

**OS LIMITES DA LINGUAGEM E O TRABALHO DA FILOSOFIA
NO *TRACTATUS* DE WITTGENSTEIN**

Eline Salume Xavier Nossa

SALVADOR
2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Eline Salume Xavier Nossa

**OS LIMITES DA LINGUAGEM E O TRABALHO DA FILOSOFIA
NO *TRACTATUS* DE WITTGENSTEIN**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal da Bahia, sob orientação do Prof. João Carlos Salles Pires da Silva, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

SALVADOR
2014

Nossa, Eline Salume Xavier
N987 Os limites da linguagem e o trabalho da filosofia no *tractatus*
de Wittgenstein --2014.
90 f. :il.

Orientador: Prof^o.Dr^o. João Carlos Salles Pires da Silva
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia.
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2014.

1. Filosofia alemã. 2. Lógica. 3. Ética . 4. Positivismo lógico.
5. Círculo de Viena. I. Silva, João Carlos Salles Pires da.
II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 146.42

Termo de Aprovação

Eline Salume Xavier Nossa

OS LIMITES DA LINGUAGEM E O TRABALHO DA FILOSOFIA NO *TRACTATUS* DE WITTGENSTEIN

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal da Bahia, sob orientação do Prof. João Carlos Salles Pires da Silva, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela comissão julgadora em ___/___/____.

Banca examinadora:

Prof. Dr. João Carlos Salles Pires da Silva (UFBA - Orientador)

Prof. Dr. Rafael Lopes Azize (UFBA)

Prof. Dr. Valério Hillesheim (UNEB)

SALVADOR
2014

A Serafim, Gabriel, Rafael e Ariel – meus anjos

Agradecimentos

Agradeço a *Serafim*, meu esposo, pelo incentivo, por me impulsionar nesta caminhada, por ser meu braço direito em todos os momentos, por sermos, em tudo, uma equipe, um só;

Agradeço a chegada de nosso terceiro filho, *Ariel*, que reforçou, em mim, o olhar contemplativo a tudo e a todos;

Agradeço aos meus filhos *Gabriel* e *Rafael* por me darem ciência das minhas imperfeições e instigarem, em mim, uma constante busca por reflexões de toda natureza;

Agradeço a minha mãe, *Nur*, e sogra, *Elda*, pelo acolhimento dado aos meus filhos sem o qual seria difícil a manutenção de um maior envolvimento com os estudos;

Agradeço ao *Grupo de Estudo e Pesquisa Empirismo, Fenomenologia e Gramática*, lugar onde encontrei, antes de tudo, o aprendizado de uma postura ética diante da produção do conhecimento;

Agradeço a *CAPES* pelo apoio à minha pesquisa mediante a concessão de uma bolsa de estudos;

Agradeço ao *Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal da Bahia* pelo apoio concedido à minha pesquisa, mediante os esforços de sua Coordenação e Secretaria;

Por fim, agradeço ao meu orientador, *João Carlos*, por acreditar na continuidade da minha caminhada em meio aos desafios impostos. Seu exemplo como professor e, sobretudo, como ser humano nos estimula e encoraja.

“Nada lhe posso dar que já não exista em
você mesmo. Não posso abrir-lhe outro
mundo de imagens, além daquele que há
em sua própria alma. Nada lhe posso dar
a não ser a oportunidade, o impulso, a
chave. Eu o ajudarei a tornar visível o
seu próprio mundo, e isso é tudo”.

Hermann Hesse

Sumário

Introdução	13
Capítulo I: <i>O trabalho da filosofia no Tractatus Logico-Philosophicus</i>	18
1.1 Considerações iniciais	18
1.2 O trabalho da filosofia no <i>Tractatus</i>	21
1.3 O estatuto das proposições tractatianas	29
1.4 A noção de sentido proposicional	35
1.5 Considerações finais	42
Capítulo II: <i>A leitura verificacionista do Tractatus</i>	43
2.1 Considerações iniciais	43
2.2 Algumas considerações sobre a leitura verificacionista do <i>Tractatus</i>	46
2.3 O verificacionismo de Moritz Schlick	50
2.4 O verificacionismo de Alfred J. Ayer	55
2.5 A crítica de Carnap ao princípio da verificabilidade	65
2.6 Considerações finais	68
Capítulo III: <i>Wittgenstein e o verificacionismo: aproximações e distanciamentos</i>	69
3.1 Considerações iniciais	69
3.2 A “fase verificacionista” de Wittgenstein	70
3.3 A questão dos valores: Wittgenstein e o Círculo de Viena	74
3.4 Considerações finais	85
Conclusão	87
Referências	91

Resumo

Recebido com entusiasmo pelo Círculo de Viena, o *Tractatus Logico-Philosophicus* de Ludwig Wittgenstein inspiraria toda a uma geração de filósofos e cientistas que passariam a adotá-lo enquanto obra de referência para a *Virada linguística*. O vigor desta recepção, registrado sobretudo no manifesto *A concepção científica do mundo: o Círculo de Viena*, estimularia uma interpretação do *Tractatus* como alicerce teórico para a construção de uma forte crítica aos propósitos da metafísica, também para a consolidação dos fundamentos da verificabilidade. Embora tenha se sagrado exitosa em estabelecer um cenário diversificado de investigação sobre lógica e significação, tendo como uma de suas bases mais fundamentais a análise lógica do sentido proposicional proposta pelo *Tractatus*, esta tradição de leitura por vezes teria sido alvo de duras críticas da parte Wittgenstein. Reagindo contra a interpretação verificacionista dos fundamentos de sua filosofia; e insatisfeito com a idéia de que fosse considerado um filósofo que partilharia dos interesses que motivariam o positivismo lógico, Wittgenstein adotaria uma postura de reclusão e de pouca predisposição ao diálogo com os membros do Círculo de Viena. Para Wittgenstein, o positivismo lógico deixaria de dar valor àquilo que ele próprio julgaria como o propósito fundamental da filosofia, algo que não somente daria sentido ao *Tractatus* como seria, afinal, o sentido da vida. Nesta perspectiva, as considerações sobre a ética e o místico do *Tractatus*, longe de nada contribuírem para a correta compreensão da filosofia tractatiana – como acreditariam alguns adeptos do positivismo lógico –, assumir-se-iam as bases que sustentariam a dimensão mais importante da filosofia de Wittgenstein; dimensão que recobriria não só o *Tractatus*, mas também a sua contraparte não escrita e fundamentalmente a mais importante – como teria dito em carta a von Ficker. Com efeito, esta nossa dissertação pretende analisar a tensão estabelecida entre a interpretação verificacionista do *Tractatus* e as reais pretensões filosóficas de Wittgenstein, como tentativa de, por um lado, estabelecer um quadro de aproximações e distanciamentos teóricos entre estas duas posições; por outro, flagrar as possíveis razões da insatisfação de Wittgenstein frente aos rumos assumidos pelo verificacionismo. Nessa medida, acreditamos que, ao fim deste nosso trabalho, poderemos indicar

algumas destas razões ao tempo que, para tanto, também estabeleceremos a própria perspectiva de Wittgenstein sobre a sua filosofia.

Palavras-chave: *Tractatus Logico-Philosophicus*. Lógica. Ética. Verificabilidade. Positivismo Lógico. Círculo de Viena.

Abstract

Enthusiastically received by the Vienna's Circle, the *Tractatus Logico-Philosophicus* of Ludwig Wittgenstein inspired the whole generation of philosophers and scientists who would adopt it as a referenced title for the *Linguistic Turn*. The value of that reception, registered overcoat in the manifest *The Scientific Conception of the World: The Vienna Circle*, stimulated one interpretation of the *Tractatus* as a theoretical basement for the construction of a strong criticism to metaphysics purposes, also to consolidate the fundamentals of verifiability. Although it has become successful in establishing a diversified scenario of investigation about logic and signification, having the logical analysis of the propositional meaning purposed by *Tractatus* as one of its more important bases, this tradition of reading sometimes has been the target to harsh criticism from the Wittgenstein part. Reacting against the verificacionist interpretation of the fundamentals of his philosophy and unsatisfied with the idea that he would be considered one philosopher who agreed with the interests that motivated the logical positivism, Wittgenstein adopted one posture of reclusion and lack of willingness to talk with the members of the Vienna Circle. For Wittgenstein, the logical positivism would stop giving value to what it itself would judge as a fundamental purpose of philosophy, something that would not only sense the *Tractatus* as it would be, after all, the meaning of life. In this perspective, the considerations about ethics and the mystical of *Tractatus*, contrary to contribute nothing to the correct comprehension of the tractatiana philosophy – as some adherents of the logical positivism would believe – they would, in truth, take on the bases that would support the most important dimension of the Wittgenstein's philosophy; dimension that not only would recover the *Tractatus* as also its counterpart unwritten and fundamentally the most important – as would have say it in a letter to von Ficker. With effect, our dissertation intends to analyze the tension between the verificacionist interpretation of *Tractatus* and the real philosophical pretensions of Wittgenstein, by one side, as a tentative to establish theoretical approaches and gaps between these two positions; and on the other to catch possible reasons for Wittgenstein non-satisfaction in front of the directions of verificacionism. Thereby, we believe that in the end of our essay, we'd indicate some of these reasons by

the time, therefore, we'll also set a proper perspective of Wittgenstein on his philosophy.

Keywords: *Tractatus Logico-Philosophicus*. Logic. Ethics. Verifiability. Logical Positivism. Vienna Circle.

Introdução

De modo geral, podemos identificar duas grandes tradições de leitura do *Tractatus Logico-Philosophicus* de Ludwig Wittgenstein. A primeira, que chamamos de leitura verificacionista do *Tractatus*, seria aquela usualmente identificada com o Círculo de Viena, caracterizada de forma marcante pelo viés antimetafísico e cientificista de suas idéias. No âmbito desta recepção, o *Tractatus* seria elevado à condição signo maior de uma mudança radical de compreensão da natureza da filosofia, ao reconhecer os problemas filosóficos como resultado do “mau entendimento da lógica de nossa linguagem”.¹ Para o Círculo de Viena, o *Tractatus* deflagraria, assim, uma virada histórica nos rumos da filosofia ao propor um método através do qual se poderia identificar e definitivamente afastar do discurso significativo a produção de sentenças mal-formadas, ou seja, enunciados carentes de sentido.

Desse modo, o método de análise lógica do sentido proposicional, proposto no *Tractatus*, seguiria como o grande alicerce teórico sobre o qual seria desenvolvido o *verificacionismo*, reconhecido, neste trabalho, como o *corpus* de investigações que buscariam estabelecer uma natureza lógica para a *verificabilidade*. Rejeitando a metafísica como forma de conhecimento possível, esta tradição teria, via de regra, ignorado o valor das considerações tractatianas acerca dos valores absolutos, sob o argumento de que nada de relevante acrescentariam aos propósitos lógicos da filosofia de Wittgenstein. Para Martínez,² esta tradição de leitura estaria simbolicamente bem representada pela opinião de Bertrand Russell, quando teria confessado o seu desconforto intelectual diante do falatório de Wittgenstein sobre o inefável.

Apesar da possibilidade de se ver reunido em torno de uma pauta filosófica única – a de livrar, definitivamente, o discurso significativo dos embaraços causados pela metafísica –, o Círculo de Viena constituiu-se um conjunto plural de pesquisadores, com interesses

¹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, Prefácio. 131.

² MARTÍNEZ, Horácio L. *Alcance y pertinencia de las lecturas ética del Tractatus de Wittgenstein*, p. 111.

e argumentos diversos, por vezes até divergentes. A recepção do *Tractatus* constituída neste ambiente teórico variado condicionaria, na maioria dos casos, a adesão aos fundamentos da filosofia tractatiana ao descarte de algumas de suas idéias sobre o caráter do trabalho filosófico, a natureza do método de que se deve fazer uso em filosofia e, principalmente, em relação à natureza do místico, do ético e do estético. Esta perspectiva de leitura do *Tractatus*, ao tempo em que prosperou e se viu disseminada, tanto em Viena quanto em outros centros filosóficos importantes, como Cambridge, na Inglaterra, passaria a ser frequentemente criticada por Wittgenstein, que reiteradamente deixaria clara a sua insatisfação em relação ao uso do *Tractatus* como um manual que conteria teses verificacionistas e, conseqüentemente, que ele próprio tenha sido um filósofo com preocupações em tal direção.³

A segunda grande tradição de leitura do *Tractatus* consistiria naquela que chamaremos, doravante, de ética.⁴ Este viés de leitura teria Brian McGuinness, Allan Janik, Stephen Toulmin e Rudolf Haller como alguns de seus intérpretes mais destacados. Tais autores, de modo geral, entenderiam a dimensão mística e ética do *Tractatus* como um resíduo da influência das idéias de Weininger, Tolstói e Schopenhauer, dentre outros; bem como considerariam a análise de fatores sociais, políticos e culturais do contexto da Viena *fin-de-siècle* como aspectos fundamentais para a compreensão do pensamento de Wittgenstein.⁵ Boa parte destas leituras estabelece a ética como um componente essencial para uma interpretação mais completa do *Tractatus*, abordagem que seria mais

³ A tese de que Wittgenstein não tenha sido completamente avesso ao verificacionismo e que, inclusive, tenha, com relativa frequência, expresso enunciados que parecem demonstrar seu interesse pelo tema são relatados por Monk (*Wittgenstein: O dever do gênio*, p. 262-264). Este paradoxo normalmente é interpretado tendo em conta a fase de transição em que Wittgenstein se encontrava entre a publicação do *Tractatus* e as *Investigações Filosóficas* (WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas*. Os pensadores: Wittgenstein. São Paulo: Nova Cultural, 1999). Este período foi chamado de “fase verificacionista” por Monk (*Wittgenstein: O dever do gênio*, p. 258-271), sendo reconhecido como parte da fase intermédia do pensamento wittgensteiniano, antes, portanto, da adoção dos jogos de linguagem como explicação para a regulação do sentido da linguagem, perspectiva sobre a qual nos falaria nas *Investigações*.

⁴ MARTÍNEZ, Horácio L. *Alcance y pertinencia de las lecturas ética del Tractatus de Wittgenstein*, p. 112.

⁵ Ver MARTÍNEZ, Horácio L. *Alcance y pertinencia de las lecturas ética del Tractatus de Wittgenstein*, p. 111.

fiel às reais expectativas de Wittgenstein em relação ao correto entendimento do propósito de sua filosofia.⁶

Com efeito, este nosso trabalho soma-se a esta última tradição de compreensão do *Tractatus*, ao buscar, ao seu modo, estabelecer o ético não só como um componente essencial à economia tractatiana, mas, de forma ainda mais fundamental e abrangente, concebê-lo como o principal objetivo da filosofia do primeiro Wittgenstein. Desse modo, seguimos à risca o que diria Wittgenstein como instrução de leitura do seu primeiro livro, a saber: o objetivo do *Tractatus* é, afinal, ético. Nesse sentido, também nos apoiamos na idéia de que a lógica e a ética se firmariam a condição do mundo, conforme teria estabelecido Wittgenstein em anotação de 24 de julho de 1916.⁷ Esta anotação confirmaria, a nosso ver, em que medida a leitura edificada pelo Círculo de Viena teria resvalado no real intuito do *Tractatus*, sendo possível ainda entender as razões que levariam Wittgenstein a rejeitar a abordagem verificacionista de suas idéias sobre a significação.

Para tanto, no primeiro capítulo deste trabalho, apresentaremos a perspectiva de Wittgenstein sobre o trabalho da filosofia, ressaltando como tal ponto de vista encontraria seu desenho mais adequado na forma como o *Tractatus* teria sido estruturado, sendo uma imbricada e complexa rede de conexões dispostas em vários níveis. Esta rede, ou *móBILE*, segue signo do modo próprio como Wittgenstein pensava a sua filosofia, qual seja, uma ação que levaria gradualmente à clarificação dos pensamentos, mediante um processo de avivamento contínuo do significado do *Tractatus*. Assim, as elucidações, contidas neste livro, cumpririam a tarefa de condução do seu leitor em uma jornada através da estrutura da linguagem, que findaria ao se ter o sentimento de que tanto a jornada quanto a sua própria finalidade seriam, no fundo, dispensáveis.

⁶ MARTÍNEZ, Horácio L. *Alcance y pertinencia de las lecturas ética del Tractatus de Wittgenstein*, p. 111.

⁷ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Cadernos*, p. 114.

Em nosso segundo capítulo, passaremos ao exame da interpretação verificacionista do *Tractatus*, sobretudo através da análise do verificacionismo de Moritz Schlick e Alfred J. Ayer, considerados os grandes responsáveis pelo esquadramento do *princípio da verificabilidade*. Este princípio seria adotado como o grande lema do positivismo lógico, podendo ser expresso da seguinte forma: o significado de uma proposição consiste em seu método de verificação.⁸ Ao proceder tal exame, temos como intuito promover a aproximação – e assim faremos no terceiro e último capítulo deste nosso trabalho – entre a perspectiva de Wittgenstein sobre a tarefa da filosofia, que se veria sedimentada nos aforismos do *Tractatus*, e a leitura verificacionista empreendida pelo Círculo de Viena, em especial, sob o ângulo dos trabalhos de Schlick e Ayer. Com isso, esperamos estabelecer possíveis razões para a insatisfação de Wittgenstein frente aos rumos assumidos pelo verificacionismo lógico, sobretudo em relação ao uso do *Tractatus* como fundamento para a sua filosofia de inclinação cientificista. Acreditamos que boa parte dessas divergências tenha a sua raiz ligada ao modo singular como Wittgenstein concebia o trabalho filosófico, que logo contrastaria com cientificismo que programaticamente pautaria os resultados obtidos pela filosofia do Círculo de Viena, cabendo destacar, dentre tais progressos, o estabelecimento do *princípio da verificabilidade*.

No terceiro e último capítulo, buscaremos destacar os argumentos de Wittgenstein acerca da impossibilidade de que fosse ele próprio um filósofo verificacionista e ainda que, no *Tractatus*, estivesse contida qualquer tese que sustentasse uma teoria do significado. Mesmo dedicando uma maior atenção ao ponto de vista de Wittgenstein sobre as razões de seu desacordo com o positivismo lógico – a sua perspectiva ética do *Tractatus* teria sido uma das causas prováveis de tal divergência –, não deixaremos de indicar a possibilidade de que realmente Wittgenstein tenha bordejado ou mesmo invadido a zona de interesse do verificacionismo. Se, de algum modo, o *Tractatus* serve de fundamento para o verificacionismo, alguns eventos de natureza biográficos permitem ao menos reestimar os resultados desta invasão como produto de uma fase conturbada e de transição do pensamento de Wittgenstein. Desse modo, este seu lado,

⁸ AYER, Alfred J. *El positivismo lógico (Introducción del compilador)*, p. 18.

por assim dizer, “verificacionista” ou, como disse Monk, esta *fase verificacionista* do seu pensamento seria, ao cabo, um resíduo ainda não depurado e dispensado da filosofia tractatiana em que flagraríamos momentaneamente sobreposto às circunstâncias de gênese da sua nova forma de pensar a significação, aquela de que teríamos notícia a partir das *Investigações Filosóficas*.

Por fim, ao contrastarmos esta perspectiva integralista ou ética da filosofia do *Tractatus* com o tipo de leitura em geral realizada pelo Círculo de Viena esperamos razoavelmente compor um panorama de aproximações e distanciamentos entre estas duas abordagens. Ainda que seletiva, decerto que a leitura verificacionista do *Tractatus* logrou êxitos em uma determinada direção, tendo em mente seus próprios interesses teóricos. A dispersão de suas idéias nos grande centros filosóficos, na América e na Europa, no período de pós-guerra – influência que ainda hoje se vê refletida na filosofia da linguagem contemporânea – pode bem ilustrar a medida do seu alcance e importância. Entretanto, esta mesma leitura, como veremos ao longo dos segundo e terceiro capítulo deste trabalho, terminaria por deixar de lado considerações que julgamos essenciais à compreensão do projeto tractatiano, especialmente aquelas voltadas à temática do ético.

Capítulo I

O trabalho da filosofia no Tractatus Logico-Philosophicus

“Os acordos tácitos que permitem
o entendimento da linguagem corrente
são enormemente complicados”.

Wittgenstein

1.1 Considerações iniciais

Este capítulo busca, em primeiro lugar, apresentar a compreensão wittgensteiniana do trabalho da filosofia ao tempo da redação do *Tractatus Logico-Philosophicus*;⁹ e, em segundo lugar, mostrar o quanto a noção tractatiana de sentido proposicional se faz implicação desta perspectiva da tarefa filosófica. Com efeito, estas duas investidas buscam, desde já, dispor certo cenário – ou nosso viés de leitura – onde, nos capítulos seguintes, faremos contrastar a interpretação verificacionista do *Tractatus*, então empreendida pelo Círculo de Viena, sobretudo quando nos moldes propostos por Moritz Schlick em *Sentido e Verificação*¹⁰ e Alfred J. Ayer em *Linguagem, Verdade e Lógica*.¹¹ Com isso, esperamos estabelecer um quadro de aproximações e

⁹ Publicado, inicialmente, em 1921, na revista *Analen der Naturphilosophie*, sob o título *Logisch-Philosophische Abhandlung*, receberia seu título definitivo *Tractatus Logico-Philosophicus*, no ano seguinte, em edição bilingue (alemão-inglês). Para efeito de nosso trabalho, utilizamos a tradução para o português disponível em WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Tradução, apresentação e estudo introdutório de Luiz Henrique Lopes dos Santos. 3ª edição (bilíngüe). São Paulo: EDUSP, 2001.

¹⁰ SCHLICK, Moritz. Meaning and Verification. In: *The Philosophical Review*, vol. XLV, 1936. Para efeito de nosso debate, utilizamos a tradução para o português disponível em SCHLICK, Moritz. *Sentido e Verificação*. Tradução de L. J. Baraúna. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

¹¹ AYER, Alfred J. *Language, Truth and Logic*. London: Victor Gollancz, 1936. Neste trabalho, fizemos uso da tradução para o português disponível em AYER, Alfred J. *Linguagem, Verdade e Lógica*.

distanciamentos entre as bases tractatianas do verificacionismo lógico e as expectativas de Wittgenstein em relação ao acertado entendimento das razões de seu pensamento e que, afinal, o levaram à produção do *Tractatus*.

Para tanto, inicialmente, apresentaremos a idéia de que o *Tractatus* tenha sido projetado como uma espécie de *móbile*; uma estrutura suspensa que possibilitaria avivar, de diferentes pontos de vista, as diversas relações possíveis entre as peças que, em níveis variados, integrariam a composição. Esta condição estrutural privilegiaria, em nossa opinião, um tipo de leitor em particular, aquele que se faz indicado no Prefácio do *Tractatus*, qual seja: aquele que, por si só, teria pensado o que o livro expressa “ou, pelo menos, algo semelhante”.¹² Essa apresentação inicial nos possibilitará ressaltar alguns aspectos do “modo de operação” da filosofia tractatiana, em especial, a importante distinção entre as noções de *dizer* e *mostrar*¹³ que permitiria tanto nos auxiliar na tarefa de pôr em perspectiva o propósito da filosofia para Wittgenstein – “o esclarecimento lógico dos pensamentos”¹⁴ – quanto resolver o impasse acerca de como seria possível termos conhecimento de unidades e estruturas pré-linguísticas, de natureza essencialmente lógica, que se julgaria responsáveis pela isomorfia entre mundo, pensamento e linguagem. Como veremos, tais elementos e arranjos, segundo o

Tradução de Anabela Mirante. Lisboa: Editora Presença, 2001.

¹² WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, p. 133.

¹³ Apesar desta distinção ser objeto de reflexão da Seção 1.3 deste nosso capítulo, desde já, gostaríamos de assinalar, brevemente, em que medida compreendemos estas duas noções. No *Tractatus*, linguagem, mundo e pensamento partilham uma mesma estrutura de caráter lógico. Esta estrutura idêntica se faz resultado do arranjo de objetos em um nível lógico e anterior ao campo da linguagem e da experiência. A ocorrência de tais objetos – talvez o termo mais correto seja *subsistência* (*Tractatus*, 2.024, 2.027, 2.0272, p. 141) –, ligados uns aos outros de certa maneira, determina uma forma que é a *forma lógica* comum à proposição, ao fato e ao pensamento. Para Wittgenstein, sendo esta forma transcendental, pois lógica, ela mesma não pode ser dita, assim como não podem ser ditos ou descritos os objetos que possibilitam, sob certo arranjo, esta estrutura ou *situação* (*Tractatus*, 2.0121, p. 35). De acordo com Wittgenstein, esta forma somente se mostra através da linguagem e pode ser conhecida por meio da análise lógica da proposição que nos propõe o *Tractatus*. Enquanto se pode dizer o conteúdo das proposições, pois estas ocupariam o nível fático da significação, nada poderíamos dizer acerca daquilo que preenche um outro nível da significação, a saber, o *espaço lógico* (*Tractatus*, 1.13, p. 135; 2.11, p. 143; 2.202, p. 145; 3.4 e 3.42, p. 163; 4.463, p. 199). Na Seção 1.3, veremos ainda como esta distinção tem sido considerada fonte de problemas para a aceitação da filosofia do *Tractatus*, sendo por vezes considerada uma distinção ilegítima ou equivocada, artifício que não produziria qualquer efeito para a reflexão da significação e que, sendo o que soaria mais grave, comprometeria a validade das proposições do *Tractatus* na medida em que seus enunciados *diriam* aquilo que somente pode ser *mostrado*.

¹⁴ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 4.112, p. 177.

Tractatus, cumpririam a tarefa de fundação do sentido proposicional e jamais poderiam ser expressas e descritas por meio de uma linguagem em ordem.¹⁵

A esta altura, apresentaremos ainda algumas críticas em relação à legitimidade filosófica da distinção entre *dizer* e *mostrar*, críticas que, inclusive, colocariam em cheque a validade das proposições tractatianas. Embora nos seja patente a validade desta distinção – considerada aqui fundamental para a constituição do modo de operação da filosofia de Wittgenstein¹⁶ –, esta crítica, que se manifestaria por vezes como recriminação, nos ajudaria a demarcar um ambiente de debate que tanto exibiria a convergência de alguns argumentos – por exemplo, a ideia que a filosofia não seria uma disciplina ao lado das ciências¹⁷ – quanto indicaria a existência de claras divergências de posições entre Wittgenstein e alguns membros do Círculo de Viena como Otto Neurath e um de seus principais simpatizantes, Frank Ramsey. Enfatizamos, assim, a importância de se desenhar tal contraste de ideias, uma vez que, neste trabalho, em seu plano mais amplo, temos como propósito o estabelecimento das possíveis razões que causariam as diferenças de perspectiva entre a filosofia do verificacionismo lógico e as preocupações originais do *Tractatus* sob a ótica de Wittgenstein.

Por fim, na última seção deste capítulo, apresentaremos a noção tractatiana de sentido proposicional, destacando seus princípios fundamentais, sobretudo, a ideia de que proposição seria, a rigor, uma espécie de *figuração* ao representar seu sentido.¹⁸

¹⁵ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 4.1212, p. 181.

¹⁶ Esta nossa posição será apresentada no terceiro e último capítulo deste trabalho.

¹⁷ Aqui, temos em mente, além do que nos diria o manifesto *A concepção científica do mundo – o Círculo de Viena* (Ver HAHN, Hans; NEURATH, Otto; CARNAP, Rudolf. *A concepção científica do mundo – o Círculo de Viena*. In: ZILHÃO, António. *Do Círculo de Viena à Filosofia Analítica contemporânea*. Lisboa: Livros de Areia, 2007. Originalmente publicado, em 1929, com o título *Wissenschaftliche Weltauffassung der Wiener Kreis*), o seguinte trecho redigido por Neurath em *Sociologia en fisicalismo*: “*Todos [grifo de Neurath] los representantes de este Círculo [de Viena] están de acuerdo en que la filosofía no existe como disciplina, al lado de las ciencias, con proposiciones específicas*” (AYER, Alfred J. *El positivismo lógico*. México: Fondo de Cultura Económica, 1981, p. 287).

¹⁸ Na Seção 1.4 deste capítulo, a noção de *figuração* será objeto de um exame mais minucioso, o que não nos impede de, aqui, momentaneamente, defini-la. Para Wittgenstein, “a *figuração* é um modelo da realidade” (*Tractatus*, 2.12, p. 143). É modelo na medida em que a *figuração* representa determinado arranjo de objetos no espaço lógico (2.11, p. 143); e a estes objetos “correspondem, na *figuração*, os elementos da *figuração*” (2.13, p.143). Assim, a *figuração* representa determinado fato que contenha a sua forma lógica ou a sua *forma de afiguração* (2.171, p. 145). É desse modo que a proposição se faz figura dos fatos, ao se fazer estrutura idêntica ao fato por ela representado. Esta perspectiva formal da proposição estimula a sua compreensão como uma *imagem* dos fatos: “O termo utilizado por Wittgenstein

Ressaltaremos o modo como tais fundamentos afinam-se em estreito compromisso com a perspectiva geral de Wittgenstein sobre o trabalho da filosofia – a nosso ver, a distinção entre as noções de *dizer* e *mostrar* seria talvez a principal chave para a manutenção deste afinamento. Nesse sentido, a análise lógica da linguagem, levada adiante no *Tractatus*, cumpriria demandas previstas na idéia de que o trabalho filosófico deixaria tudo tal como está, ao tempo em que renunciaria à produção de teses e ao uso de métodos – ao menos, não do modo como as ciências empregariam o termo *método*¹⁹ –, sendo, por fim, uma atividade de clarificação conceitual que, ao cabo, jamais poderia implicar qualquer tipo de conhecimento como resultado de sua ação. Para Wittgenstein, uma obra filosófica consistiria essencialmente em elucidações e, desse modo, a filosofia jamais poderia se confundir com uma teoria ou ceder à tarefa de formulação de proposições filosóficas. Para ele, o trabalho da filosofia deve tão somente consistir em “tornar proposições claras”,²⁰ em “tornar claro e delimitar precisamente os pensamentos, antes como que turvos e indistintos”.²¹

1.2 O trabalho da filosofia no *Tractatus*

Decidimos iniciar nossa incursão no *Tractatus* pelo seu Prefácio. Essa decisão leva em consideração a idéia de que o Prefácio contenha instruções importantes para o leitor da obra, prescrições que, especialmente no caso do *Tractatus*, buscaríamos isolar o perfil de leitor que seria, afinal, o mais adequado para a correta compreensão do sentido de sua filosofia. Assim, a estrutura do *Tractatus*, sob forma do conjunto das relações partilhadas pelos seus aforismos, faz exigir uma apreensão especular de sua armação, ponto de vista que, por entre seus aforismos, percebendo as camadas mais profundas

para referir-se à proposição como imagem é *bild*; seu emprego é, assim, metafórico e procura evocar a relação de representação ponto a ponto, comum à proposição e à imagem icônica” (MORENO, Arley R. *Wittgenstein: os labirintos da linguagem*, p. 16).

¹⁹ Aqui, fazemos referência ao uso do termo “método” no aforismo 6.53 do *Tractatus*. Para Wittgenstein, o único método rigorosamente correto a por-se em uso em filosofia seria precisamente nada dizer, exceto o que se pode expressar nos termos das proposições da ciência natural. Caso esta cláusula seja por alguém infringida, e portanto se tente dizer algo de metafísico, a prescrição correta, nesta situação, seria a de “mostrar-lhe que não conferiu significado a certos sinais em suas proposições” (p. 281).

²⁰ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 4.112, p. 177.

²¹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 4.112, p. 177.

que a estrutura e suas unidades buscam *mostrar*, possibilitaria pensar, finalmente, o conteúdo do livro; finalmente, o entenderia.²²

Com efeito, o modo próprio como o *Tractatus* se faz livro parece, em grande medida, refletir a perspectiva particular de Wittgenstein em relação ao trabalho da filosofia. Afinal, ao recusar-se à tarefa de formulação de teses e acreditando ser, o fim do trabalho filosófico, a clarificação dos pensamentos, a filosofia de Wittgenstein exige que o *Tractatus* cumpra sua jornada sendo fiel a tais princípios. Assim, acreditamos que a forma intrincada do *Tractatus*, sobretudo a forma assumida pelos seus aforismos – que nos comunicaria, ou *mostraria*, segundo Wittgenstein, uma verdade intocável e definitiva²³ –, segue, sem desvios, a serviço da realização dos propósitos de sua concepção de filosofia.

A opção de iniciarmos pelo Prefácio, e reconstituir o tipo de leitor que seria exigido pelo *Tractatus*, nos possibilitará, mais à frente,²⁴ apresentar as possíveis razões para a insatisfação de Wittgenstein em relação ao uso de sua análise lógica do sentido proposicional por alguns filósofos ligados ao Círculo de Viena que, ao menos em sua opinião, teriam negligenciado o real sentido do livro e os propósitos de sua filosofia.²⁵ Desse modo, acreditamos que o Prefácio do *Tractatus* é próspero em nos indicar a perspectiva correta a partir da qual se deve realizar a leitura do livro, direção de leitura que, por vezes, teria sido posta de lado por teóricos ligados ao positivismo lógico, sendo possível razão pela qual Wittgenstein teria se recusado a dialogar regularmente com o Círculo de Viena.²⁶

²² WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, p. 133.

²³ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, p. 135.

²⁴ Em nosso terceiro e último capítulo, abordaremos os possíveis motivos que teriam levado Wittgenstein a se mostrar insatisfeito frente à interpretação verificacionista do *Tractatus*.

²⁵ Fazemos, aqui, alusão à carta redigida por Wittgenstein e enviada a Ludwig von Ficker. Nela, Wittgenstein faz um alerta sobre o objetivo ético do *Tractatus* que, se assim compreendido, possibilitaria o entendimento do seu conteúdo.

²⁶ De acordo com Janik e Toulmin, salvo pelo contato com Waismann e Schlick – em relação a este último, Wittgenstein teria grande respeito, o considerando, inclusive, um homem incomum (MONK, Ray. *O dever do gênio*, p. 260) – Wittgenstein relutaria em manter qualquer forma de contato com membros do Círculo de Viena (JANIK, Allan; TOULMIN, Stephen. *A Viena de Wittgenstein*, p. 252). Janik e Toulmin resumem o ponto de maior discórdia de Wittgenstein em relação à filosofia do Círculo de Viena do seguinte modo: “Os positivistas estavam esquecendo as próprias dificuldades sobre a linguagem que o *Tractatus* pretendia revelar; e estavam convertendo um argumento preparado para contornar *todas* as

O leitor do Tractatus

Em geral, a idéia de que o Prefácio de uma obra sirva como meio de apresentação do que ela comenta ou prescreve é, em si, natural, senão trivial. Entretanto, tal máxima parece obter força extraordinária se temos em mente a função que o Prefácio do *Tractatus* cumpre ao apresentar – diga-se de passagem, em poucas palavras – a finalidade do livro e em que medida os pensamentos nele impressos poderiam implicar alguma utilidade filosófica. Desse modo, o Prefácio do *Tractatus* faz exigir, para que tenhamos ao certo a utilidade do livro, uma estrita compreensão de como singularmente seu texto expressa suas idéias; o modo ou a *forma* como os seus aforismos aproximam-se – tal como flechas, dir-nos-ia Wittgenstein²⁷ – do seu objeto de investigação. É nessa medida que, para Wittgenstein, o leitor reconheceria o valor do conteúdo do *Tractatus*: ao tempo em que os pensamentos nele gravados encontram a sua melhor expressão; quanto mais próximos do centro atingem o alvo.²⁸

Talvez a tarefa mais importante desempenhada pelo Prefácio do *Tractatus* seja mesmo a de chamar a atenção do leitor para certo modo de apresentação dos problemas com os quais lida a obra. E, aqui, este modo de apresentação quer dizer precisamente o modo como suas idéias sobre filosofia se assentam sob forma de signos linguísticos, em linguagem propriamente dita. Isso, pois o Prefácio sinaliza a clareza na expressão dos pensamentos como um requisito indispensável para o bom entendimento do seu conteúdo. Afinal, se tem valor o *Tractatus*, ele consistiria em duas coisas: em primeiro lugar, que nele “estão expressos pensamentos”²⁹ e, em segundo lugar, que “esse valor será maior quanto melhor expressos estiverem os pensamentos”.³⁰ Assim, tudo leva a crer que os termos que compõem os aforismos do *Tractatus* não só se arranjarão de modo singular como se põem a serviço de uma empreitada filosófica que somente se pôde levar a cabo mediante o uso de certo expediente, qual seja: resolver-se em meio a uma economia onde cada termo é pesado e arrumado com meticulosa precisão; onde

doutrinas filosóficas numa fonte de *novas* doutrinas, ao mesmo tempo que deixavam por resolver as dificuldades originais” (*A Viena de Wittgenstein*, p. 253).

²⁷ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, p. 133.

²⁸ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, p. 133.

²⁹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, p. 133.

³⁰ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, p. 133.

cada aforismo cumpre, individualmente, função distinta dos demais, ao passo que também integra um sistema mais amplo ou uma estrutura que mostraria com clareza o quão, em filosofia, o modo de apresentação da questão soa tão importante quanto o próprio objeto da investigação filosófica.

Esta visão estrutural do *Tractatus* inspiraria a idéia de sua armação tal como uma espécie de *móBILE*, uma instalação suspensa onde se pode logo ver as várias relações entre as partes sustentadas, sendo mesmo possível aproximar aquilo que se tem como distante, ainda que localizado em um nível ou patamar diferente do sistema. Sob esta perspectiva,

os aforismos do *Tractatus* restam, afinal, dependurados, como em um móBILE, podem ser visitados como se passeássemos por uma instalação, dentro da qual, conservada uma ordem, o próximo e o distante podem confundir-se e dependem em um ponto de vista. Como uma instalação, podem ser vistos em níveis distintos, em encadeamentos ora circulares, ora hierárquicos, mas devem sobretudo ser vistos em conjunto, pois apenas assim avivam-se analogias e contrapontos, pelos quais, por assim dizer, vemos dialogar os aforismos.³¹

Desse modo, o *Tractatus* permitiria a sua leitura de maneiras diversas ao elevar cada aforismo à condição de ponto possível e viável de entrada na obra, perspectiva que possibilitaria abordagens alternativas à leitura tradicional do seu texto – expediente bidimensional que conservaria certa linearidade, pois obediente ao sistema de numeração ascendente dos aforismos.³²

Enquanto móBILE, o *Tractatus* projetaria cada aforismo como unidade autônoma de sentido, embora todo aforismo exija, para que se mantenha conectado ao sistema, a presença dos demais que, ligados uns aos outros, tornariam possível a manutenção da rede de conexões – “Através de seus aforismos, enigmáticos e elípticamente encadeados, essas relações transitam em inúmeros níveis e direções correspondentes aos vários propósitos filosóficos que o texto persegue”.³³ Nesse sentido, podemos dizer que

³¹ SALLES, João Carlos. *Algumas considerações sobre Deus e suas circunstâncias*, pp. 108-109.

³² Tal tema ocupa a única nota presente no *Tractatus* que contém instruções sobre o seu sistema de numeração.

³³ SANTOS, Luiz Henrique L. dos. *A essência da proposição e a essência do mundo*, p. 13.

cada aforismo do *Tractatus* resta, ao mesmo tempo, como instância saturada e insaturada de argumento. Saturada na medida em que cada aforismo encerra em si a expressão precisa e acabada de determinado pensamento e, nesta condição, recupera e estabelece, mesmo que de modo sutil, o problema que a obra, no todo, enfrenta; insaturada, pois cada aforismo pode ser desdobrado, assemelhado ou contraposto a outros, de sorte que a compreensão do seu papel, enquanto peça do sistema, solicite, senão mesmo exija, o pensamento expresso nos demais.

Como uma espécie de coleção composta de fragmentos que mostrariam as várias faces de um mesmo objeto, os aforismos dos *Tractatus* parecem visar um único tema; mais precisamente, parecem ao cabo buscar responder a uma única questão, a saber: a pergunta pelas condições de estabelecimento do sentido proposicional.³⁴ O móbil volta-se, assim, sob forma de repetições e aproximações, ao que, na condição de necessário, daria sustentação ao jogo da significação. É verdade que as várias repetições que preenchem o *Tractatus* – seus *absurdos esclarecedores*, como diria Hacker³⁵ – parecem atentar contra a sua advertência fundamental que nos alertaria sobre a impossibilidade – e a obra mostra que se trata afinal de uma impossibilidade lógica – de se poder falar sobre aquilo o que não se pode *claramente* falar.³⁶ Infringir esta regra fundamental levar-nos-ia, invariavelmente, a atentar contra os limites da linguagem ao se buscar transpor as paredes da gaiola que nos prenderia,³⁷ a rigor, forçá-la a expressar aquilo que não poderia, de modo algum, ser expresso através da linguagem.³⁸

Apesar das suas muitas recomendações acerca da impossibilidade de se dizer aquilo que a linguagem – sua estrutura lógica – jamais poderia arranjar, o *Tractatus* parece, afinal, dizer muito “sobre aquilo de que não se pode falar”.³⁹ Este paradoxo, que “conspiraria contra as origens”,⁴⁰ mediante o emprego de “um método que se anula”,⁴¹ parece nos

³⁴ SALLES, João Carlos. *Filosofia e Terapia em Wittgenstein*, p. 88.

³⁵ HACKER, P. M. S. *Insight e Illusion: Wittgenstein on philosophy and the metaphysics of experience*, p. 18.

³⁶ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, p. 131.

³⁷ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Conferência sobre ética*, p. 224.

³⁸ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.42, p. 275; 6.421, p. 277; 6.52 e 6.521, p. 279; 7, p. 281.

³⁹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, p. 281.

⁴⁰ SALLES, João Carlos. *Filosofia e Terapia em Wittgenstein*, p. 90.

⁴¹ SALLES, João Carlos. *Filosofia e Terapia em Wittgenstein*, p. 90.

levar a crer em uma flagrante invalidade do *Tractatus*, uma vez que ele mesmo parece não conseguir atender à cláusula do silêncio enunciada em seu Prefácio,⁴² também impressa em seu aforismo final.⁴³ Partilhamos, entretanto, da idéia que este contrassenso não vem sem propósito. Com efeito, não seria, pois, o *Tractatus*, um conjunto de enunciados que violariam, ora aqui e ora ali, os princípios fundamentais de sua filosofia como teria, por exemplo, pensado Russell ao registrar a seguinte ressalva que fez constar na sua introdução ao *Tractatus*:

O que provoca hesitação é o fato de que o Sr. Wittgenstein, no final das contas, consegue dizer uma porção de coisas sobre o que não pode ser dito, sugerindo assim a um leitor cético que possivelmente haja escapatória através de uma hierarquia de linguagens ou alguma outra saída. Toda a temática da ética, por exemplo, é localizada pelo Sr. Wittgenstein na região mística, inexprimível. Não obstante, ele é capaz de veicular suas opiniões éticas. Sua defesa seria aquilo que ele chama de místico pode ser mostrado, embora não possa ser dito. Pode ser que a defesa seja adequada, mas confesso, de minha parte, que me deixa uma certa sensação de desconforto intelectual.⁴⁴

O que incomodaria Russell nos parece, afinal, um traço peculiar da filosofia de Wittgenstein, senão a marca indelével e essencial de sua postura filosófica ou do seu “método”, a saber: vagarosamente lançar mão de imagens ou alegorias que, erráticas, acercariam o problema em revista, como quem desata um nó ao desfazer, uma a uma, cada torção do fio, sem deixar abreviar qualquer movimento mediante o uso de cortes ou atalhos.⁴⁵ Este método ou atividade estaria longe de propor-se produzir teses ou qualquer outro resultado filosófico aparente,⁴⁶ sejam universais científicos ou considerações em relação ao que seja o místico e o ético. Tudo o que temos neste método “só pode ser alusivo, nunca se traduzindo em prescrições estritas, em instruções especiais”.⁴⁷ Desse modo, a “única função positiva [desta filosofia] é, mais uma vez, negativa, ou seja, fazer com que os problemas filosóficos desapareçam completamente.”⁴⁸ Para Pears, ao tentar expressar o que não pode ser expresso por meio

⁴² WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, p. 131.

⁴³ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, p. 281.

⁴⁴ RUSSELL, Bertrand. *Introdução ao Tractatus*, p. 127.

⁴⁵ SALLES, João Carlos. *Nós, redes e tramas: o trabalho da filosofia de Wittgenstein*, pp. 38-39.

⁴⁶ SALLES, João Carlos. *Nós, redes e tramas: o trabalho da filosofia de Wittgenstein*, p. 28.

⁴⁷ SALLES, João Carlos. *Nós, redes e tramas: o trabalho da filosofia de Wittgenstein*, p. 37.

⁴⁸ MORENO, Arley R. *Wittgenstein: os labirintos da linguagem*, p. 83. Aqui, o autor se refere ao §133 das *Investigações filosóficas*.

da linguagem – em sua opinião, *verdades necessárias*⁴⁹ – o *Tractatus*, ao cabo de sua tarefa, volta-se contra si mesmo e a si mesmo se elimina.⁵⁰

Com isso, o *Tractatus* conservaria sua força justamente em sua circularidade e vagueza; uma estrutura que, na sua repetição, deixaria seu espectador ver certo aspecto, aquele essencial, em meio a vários recortes ou imagens; uma estrutura como que esboçada pelo desenhista, sendo representada “de diferentes ângulos e distâncias, percorrendo vários pontos possíveis de enfoque e apresentando os múltiplos esboços na sequência que lhe parece ser a mais conveniente para a apresentação do objeto visado”.⁵¹ Desse modo, a filosofia do *Tractatus* parece pleitear certa espécie de leitor, aquele que um dia pensou por si só os pensamentos nele contidos, “o que nele vem expresso – ou, pelo menos, algo semelhante”;⁵² uma espécie de leitor que compreenda a filosofia não como uma atividade positiva, que produza, ao cabo, algum tipo de conhecimento. Seu leitor deve, pois, ver, por si mesmo, o que a filosofia do *Tractatus* buscaria repetidamente mostrar por entre suas elucidações, circunstância semelhante a de quem se faz espectador a observar “diversas fotos dos mesmos objetos e pessoas em diferentes situações e de diferentes pontos de vista”.⁵³

Cercado por alegorias ou “lembretes do óbvio”,⁵⁴ o leitor da filosofia do *Tractatus* cumpriria sua jornada rumo ao esclarecimento, momento em que, por fim, flagraria o sentido do trabalho filosófico e o seu extravagante e inesperado resultado: compreender que a solução do problema da vida se encontra, justamente, no desaparecimento deste problema;⁵⁵ e perceber o quão pouco importante seria resolvê-lo.⁵⁶ Para este leitor, o discurso da filosofia seria, a rigor, um pseudodiscurso, uma expressão sem sentido e absurda, todavia necessária ao esclarecimento. Desse modo, não seria papel da filosofia nos dizer fatos, mas tão somente *esclarecer*

⁴⁹ Visitaremos este argumento na página 26 deste capítulo.

⁵⁰ PEARS, David. *As idéias de Wittgenstein*, p. 58.

⁵¹ MORENO, Arley R. *Wittgenstein: os labirintos da linguagem*, p. 11.

⁵² WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, p. 131.

⁵³ MORENO, Arley R. *Wittgenstein: os labirintos da linguagem*, p. 11.

⁵⁴ JANIK, Allan; TOULMIN, Stephen. *A Viena de Wittgenstein*, p. 269.

⁵⁵ WITTGENSTEIN, *Tractatus*, 6.521, p. 279.

⁵⁶ WITTGENSTEIN, *Tractatus*, Prefácio, p. 133.

proposições, as quais, estas sim, dizem fatos; ou então *esclarece* aquelas pseudoproposições que são fontes de falsas questões. É nesse sentido que a filosofia não supõe conhecimentos específicos, um saber privilegiado apenas acessível ao filósofo – a filosofia não é, em outras palavras, resultado de uma especialização.⁵⁷

Assim, não haveria, no *Tractatus*, “um saber filosófico, um conjunto de teses, um sistema de conhecimentos”,⁵⁸ ao menos não à feição dos manuais de ciência que nos elencam uma soma de razões para determinado fato ser assim e não de modo diferente – não seria, pois, o *Tractatus*, um manual.⁵⁹ Sua filosofia não nos

fornece respostas a questões. É o cientista que formula questões e respostas mutuamente convenientes, uma vez que a possibilidade das questões reside na possibilidade de respostas a elas, e as respostas só podem ser formuladas quando há algo a ser dito: “Para uma resposta que não se pode formular, tampouco se pode formular a questão. O *enigma* não existe. Se uma questão se pode em geral levantar, ela também se *pode* responder”.⁶⁰

Embora nos seja clara a intenção de Wittgenstein em não produzir conhecimento a partir de sua filosofia – e isso significa também dizer que a filosofia teria estatuto distinto da ciência⁶¹ –, certamente, o *Tractatus* busca produzir, em seu leitor, algum tipo de significado. Se há, portanto, no *Tractatus*, uma firme recusa em se produzir teorias a partir da ação de sua filosofia, resta-nos afinal saber que tipo de significado poderia ser apreendido no *Tractatus* e qual o estatuto disso que se apreenderia. Diante desta questão, na seção a seguir, abordaremos o problema do estatuto das proposições tractatianas ao perguntar que espécie de enunciado poderia nos comunicar algo então vetado de ser expresso pela linguagem. Veremos que este paradoxo encontraria solução na distinção entre as noções de *dizer* e *mostrar* formulada por Wittgenstein. No caso do *Tractatus*, esse *algo* seria conteúdo de boa parte de suas proposições como ocorreria, por exemplo, em formulações do tipo: “O objeto é simples”;⁶² “Essa forma fixa consiste

⁵⁷ MORENO, Arley R. *Wittgenstein: os labirintos da linguagem*, p. 31.

⁵⁸ MORENO, Arley R. *Wittgenstein: os labirintos da linguagem*, p. 31.

⁵⁹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, p. 131.

⁶⁰ MORENO, Arley R. *Wittgenstein: os labirintos da linguagem*, p. 31.

⁶¹ Para Wittgenstein, “A palavra ‘filosofia’ deve significar algo que esteja acima ou abaixo, mas não ao lado, das ciências naturais” (*Tractatus*, 4.111, p. 177).

⁶² WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 2.02, p. 139.

precisamente nos objetos”;⁶³ ou ainda na proposição “Em termos aproximados: os objetos são incolores”.⁶⁴

Considerada problemática, a distinção entre as noções de *dizer* e *mostrar* seria criticada por alguns filósofos que, ao recriminá-la, buscariam denunciar seu caráter artificial e ilusório, apontando-a como um tipo de truque ou artifício linguístico sem qualquer efeito positivo para a reflexão filosófica. Assim, apresentaremos um panorama geral da crítica que receberia tal distinção e que repercutiria, diretamente, também no debate sobre a validade das proposições que perfazem o *Tractatus*.

1.3 O estatuto das proposições tractatianas

Certamente, uma das grandes dificuldades que são impostas à compreensão da filosofia tractatiana consiste em entender como pode o *Tractatus* aparentemente violar um de seus princípios fundamentais ao tentar expressar aquilo que, como ele mesmo afirmaria, jamais poderia ser dito por meio da linguagem. Este paradoxo nos é apresentado do seguinte modo por Pears:

O problema começa a surgir quando nos perguntamos como poderia ser apreendida, segundo ele, a natureza essencial da linguagem. Presumivelmente, não tinha em mente que sua versão fosse tomada como definição vazia. Contudo, se as verdades necessárias dessa parte da filosofia são substanciais, de que forma se dá a sua apreensão?⁶⁵

Se o *Tractatus* tem validade e são, por conseguinte, suas proposições de algum modo legítimas, não seríamos então levados a perguntar a que tipo de classe especial de proposições deveriam, portanto, pertencer os seus enunciados? Em outras palavras, não sendo, suas proposições, enunciados tipicamente científicos ou proposições rigorosamente carentes de sentido – e assim inúteis para o trabalho da filosofia –, qual seria, por fim, o estatuto dos seus aforismos? Que estatuto poderia, portanto, ser concedido a enunciados que, aparentemente, ultrapassariam os limites da expressão da linguagem?

⁶³ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 2.023, p. 139.

⁶⁴ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 2.0232, p. 139.

⁶⁵ PEARS, David. *As idéias de Wittgenstein*, p. 52.

Uma possível resposta a esta questão nos é dada por Pears e envereda pela tese de que o *Tractatus*, a rigor, expressaria *verdades necessárias* por meio de suas proposições. Embora tal constatação não nos ajude a esclarecer a questão em seu todo, o argumento de Pears nos conduz a uma outra questão que, pelo menos aqui, nos parece importante. Segundo Pears, caso concordemos com a idéia de que o *Tractatus* expressaria, de algum modo, verdades necessárias, resta-nos ainda saber que tipo de verdade necessária ele, enfim, poderia nos comunicar. Desse modo, ainda de acordo com Pears, Wittgenstein diria

repetidamente no *Tractatus*, que as proposições filosóficas não se colocam dentro dos limites da linguagem. Que espécie de solução se poderia buscar numa direção tal? Segundo ele, aquilo que se coloca para além dos limites da linguagem não pode ser asseverado por meio da linguagem, só podendo ser mostrado, ou exibido. Qual seria, entretanto, o *status* de algo que só pode ser exibido? Tratar-se-ia de uma verdade necessária e, em caso positivo, de que espécie de verdade necessária?⁶⁶

Para Pears, este problema seria flagrante em proposições que parecem afirmar conceitos formais, como seria observado no caso do aforismo “O objeto é simples”:⁶⁷

Certo é que o conceito de objeto é um conceito formal e, assim, não deveríamos afirmar que há objetos, pois que isso faz sua existência parecer contingente, como se estivéssemos dizendo que há dinossauros. A maneira correta de apresentar a existência de objetos seria a de recorrer a proposições nas quais seus nomes ocorressem. Nessas hipóteses, a existência dos objetos poderia ser percebida através dessas proposições, mas não poderia ser por elas asseverada, nem poderia ser adequadamente asseverada por qualquer proposição em que se contivesse o vocábulo “objeto”. Trata-se de algo que pode ser exibido, mas não dito.⁶⁸

A idéia de que, no *Tractatus*, Wittgenstein, ao dizer “uma porção de coisas sobre o que não pode ser dito”,⁶⁹ paradoxalmente, comprometeria a ordem lógica que ele mesmo teria estabelecido para os limites de expressão da linguagem, seguiu motivo de crítica realizada por Frank Ramsey. Segundo ele, Wittgenstein cometera, no *Tractatus*, uma

⁶⁶ PEARS, David. *As idéias de Wittgenstein*, p. 53.

⁶⁷ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 2.02, p. 139.

⁶⁸ PEARS, David. *As idéias de Wittgenstein*, p. 55.

⁶⁹ RUSSELL, Bertrand. *Introdução ao Tractatus*, p. 127.

incoerência que poderia ser formulada do seguinte modo: “fazer X a fim de mostrar que X não pode ser feito”.⁷⁰ Nesse sentido, para Ramsey,

La FILOSOFÍA debe tener alguna utilidad y debemos tomarla seriamente; debe aclarar nuestros pensamientos así como nuestras acciones. De otro modo, es una disposición que debemos reprimir, y una investigación para ver que así suceda; esto es, la proposición principal de la filosofía es que la filosofía es un sinsentido. Y asimismo, en tal caso, debemos considerar seriamente que es un sinsentido, y no fingir, como lo hace Wittgenstein, ¡que es sinsentido importante!⁷¹

Ainda para Ramsey, se é propósito do *Tractatus* a revelação deste *algo* através de suas elucidações, sua filosofia teria sim cometido uma óbvia contradição. Isso tornaria as reflexões do *Tractatus* sobre a natureza da filosofia logo desmerecedoras de qualquer atenção.⁷² Esta contradição seria também flagrada por Ayer na seguinte passagem de *Linguagem, Verdade e Lógica*:

se por hipótese é possível conhecer apenas o que se encontra dentro dos limites da experiência sensorial, em que é que o autor [Wittgenstein] se baseia para afirmar que as coisas reais existem de facto além desses limites, e como é que pode estabelecer as fronteiras para além das quais o entendimento humano não se pode aventurar, a não ser que ele próprio consiga ultrapassá-las.⁷³

A dificuldade de se aceitar a oposição entre *dizer* e *mostrar*, sem que se faça necessário recurso a uma metalinguagem – saída teórica sugerida por Carnap⁷⁴ –, levaria Hacker à defesa de que, para Wittgenstein, haveriam

dois tipos de absurdos: absurdos esclarecedores (*illuminating nonsense*), como as sentenças do *Tractatus*, que nos fazem perceber aquilo que não pode ser dito, mas se mostra, e absurdos desorientadores (*misleading nonsense*), como a sentença “Sócrates é idêntico” (*TLP*, 5.473), que não se diferenciam de mistura de palavras.⁷⁵

Noronha aponta uma outra compreensão do estatuto das proposições tractatianas ao examinar a perspectiva defendida por Diamond e Conant que, segundo ele, rejeitaria a

⁷⁰ Um abordagem mais demorada sobre este tema se encontra disponível em MACHADO, Alexandre N. *A terapia metafísica do Tractatus de Wittgenstein*. Cadernos Wittgenstein, n.2, 2001, pp. 5-57.

⁷¹ RAMSEY, Frank. *Filosofia*, p. 325.

⁷² MACHADO, Alexandre N. *A terapia metafísica do Tractatus de Wittgenstein*, p. 3.

⁷³ AYER, Alfred J. *Linguagem, Verdade e Lógica*, pp. 10-11.

⁷⁴ MACHADO, Alexandre N. *A terapia metafísica do Tractatus de Wittgenstein*, pp. 1-2.

⁷⁵ MACHADO, Alexandre N. *A terapia metafísica do Tractatus de Wittgenstein*, p. 2.

tese comum às interpretações tradicionais “segundo a qual Wittgenstein defenderia a existência do inefável”.⁷⁶ Com isso, Diamond e Conant buscariam livrar a filosofia de Wittgenstein do cometimento de um equívoco filosófico flagrante ao revelar, mediante a ação da filosofia, algo de natureza inefável.

Para Diamond e Conant, diferentemente do que pensariam Ramsey e Ayer, Wittgenstein não estaria a cometer tamanho disparate. Para estes autores, a distinção entre *dizer* e *mostrar* seria parte integrante da escada que Wittgenstein pede que dispensemos ao final do *Tractatus*.⁷⁷ Esta perspectiva leva-nos a crer que esta distinção, assim como todo o conjunto de suas proposições, teria uma utilidade apenas provisória, portanto, somente enquanto se fizer durar a leitura da obra – ou a escalada através de suas proposições. Este argumento culminaria com a idéia de que Wittgenstein teria clara consciência de que faria uso de sentenças absurdas, embora acreditasse que seu uso provisório seria necessário para se atingir o topo da escada, conforme elucidaria o aforismo 6.54:

Minhas proposições elucidam dessa maneira: quem me entende acaba por reconhecê-las como contra-sensos, após ter escalado através delas – por elas – para além delas. (Deve, por assim dizer, jogar fora a escada após ter subido por ela.) Deve sobrepujar essas proposições, e então verá o mundo corretamente.

O principal elemento que tornaria a perspectiva de Diamond e Conant diferente da perspectiva de Ramsey e Hacker seria considerar que a distinção entre *dizer* e *mostrar* estaria a serviço da afirmação de uma postura de total rejeição do inefável, e não de afirmar a sua existência e exibi-lo. Assim, para Diamond e Conant, as proposições de Wittgenstein não teriam por pretensão mostrar o inefável do mesmo modo como quem destaca uma palavra ao grifá-la em um texto. Desse modo, na opinião de ambos, a leitura correta do *Tractatus* deveria considerar que “quando Wittgenstein nos pede para nos calarmos a respeito do que não se pode dizer, ele não está supondo que há *algo* que gostaríamos de, mas não podemos, dizer”.⁷⁸ Com isso, é possível concluir que, para

⁷⁶ MACHADO, Alexandre N. *A terapia metafísica do Tractatus de Wittgenstein*, p. 3.

⁷⁷ MACHADO, Alexandre N. *A terapia metafísica do Tractatus de Wittgenstein*, p. 3.

⁷⁸ MACHADO, Alexandre N. *A terapia metafísica do Tractatus de Wittgenstein*, p. 5.

Diamond e Conant, as proposições tractatianas teriam sua validade decretada na medida em que *nada* buscaríamos evidenciar de metafísico.

Para Neurath, a admissão da necessidade de uso de proposições metafísicas ou absurdas em filosofia seria justamente o ponto em que ele e outros integrantes do Círculo de Viena não poderiam mais seguir Wittgenstein.⁷⁹ Segundo Neurath, eles não necessitariam de “alguna escala metafísica de elucidación”.⁸⁰ Deste modo, haveria uma pronta rejeição diante do que expressaria o aforismo 6.54 do *Tractatus*, sendo seu conteúdo logo comparado a produção inadvertida de uma teoria metafísica qualquer:

Esta proposición parece sugerir que, por así decirlo, hay que pasar renovadamente a través de sucesivas eliminaciones de proposiciones carentes de sentido, esto es, metafísicas; que siempre hay que usar de nuevo la escala y arrojarla después. Sólo con la ayuda de elucidaciones, consistentes en lo que más tarde se reconocerá como meras sucesiones de palabras carentes de sentido, puede llegarse al lenguaje unificado de la ciencia. Esas elucidaciones, que en realidad pueden declararse metafísicas, no aparecen, sin embargo, aisladamente en los escritos de Wittgenstein; encontramos en ellos expresiones que parecen menos travesaños de una escala que partes de una teoría metafísica subsidiaria formulada inadvertidamente.⁸¹

Neste ponto, ao manifestar perspectiva diversa de Diamond e Conant sobre o estatuto das proposições tractatianas, Neurath consideraria que a conclusão a que se chegaria através do *Tractatus* soaria como se, de fato, para Wittgenstein, “houvesse um *algo* acerca do qual não se pode falar”.⁸² Para Neurath, o único silêncio a que deveríamos nos submeter seria, portanto, aquele que se cumpre diante do que não pode ser dito: “se realmente se deseja evitar por completo a atitude metafísica deve-se de fato guardar silêncio, mas não *sobre* alguma coisa”.⁸³ Em outras palavras, devemos silenciar, pois nada há que nos motive a dizer qualquer coisa. Para Neurath, esta postura não seria decorrência da percepção de *algo* de mais profundo – algo que o *Tractatus*, em sua opinião, põe-se a evidenciar – e o conseqüente silêncio diante de tal visão. Diferentemente, o silêncio seria resultado da constatação de que nada existiria, nada

⁷⁹ NEURATH, Otto. *Sociologia en fisicalismo*, p. 289.

⁸⁰ NEURATH, Otto. *Sociologia en fisicalismo*, p. 289.

⁸¹ NEURATH, Otto. *Sociologia en fisicalismo*, p. 289.

⁸² NEURATH, Otto. *Sociologia en fisicalismo*, p. 289.

⁸³ NEURATH, Otto. *Sociologia en fisicalismo*, p. 289.

poderia ser visto – ou seja, aquilo que a metafísica busca equivocadamente expressar – e, assim, conseqüentemente, nada teríamos a dizer. Embora, ao cabo, pareçam Neurath, Conant e Diamond concordarem ao exibirem resultados muito semelhantes, há, em nossa opinião, uma discordância fundamental entre as duas análises. Para Diamond e Conant, o *Tractatus* nada evidenciaria de metafísico; para Neurath, o *Tractatus*, sim, *algo* evidenciaria. Segundo o último, como já observamos, nada deveria afinal ser dito, pois nada há que nos motive dizer qualquer coisa.

Não obstante a forte crítica de Neurath em relação a expressão do inefável através das proposições tractatianas, Diamond e Conant firmam uma posição de defesa em relação à validade filosófica da forma discursiva do *Tractatus*, garantindo, por um lado, que as proposições tractatianas mostrem-se úteis ao trabalho da filosofia, ao menos enquanto não se alcança o último degrau da escada – ponto em que, finalmente, veríamos o mundo corretamente;⁸⁴ por outro lado, afirmando que o inefável não poderia representar obstáculo algum à legitimidade do *Tractatus* – como acreditava Ramsey –, pois, em verdade, o inefável, no *Tractatus*, não deve ser encarado como uma espécie de subproduto obtido mediante a execução do trabalho filosófico. Em nossa opinião, a defesa em questão estaria armada sob a idéia de que as proposições do *Tractatus* isolariam, ao estabelecer os limites da linguagem, o que pode e o que não pode ser dito. Assim, para Diamond e Conant, este isolamento seria, por assim dizer, puramente formal e tal operação não implicaria dizer exatamente o que estaria do outro lado dos limites de expressão da linguagem. Essa tese parece encontrar apoio no último aforismo do *Tractatus*, onde se lê: “Sobre *aquilo*⁸⁵ de que não se pode falar, deve-se calar”.⁸⁶

Apesar de Diamond e Conant buscarem restabelecer o discurso do *Tractatus* como algo legítimo e útil à empresa filosófica, e assim defender sua validade enquanto obra de filosofia, a posição assumida por Neurath parece, controversamente, estar mais próxima de estabelecer uma melhor defesa para o *Tractatus* do que, propriamente, os que buscariam ostensivamente defender a sua filosofia a partir dos argumentos de Diamond

⁸⁴ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.54, p. 281.

⁸⁵ Grifo nosso.

⁸⁶ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 7, p. 281.

e Conant. Agora, propomos, em nossa próxima seção, apresentar a noção de sentido proposicional que nos oferece o *Tractatus*, buscando remontar, a partir estritamente de seu texto, a noção de inefável que estaria em jogo na filosofia tractatiana. Esperamos, assim, sugerir que o *Tractatus*, apesar de nada dizer sobre o inefável – afinal, ele apenas *mostra* –, realmente concentraria forças em uma operação de isolamento de algo que escaparia à expressão linguística, pois fora dos limites da expressão da linguagem. Este *algo* seria pensado apenas por aqueles que um dia se colocaram diante dos problemas que incomodariam Wittgenstein, e esse *algo* seria conhecido ou, mais precisamente reconhecido, ao ser *mostrado*, pois isolado mediante a ação das elucidações tractatianas ou de suas *pseudoproposições*. Sob tal perspectiva, o inefável seria, de certo modo, um produto legítimo da ação filosófica, embora, e isto nos soa o mais importante, a rigor, *nada* se possa dizer em relação a ele. Desse modo, o inefável, uma vez que se *mostra*, de nada nos serve e nada pode implicar a partir de sua apreensão. Sua revelação não produz qualquer conhecimento, senão o esclarecimento filosófico que pode ser traduzido, no *Tractatus*, como o aprendizado da forma correta de se ver o mundo.

1.4 A noção de sentido proposicional

A noção de *mostrar* parece cumprir, no *Tractatus*, uma dupla tarefa. A primeira tarefa a ser desempenhada por tal noção seria a de permitir, como já vimos, que o significado das proposições tractatianas fosse expresso – ou *mostrado*. Assim, o trabalho da filosofia evidenciaria algo que jamais poderia vir a ser conteúdo de enunciados científicos e, desse modo, *dito* por meio de tais sentenças. Com efeito, a análise filosófica *mostraria* o sentido da proposição permitindo que, afinal, se compreenda o modo como sua estrutura estaria logicamente articulada. Por outro lado, a noção de *mostrar* torna possível assentar a perspectiva wittgensteiniana do trabalho filosófico sob forma de fundamento para a ação de sua filosofia. Sendo assim, a noção de *mostrar* serve-nos de exemplo – e, nesse sentido, talvez seja o exemplo mais fundamental – de como, para Wittgenstein, o método da filosofia deveria ser empregado com correção, como estaria, portanto, prescrito no aforismo 6.53 do *Tractatus*:

O método correto da filosofia seria propriamente este: nada dizer, senão o que se pode dizer; portanto, proposições da ciência natural –

portanto, algo que nada tem a ver com filosofia; e então, sempre que alguém pretendesse dizer algo de metafísico, mostrar-lhe que não conferiu significado a certos sinais em suas proposições. Esse método seria, para ele, insatisfatório – não teria a sensação de que lhe estivéssemos ensinando filosofia; mas esse seria o único rigorosamente correto.⁸⁷

Chave para o funcionamento do *Tractatus*, a noção de *mostrar* segue objeto de um intenso debate sobre sua validade filosófica. Não obstante as várias críticas que marcam a sua análise – na seção anterior, apresentamos uma pequena amostra deste cenário –, é certo que, sem a sua assimilação, ao menos no *Tractatus*, logo falharíamos diante da tarefa de compreender em que circunstâncias seria estabelecido o sentido da linguagem. A idéia de que a filosofia *mostraria algo* que a forma mais superficial da proposição – os seus traços casuais⁸⁸ – escamotearia, leva-nos, assim, a uma jornada que se inicia por entre as partes constituintes e mais externas da proposição – através de sua forma aparente⁸⁹ – e que, pouco a pouco, progrediria em direção à sua forma mais ulterior e essencial. Esta forma mais profunda e radical, por vezes velada pela diversidade de formas aparentes assumidas pela proposição, seria, afinal, a *forma lógica* da proposição, o seu sentido lógico. E é neste nível da significação, o nível lógico, onde, precisamente, residiriam os traços essenciais da proposição.⁹⁰ Esta idéia segue expressa, de forma alegórica, por Wittgenstein, no aforismo 4.002:

A linguagem é um traje que disfarça o pensamento. E, na verdade, de um modo tal que não se pode inferir, da forma exterior do traje, a forma do pensamento trajado; isso porque a forma exterior do traje foi constituída segundo fins inteiramente diferentes de tornar reconhecível a forma do corpo.⁹¹

No nível lógico, teríamos o que Wittgenstein define como *espaço lógico*.⁹² Neste nível, encontraríamos unidades de sentido mínimas e indecomponíveis. Tais unidades são chamadas de *objetos* ou *coisas*. A um arranjo ou combinação de determinados objetos, no espaço lógico, chama-se *situação* ou um *estado de coisas*: “O estado de coisas é uma

⁸⁷ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.53, p. 281.

⁸⁸ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 3.34, p. 161.

⁸⁹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 4.0031, p. 165.

⁹⁰ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 3.34, p. 161.

⁹¹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 4.002, p. 165.

⁹² WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 1.13, p. 135; 2.11, p. 143; 2.202, p. 145; 3.4 e 3.42, p. 163; 4.463, p. 199.

ligação de objetos (coisas)”;⁹³ “a configuração dos objetos constitui o estado de coisas”;⁹⁴ e uma situação constitui um *fato* no espaço lógico, a existência de um estado de coisas.⁹⁵ Além disso, a existência de um estado de coisas também determina a inexistência de outras situações. Isso, pois, os objetos arranjados em uma situação não estariam arranjados noutra: “A totalidade dos estados existentes de coisas também determina que estados de coisas não existem”.⁹⁶ Uma ligação de objetos, uma situação, se dá de certa maneira; os objetos que a compõem se ligam, portanto, de certo modo. Este modo particular como os objetos se põem encadeados, assim como se unem os elos de uma corrente,⁹⁷ possibilita, pois, a forma lógica da situação: “A maneira como os objetos se vinculam no estado de coisas é a estrutura do estado de coisas”.⁹⁸ E, dessa maneira, os objetos configurados, na situação, assumem-se a *forma* – o variável, o instável⁹⁹ – e também o *conteúdo* – o fixo, o subsistente¹⁰⁰ – do sentido proposicional.¹⁰¹ Assim, a proposição significa na medida em que representa o seu sentido – “O que a figuração representa é seu sentido”.¹⁰²

De modo a esclarecer como a proposição se faz uma representação, Wittgenstein apresenta-nos a noção de proposição como *figuração*: “A figuração representa uma situação possível no espaço lógico”;¹⁰³ “A figuração representa a situação no espaço lógico, a existência e inexistência de estados de coisas”.¹⁰⁴ A idéia de que seja a proposição uma espécie de figuração ressalta o modo como a proposição formalmente representaria o seu sentido. Sob tal ponto de vista, a proposição representa o seu sentido na medida em que suas partes mínimas componentes, a saber, os *nomes*,¹⁰⁵ se dispõem em relação biunívoca com os objetos – ou coisas – arranjados de determinada maneira em uma situação dada no espaço lógico: “À configuração dos sinais simples no sinal

⁹³ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 2.01, p. 135.

⁹⁴ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 2.0272, p. 141.

⁹⁵ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 2, p. 135.

⁹⁶ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 2.05, p. 141.

⁹⁷ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 2.03, p. 141.

⁹⁸ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 2.032, p. 141.

⁹⁹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 2.0271, p. 141.

¹⁰⁰ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 2.0271, p. 141.

¹⁰¹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 2.025, p. 141.

¹⁰² WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 2.221, p. 147.

¹⁰³ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 2.202, p. 145.

¹⁰⁴ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 2.11, p. 143.

¹⁰⁵ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 3.202, p. 151.

proposicional corresponde a configuração dos objetos na situação”;¹⁰⁶ “O nome substitui, na proposição, o objeto”.¹⁰⁷ Esta relação de correspondência estrutural – afinal, a proposição não seria uma mera mistura de palavras; ela é articulada¹⁰⁸ –, unidade a unidade, entre nome e objeto, estabelece um caráter isomórfico entre proposição, ou figuração, e a situação representada por ela: “A proposição determina um lugar no espaço lógico. A existência desse lugar lógico é assegurada tão-somente pela existência das partes constituintes, pela existência da proposição com sentido”.¹⁰⁹ Assim, na “figuração e no afigurado deve haver algo de idêntico, a fim de que um possa ser, de modo geral, uma figuração do outro”.¹¹⁰ Na medida em que representa um fato no espaço lógico, portanto um fato lógico, a proposição também se faz um fato e isso, segundo Wittgenstein, segue normalmente ocultado pela forma habitual da expressão escrita ou impressa da proposição.¹¹¹

A noção de isomorfia lógica entre proposição e situação também seria, no *Tractatus*, estendida ao pensamento. Isso é possível na medida em que o pensamento consistiria em uma figuração lógica dos fatos¹¹² – “Na proposição o pensamento exprime-se sensível e perceptivelmente”.¹¹³ Na condição de figuração, o pensamento também representa um estados de coisas e, desse modo, para Wittgenstein, o pensamento contém a possibilidade da situação que ele pensa:¹¹⁴ “A figuração é um modelo da realidade tal como pensamos que seja”.¹¹⁵ Se um “estado de coisas é pensável significa: podemos figurá-lo”;¹¹⁶ e o método por meio do qual se dá a projeção consiste, precisamente, em pensar o sentido da proposição.¹¹⁷ Assim, se estabelece a identidade formal entre situação, proposição e pensamento – ao cabo, todos possuem a mesma construção lógica: “O disco gramofônico, a idéia musical, a escrita musical, as

¹⁰⁶ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 3.203, p. 151.

¹⁰⁷ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 3.21, p. 151.

¹⁰⁸ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 3.141, p. 149.

¹⁰⁹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 3.4, p. 163.

¹¹⁰ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 2.161, p. 145.

¹¹¹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 3.143, p. 149.

¹¹² WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 3, p. 147.

¹¹³ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 3.001, p. 149.

¹¹⁴ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 3.02, p. 147.

¹¹⁵ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 4.01, p. 165.

¹¹⁶ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 3.001, p. 147.

¹¹⁷ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 3.11, p. 149.

ondas sonoras, todos mantêm entre si a mesma relação interna afiguradora que existe entre a linguagem e o mundo”.¹¹⁸

Por outro lado, a proposição não apenas representa o seu sentido no espaço lógico; ela também representa um fato da experiência e se faz, assim, também uma figuração do fato representado. Desse modo, a proposição pode *dizer* que, na experiência, tudo se passa assim e assim e não de outra maneira. Seu sentido, portanto a armação lógica que lhe serve de estrutura, assegura a possibilidade de que a proposição concorde ou não com a experiência: se o que ela descreve é verdadeiro, é por que os fatos estão do modo como ela diz; se o que ela descreve é falso, os fatos estão de modo diverso em relação ao que a proposição nos anuncia. Com isso, se estabelece o princípio da *bipolaridade* da proposição: “A proposição pode ser verdadeira ou falsa só por ser uma figuração da realidade”.¹¹⁹

Eis, pois, que a proposição, a tempo único, *diz e mostra* conteúdos essencialmente diferentes, de estatutos completamente distintos. Por um lado, *diz* correta ou falsamente como a experiência nos parece; por outro, *mostra*, a partir da descoberta e análise da sua forma lógica, algo que subexistiria como condição de possibilidade do que pode ser dito. A essência desta distinção consiste na idéia de que a proposição, embora se arme logicamente, jamais pode dizer a sua forma lógica. A proposição somente pode nos *mostrá-la*:

À projeção pertence tudo que pertence à projeção; mas não o projetado. Portanto, a possibilidade do projetado, mas não ele próprio. Na proposição, portanto, ainda não está contido seu sentido, mas sim a possibilidade de exprimi-lo. (O conteúdo da proposição significa o conteúdo da proposição dotada de sentido.) Na proposição está contida a forma de seu sentido, mas não o conteúdo.¹²⁰

A proposição pode representar toda a realidade, mas não pode representar o que deve ter em comum com a realidade para poder representá-la – a forma lógica. Para podermos representar a forma lógica, deveríamos poder-nos instalar, com a proposição, fora da lógica, quer dizer, fora do mundo.¹²¹

¹¹⁸ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 4.014, p. 167.

¹¹⁹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 4.06, p. 173.

¹²⁰ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 3.13, p. 149.

¹²¹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 4.12, p. 179.

O que *pode* ser mostrado não *pode* ser dito.¹²²

No *Tractatus*, o que pode ser dito e o que pode ser apenas *mostrado* preenchem os dois lados do limite de expressão da linguagem; delimitam, assim, as fronteiras do dizível a partir do conhecimento da estrutura inefável da linguagem. A estrutura lógica da linguagem assegura, desse modo, tanto as condições de possibilidade de que algo seja dito quanto a possibilidade de que a proposição descreva os fatos correta ou falsamente. Com isso, para Wittgenstein, a forma lógica e indizível da linguagem delimita o terreno disputável da ciência,¹²³ bem como possibilita o resultado positivo de sua ação, a saber, a criação de teorias mediante o estabelecimento de conjuntos de proposições verdadeiras – ou figurações corretas dos fatos. Em outros termos, no *Tractatus*, o inefável, sendo condição de possibilidade do dizível, torna possível a empresa científica, que ela seja exequível. O terreno disputável da ciência é condicionado, assim, pelas arrumações lógicas possíveis e a depender de quais arranjos lógicos se façam, configura-se um mundo e não outro. Entretanto, este ou aquele mundo que não se configurou teriam, certamente, algo em comum: “É óbvio que um mundo imaginário, por mais que difira do mundo real, deve ter algo – uma forma – em comum com ele; Essa forma fixa consiste precisamente nos objetos”.¹²⁴ O nosso mundo, ou

qualquer outro mundo, é sempre um recorte contingente no interior de um espaço de possibilidades que é, por sua vez, absolutamente necessário. O “espaço lógico”, no jargão tractariano, não é nada senão a totalidade das possibilidades de combinação de objetos em estados de coisas”.¹²⁵

Ao cabo, os efeitos desta clara separação entre o necessário e o contingente circunscrevem o científico em um terreno esvaziado de necessidade, deixando-lhe, enquanto alvo da sua investigação, tão somente o que possa vir a ser conteúdo de proposições com sentido, ou seja, aquilo que se pode dizer com clareza. Por esta razão, um enunciado científico jamais pode vir a expressar – *figurar* – as leis lógicas que possibilitam a linguagem representar os fatos, podendo descrevê-los correta ou falsamente:

¹²² WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 4.1212, p. 181.

¹²³ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 4.113, p. 179.

¹²⁴ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 2.022, 2.023, p. 139.

¹²⁵ CUTER, João Vergílio G. *A ética do Tractatus*, p. 54.

A proposição não pode representar a forma lógica, esta forma se espelha na proposição. O que se espelha na linguagem, esta não pode representar. O que *se* exprime na linguagem, *nós* não podemos exprimir por meio dela. A proposição mostra a forma lógica da realidade. Ela a exhibe.¹²⁶

Desse modo, uma proposição não pode expressar uma lei; e se ela aparentemente expressa, por certo, o seu conteúdo não assevera uma relação necessária, como se supõe haver na relação entre causa e efeito, por exemplo. Segundo o *Tractatus*, toda a necessidade somente pode ser lógica e fora da lógica “é tudo um acaso”:¹²⁷ Desse modo, se existe alguma lei, ela será uma lei da lógica. Em razão desta constatação, nada se pode dizer de *a priori* mediante proposições significativas; as “leis da natureza” estão representadas mediante a aplicação de proposições significativas e, por tal condição, não são leis, mas somente representam a *forma* de uma lei:¹²⁸

Da existência de uma situação qualquer não se pode deduzir, de maneira nenhuma, inferir a existência de uma situação completamente diferente dela; Um nexos causal que justificasse uma tal inferência não existe; Os eventos do futuro, não podemos derivá-los dos presentes. A crença no nexos causal é a superstição.¹²⁹

Esta superstição, a crença na causalidade e nas demais leis naturais, certamente nos

reconforta, mas, sob análise, revela-se apenas a projeção sobre o mundo de nossas expectativas, hábitos e inclinações. Para quem se coloca nesse posto de observação anterior à própria articulação discursiva, a fé inabalável no nascimento do sol a cada dia só pode parecer um fato entre outros, que pode vir acompanhar ou não daquilo que é esperado, sem que a ordem eterna e imutável do universo sofra com isso o menor arranhão.¹³⁰

Para Pears, Wittgenstein desejava, assim, com seu *Tractatus*, finalmente “descobrir a posição exata da linha que divide o que faz do que não faz sentido, de modo que fosse possível perceber quando se chega àquela fronteira e parar”.¹³¹ Esta descoberta seria, portanto, bastante útil ao trabalho da filosofia, sobretudo ao mostrar o quanto àqueles que “frequente e deliberadamente ultrapassam os limites [da linguagem], caindo num

¹²⁶ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 4.121, p. 179.

¹²⁷ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.23, p. 265.

¹²⁸ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.23, p. 265.

¹²⁹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 5.135, 5.136, 5.1361, p. 207.

¹³⁰ CUTER, João Vergílio G. *A ética do Tractatus*, p. 53.

¹³¹ PEARS, David. *As idéias de Wittgenstein*, p. 14.

tipo de disparate especioso”, estariam longe de expressar pensamentos genuínos por meio de suas sentenças.¹³²

1.5 Considerações finais

De modo geral, a preocupação deste capítulo consistiu em apresentar o nosso viés de leitura do *Tractatus Logico-Philosophicus*. Essa nossa primeira tarefa pretendeu compor certo pano de fundo através do qual se possa melhor perceber o ânimo de nossa análise em relação à interpretação verificacionista da filosofia do *Tractatus*, que será objeto dos capítulos seguintes. Para tanto, apresentamos, até então, a perspectiva wittgensteiniana do trabalho da filosofia ao tempo do *Tractatus*, que, como vimos, solicitaria um perfil de leitor muito particular como descrito em seu Prefácio. Seguimos através do exame da distinção entre as noções de *dizer* e *mostrar*, também da idéia tractatiana de sentido proposicional, ressaltando como tais noções permanecem não só como a base lógica da análise da linguagem realizada por Wittgenstein, como também se fazem conceitos-chave para a compreensão da sua visão singular sobre o trabalho da filosofia e a sua devida finalidade – se é que podemos dizer que, no *Tractatus*, cabe, pois, à filosofia algum tipo de fim.

¹³² PEARS, David. *As idéias de Wittgenstein*, p. 14.

Capítulo II

A leitura verificacionista do Tractatus

“A concepção científica de mundo não
conhece qualquer enigma insolúvel”.

Manifesto do Círculo de Viena

“Não existe nenhum mistério
insondável no universo”.

Schlick

“O *enigma* não existe”.

Wittgenstein

2.1 Considerações iniciais

Neste capítulo, apresentaremos a recepção verificacionista do *Tractatus* manifesta, principalmente, sob dois pontos de vista distintos: a *verificabilidade* de Moritz Schlick, como se vê defendida em *Sentido e Verificação*; e o *princípio da verificabilidade modificado*, proposto por Alfred J. Ayer em *Linguagem, Verdade e Lógica*. Esta apresentação busca matizar o modo como o *Tractatus* foi recebido pelo Círculo de Viena, cabendo ressaltar quais fundamentos de sua filosofia teriam sido tomados como base para o verificacionismo lógico; por outro lado, busca também destacar que fração do seu teor seguiria descartada por esta recepção. Adicionalmente, o trabalho de análise do verificacionismo de Schlick e Ayer permitirá, em especial, enfatizar a idéia de que, longe de uníssona e consensual, a recepção do *Tractatus* pelo positivismo lógico teria sido bastante heterogênea, gerando, inclusive, perspectivas divergentes sobre pontos fundamentais de sua filosofia. Em certa medida, tais desacordos seriam alimentados pelo modo como se compreendia o trabalho da filosofia no *Tractatus* e o tipo de

expediente de que deveria o filósofo fazer uso, a saber: *mostrar*, e não *dizer*, aquilo que se faz necessário e relevante para a fundação do sentido proposicional. Tal visão da natureza da atividade filosófica viu sua legitimidade por vezes criticada por importantes filósofos ligados ao núcleo mais interno do Círculo de Viena, cabendo destacar, por exemplo, as observações de Otto Neurath.¹³³

Posto isso, a seção a seguir volta suas atenções para o período em que Schlick figuraria como o grande líder intelectual do Círculo de Viena, fase que, segundo Stadler, configuraria os anos de ouro do movimento, em especial a partir do momento em que se constitui o então intitulado *Círculo de Schlick*.¹³⁴ Desse modo, apresentaremos as linhas gerais da pauta filosófica de interesse do Círculo de Viena, ressaltando, sobretudo, as múltiplas referências ao *Tractatus* como contribuição filosófica fundamental para o desenvolvimento do positivismo lógico,¹³⁵ notadamente em relação à fundamentação e consolidação da perspectiva verificacionista do sentido proposicional. Para tanto, serão levadas em consideração obras centrais para o estabelecimento do positivismo lógico, além dos vários indícios, levantados por comentadores, que fazem sustentar a tese de que, no fundo, o tom homogeneizador e plano do manifesto *A concepção científica do mundo: O Círculo de Viena*¹³⁶ não seria uma boa medida da pluralidade de interesses e

¹³³ O conteúdo desta crítica foi examinado na seção 1.3 do capítulo anterior (pp. 23-29).

¹³⁴ STADLER, Friedrich. *The Vienna Circle: Studies in the Origins, Development, and Influence of Logical Empiricism*, p.178-179. Segundo Stadler, a fase de institucionalização do *Círculo de Schlick* – *The Schlick Circle* – se constitui a partir do início dos trabalhos de Schlick em Viena, em 1924, se estendendo até por volta de 1929. Após esta fase o Círculo continua em atividade, no que Stadler chama de fase de internacionalização do Círculo, e com a dissolução da *Sociedade Ernst Mach*, a emigração de Neurath e a morte repentina de Hahn, em 1934, também com a morte de Schlick, assassinado em 1936, o Círculo entra em sua fase de declínio até o momento em que se dissolve completamente com a tomada da Áustria pela Alemanha de Hitler, em 1938. Stadler, considera que a fase de internacionalização do Círculo se estende até o ano de 1940, período em que se constituem alguns círculos periféricos sob os comandos de Waismann, Kraft, Meider e Zilsel.

¹³⁵ Embora ao longo do nosso trabalho incorramos no uso da expressão “positivismo lógico”, buscando com ela designar e demarcar a natureza da filosofia do Círculo de Viena, gostaríamos de ressaltar o que nos relata Ouelbani sobre o uso de tal designação, ao examinar a perspectiva de Schlick, presente em *Positivismo e Realismo*: “o Círculo de Viena – ou, talvez mais exatamente, o Círculo de Schlick [...] – recebia o nome de *neopositivismo* ou de *neoempirismo*, apesar de neoempirismo ser uma classificação que não convinha, na realidade, a nenhum dos membros do Círculo. Por esse motivo, o próprio Schlick achava a designação *consistent empiricism* muito mais apropriada à tendência de todos eles, chamada de positivista” (*O Círculo de Viena*, p. 9). Para conhecimento da ostensiva crítica de Schlick ao uso genérico do termo “positivismo”, em vias de designar toda a tendência de pensamento que busque negar a possibilidade da metafísica, ver SCHLICK, Moritz. *Positivism and Realism*. In: AYER, Alfred J. *Logical positivism*. New York: The Free Press, 1966.

¹³⁶ Ver HAHN, Hans; NEURATH, Otto; CARNAP, Rudolf. *A concepção científica do mundo – o*

argumentos; dos posicionamentos divergentes e talvez inconciliáveis, que melhor fariam jus a uma descrição mais fiel da atmosfera intelectual que teria animado o Círculo de Viena.

Em sua terceira seção, este capítulo introduz o *princípio da verificabilidade* nos moldes propostos, por Schlick, em *Sentido e Verificação*. Neste texto, Schlick nos apresenta a idéia de uma verificabilidade de natureza essencialmente lógica, que logo faria independe o sentido da proposição das condições de verdade que a tornariam verdadeira ou falsa. Tal perspectiva seguiria estritamente alinhada com a noção de sentido proposicional apresentada no *Tractatus* e, desse modo, visaria fazer oposição a uma idéia de *verificabilidade* que se ampararia na tese da *exigência empírica do sentido*.¹³⁷ Para Schlick, a adoção desta nova compreensão da noção da verificabilidade resultaria em ganhos filosóficos importantes, senão decisivos, pois a idéia de *possibilidade de verificabilidade* livraria definitivamente a proposição de ter seu sentido, de algum modo, arbitrado pela experiência. Em outras palavras, o estabelecimento do sentido de uma proposição seguiria, agora, independente das circunstâncias factuais, a realidade sobre a qual aproximamos a proposição. Posto isso, o sentido de uma proposição seria estabelecido antes mesmo de seu cotejo com a realidade; seu sentido estaria, assim, assegurado *a priori* ou, em termos mais precisos, estaria garantido logicamente. Nessa medida, a realidade deixaria de ser, doravante, aquele critério através do qual se permite apontar quais proposições seriam, afinal, significativas e quais proposições, ao cabo, consistiriam em apenas pseudoproposições, que, na condição de enunciados absurdos, seriam uma fonte direta de embaraços para a filosofia. Vale ressaltar que esta perspectiva seria amplamente criticada por Rudolf Carnap, em seu *Testabilidade e Significado*,¹³⁸ ao propor, em lugar da noção de

Círculo de Viena, 1986, pp. 10-11 Originalmente publicado, em 1929, com o título *Wissenschaftliche Weltauffassung der Wiener Kreis*. Utilizamos, aqui, a tradução para o português disponível em ZILHÃO, António (Org.). *Do Círculo de Viena à Filosofia Analítica Contemporânea*. Lisboa: Livros de Areia, 2007.

¹³⁷ SCHLICK, Moritz. *Sentido e Verificação*, p. 86.

¹³⁸ Utilizamos, aqui, a tradução para o português, de autoria de Pablo Rúbén Mariconda, a partir da versão resumida do texto original. Esta tradução encontra-se disponível na *Coleção Os pensadores* (CARNAP, Rudolf. *Testabilidade e significado*. São Paulo: Abril Cultural, 1985). O texto original completo pode ser consultado em *Philosophy of Science*, n.3, 1936, e n.4, 1937 (N. do T.).

verificabilidade, o critério da *confirmabilidade*. As linhas gerais de tal crítica serão apresentadas ao final da terceira seção deste capítulo.

Por fim, em sua quarta seção, este capítulo apresenta o *princípio da verificabilidade* proposto por Ayer em *Linguagem, Verdade e Lógica*, ressaltando suas diferenças em relação à abordagem verificacionista de Schlick, especialmente em que ponto buscaria superar esta última. Também ressaltaremos o tipo de vínculo que Ayer teria estabelecido em relação à filosofia do *Tractatus*, buscando identificar os pontos de acordo e desacordo frente às posições assumidas por Wittgenstein. Assim, em conjunto com a perspectiva verificacionista de Schlick, também a partir da crítica de Carnap à verificabilidade, esperamos poder razoavelmente recompor uma parte significativa do ambiente de recepção da filosofia tractatiana estabelecido pelo Círculo de Viena, através do exame de uma fração expressiva da leitura realizada por alguns dos seus mais eminentes colaboradores.

2.2 Algumas considerações sobre a leitura verificacionista do *Tractatus*

O metafísico e o teólogo crêem, compreendendo-se mal a si mesmos, proferir algo com as suas frases, representar um estado de coisas. A análise mostra, porém, que estas frases nada significam, sendo apenas expressão de um sentimento vital. Tal à expressão um tal sentimento pode seguramente ser uma tarefa significativa na vida. Mas o meio de expressão adequado para o fazer é a arte, por exemplo, a Lírica ou a Música. Se, em vez delas, se escolher o aparato linguístico de uma teoria, há nisso um perigo: tem-se a ilusão da presença de um conteúdo onde nenhum está presente [...] A filosofia metafísica é rejeitada pela concepção científica do Mundo”.¹³⁹

Se há traço a partir do qual se permita reunir o pensamento dos membros do Círculo de Viena em torno de um projeto único de investigação, isso só se pode fazer, em linhas bastante gerais, ao se indicar a adoção de uma atitude comum de rejeição às doutrinas metafísicas. Mesmo assim, certamente não escaparíamos de incorrer no equívoco sobre o qual nos alertaria Schlick, ou seja, o de nos opormos à metafísica sem antes apontar

¹³⁹ Ver HAHN, Hans; NEURATH, Otto; CARNAP, Rudolf. *A concepção científica do mundo – o Círculo de Viena*, pp. 32.

qual doutrina metafísica se tem, afinal, como alvo.¹⁴⁰ Aliás, assegurar a existência de um tal projeto, de sorte que, em torno dele, todos os membros do Círculo empreenderiam seus esforços individuais de pesquisa, parece soar demasiado generalista, senão um erro cometido, ao menos, no campo da historiografia das ciências. Se buscamos tratar o Círculo de Viena, e aqui falamos especialmente do *Círculo de Schlick*,¹⁴¹ como uma espécie de conjunto fechado e relativamente uniforme de idéias, talvez o termo *pauta* – ou “programa neopositivista”, como diria Ouelbani¹⁴² – soe, portanto, mais adequado. Isso, pois, entre seus membros, nunca houve, de fato, um consenso filosófico suficiente por meio do qual se possa defender a existência de um *corpus* teórico homogêneo – um “projeto” – que permita ser, enfim, reconhecido como “a filosofia do Círculo de Viena”. Para Muñoz, haveria, na verdade, uma linha de trabalho composta por investigadores de disciplinas variadas em torno de uma atitude fundamental que, em linha gerais, seria orientada por uma concepção científica do mundo:

Lo que caracteriza la concepción científica del mundo propugnada y colectivamente elaborada (en proceso de construcción abierto siempre a revisiones y reformulaciones y, por ello, inacabado e inacable) por el Círculo de Viena no es un conjunto de tesis “materiales” propias, sino una actitud fundamental: unos puntos de vista, un programa de investigación multidisciplinar, una línea de trabajo.¹⁴³

Ainda segundo Muñoz, a atitude comum às várias linhas de ação desenvolvidas pelo Círculo de Viena poderia ser, em plano geral, reduzida a seguinte síntese:

un filosofar que sabe que el conocimiento debe tener – y en definitiva tiene, si es tal “conocimiento” – una base empírica (un contenido informativo), a la vez que lo se asume como corporeizado, en cuanto tal conocimiento, en proposiciones significativas cognitivamente cargadas, susceptibles de ser verdaderas o falsas, a diferencia de las proposiciones meramente aparentes, o pseudo proposiciones, de la vieja filosofía especulativa, carentes de significado cognitivo y, en consecuencia, de valor de verdad.¹⁴⁴

¹⁴⁰ SCHLICK, Moritz. *Positivismo e Realismo*. São Paulo: Abril Cultural, p. 40.

¹⁴¹ Falamos precisamente do período em que se iniciaria com a chegada de Schlick à Viena até dois anos antes de seu assassinato, que inclui, de acordo com Dahms *apud* Ouelbani (OUELBANI, Mélika. *O Círculo de Viena*, p. 15), os períodos de constituição do Círculo, entre 1922 e 1928, e o seu período áureo, que se estendeu entre os anos de 1928 e 1934.

¹⁴² OUELBANI, Mélika. *O Círculo de Viena*, p. 13.

¹⁴³ MUÑOZ, Jacobo. *Ludwig Wittgenstein y la idea de una concepción científica del mundo*, p.107.

¹⁴⁴ MUÑOZ, Jacobo. *Ludwig Wittgenstein y la idea de una concepción científica del mundo*, p.107.

Em outro equívoco corriqueiro se incorre quando nos referimos ao Círculo de Viena como um evento único, sem que se faça menção à existência de vários círculos constituídos antes, ao longo de seu desenvolvimento e mesmo depois de sua dissolução. Desse modo, há que se considerar, para efeito de uma análise mais detida e cuidadosa, a existência de várias fases ao longo de sua trajetória, que podem muito bem ser alçadas ao patamar de círculos próprios, embora não independentes entre si. Este seria o caso do *Círculo de Hahn* – também conhecido como *proto-círculo* ou *fase formativa*, por Stadler¹⁴⁵ – e também do *Círculo de Schlick*, grupo que o próprio Schlick denominaria *Wiener Kreis*.¹⁴⁶ Em verdade, segundo Janik e Toulmin, a Viena do começo do século XX se apresentava como um cenário que abrigava uma intensa atividade intelectual e artística, que configuraria uma atmosfera propícia à constituição de círculos de discussão e pesquisa sobre os mais variados temas; nessa medida, pode-se dizer que houveram diversos “círculos de Viena”.¹⁴⁷

Dentre tais grupos, o *Círculo de Schlick* representou o período mais importante do Círculo de Viena, momento em que esta sociedade atingiria a fase áurea de seu desenvolvimento. Com efeito, quando, hoje, fazemos referência ao Círculo de Viena, grosso modo, é ao *Círculo de Schlick* a quem fazemos devida alusão.¹⁴⁸ Não por acaso, é neste período que se consegue, através de Schlick e Waismann, um maior sucesso de interlocução com Wittgenstein.¹⁴⁹ Estes anos de ouro do Círculo de Viena seriam sucedidos por uma fase de internacionalização do seu pensamento, período que seria logo precocemente abreviado em razão da incorporação da Áustria pela Alemanha nazista – o *Anschluss*.¹⁵⁰ Em tais circunstâncias, muitos intelectuais se viram forçados a buscar guarida em outros centros científicos e filosóficos, a exemplo de Neurath e

¹⁴⁵ STADLER, Friedrich. *The Vienna Circle: Studies in the Origins, Development, and Influence of Logical Empiricism*, pp. 195-198.

¹⁴⁶ OUELBANI, Mélika. *O Círculo de Viena*, p. 8.

¹⁴⁷ OUELBANI, Mélika. *O Círculo de Viena*, pp. 7-8.

¹⁴⁸ STADLER, Friedrich. *The Vienna Circle: Studies in the Origins, Development, and Influence of Logical Empiricism*, p. 178.

¹⁴⁹ STADLER, Friedrich. *The Vienna Circle: Studies in the Origins, Development, and Influence of Logical Empiricism*, p. 178.

¹⁵⁰ ZILHÃO, António. *Introdução*. In: ZILHÃO, António (Org.). *Do Círculo de Viena à Filosofia Analítica Contemporânea*, p. 9.

Waismann, que encontraram exílio na Inglaterra, e Carnap, que emigrou para os Estados Unidos.¹⁵¹

Publicado em 1929, o ensaio *Wissenschaftliche Weltauffassung: Der Wiener Kreis* – em português, *A concepção científica do mundo: O Círculo de Viena* – seria considerado o grande marco da afirmação pública do positivismo lógico, sendo logo alçado à condição de grande manifesto do movimento. O teor do “Manifesto do Círculo de Viena”, como é mais comumente mencionado na literatura, possibilita-nos ter acesso não só à perspectiva geral da filosofia do Círculo como também à boa parte da sua rede de colaboradores e aos temas que lhe interessariam nos âmbitos da ciência e filosofia. Não obstante a sua utilidade, acreditamos que o Manifesto não deve ser tomado como a melhor fotografia dos diversos matizes que compunham o ambiente intelectual do Círculo de Viena. Isso ocorre, em nossa opinião, por conta de duas razões gerais, a saber: em primeiro lugar, *Wissenschaftliche Weltauffassung* é, essencialmente, um manifesto e, em tal condição, deve naturalmente expor uma perspectiva geral e acessível do que representa. Assim, sua grande função consistiria, prioritariamente, em dar notícia da existência de um grupo numeroso de pesquisadores interessados em abordar uma mesma pauta de problemas sob determinada abordagem. Em segundo lugar, o manifesto, por seu perfil generalista, também visando ser boa propaganda, deixaria de lado dados importantes que poderiam indicar possíveis divergências de opinião entre seus membros como, por exemplo, o confronto entre Schlick e Ayer frente à tarefa de modelagem do *princípio da verificabilidade* – ou mesmo a busca por uma alternativa ao seu uso, como no caso da *confirmabilidade* proposta por Carnap¹⁵² –, tendo, ao fundo, a análise lógica da linguagem promovida pelo *Tractatus*.

Com efeito, o “verificacionismo” de Wittgenstein encontraria “sua expressão mais conhecida, sob forma do *princípio da verificabilidade*, em *Language, truth and logic* de A. J. Ayer [...], publicado em 1936”.¹⁵³ Este princípio seria logo convertido em uma espécie de lema do positivismo lógico e seria expresso do seguinte modo: “o sentido de

¹⁵¹ OUELBANI, Mélika. *O Círculo de Viena*, p. 10.

¹⁵² CARNAP, Rudolf. *Testabilidade e significado*. In: Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

¹⁵³ MONK, Ray. *Wittgenstein: o dever do gênio*, pp. 262-263.

uma proposição é o seu meio de verificação”.¹⁵⁴ Além dos trabalhos de Ayer, podemos ainda incluir *Sentido e Verificação*, de Schlick, no rol de textos seminais para o positivismo lógico e que estariam em conexão direta com as “preocupações verificacionistas” de Wittgenstein. Tanto a concepção de verificabilidade elaborada por Ayer quanto a que nos apresenta de Schlick em *Sentido e Verificação*, serão examinadas na seção a seguir, que inclui ainda uma breve apresentação da tentativa, feita Rudolf Carnap, de superação da idéia de verificabilidade ao propor, em seu lugar, a adoção do critério da *confirmabilidade* de uma sentença. Desse modo, esperamos expor alguns dos importantes resultados obtidos pela filosofia do Círculo de Viena quando se pôs à tarefa de interpretação do pensamento de Wittgenstein ao tempo do *Tractatus*.

2.3 O verificacionismo de Moritz Schlick

Em *Sentido e Verificação*, vemos Schlick reagir à idéia de que sua concepção de verificabilidade consistisse em qualquer tentativa de estabelecimento da experiência como instância que decidiria sobre o sentido de uma proposição. Sob tal perspectiva, uma proposição somente teria sentido, caso o seu conteúdo – sua expressão – fizesse referência aos ítems empíricos que “determinariam a aplicabilidade do conceito ou constituir a verificação da proposição”.¹⁵⁵ Esta tese seria derivada de certa interpretação do argumento da *exigência empírica do sentido – empirical meaning requirement*¹⁵⁶ – que, segundo Schlick, seria equivocadamente atribuída como própria de seu empirismo. Para ele, a aceitação de sua verificabilidade como algo que, de algum modo, fizesse subordinar o sentido de uma proposição às circunstâncias empíricas seria claro resultado da incompreensão dos pressupostos da filosofia do positivismo lógico vienense. Este mau entendimento, sobretudo exemplificado nas palavras de C. I. Lewis,¹⁵⁷ levaria Schlick a esclarecer o real estatuto de sua verificabilidade que, como ele mesmo reconheceu na primeira nota de *Sentido e Verificação*, deveria ao pensamento de Wittgenstein grande parte de sua consistência metodológica.¹⁵⁸

¹⁵⁴ MONK, Ray. *Wittgenstein: o dever do gênio*, p. 263.

¹⁵⁵ SCHLICK, Moritz. *Sentido e Verificação*, p. 87.

¹⁵⁶ SCHLICK, Moritz. *Sentido e Verificação*, p. 86.

¹⁵⁷ SCHLICK, Moritz. *Sentido e Verificação*, p. 86.

¹⁵⁸ SCHLICK, Moritz. *Sentido e Verificação*, p. 85.

Sendo assim, nesta seção, apresentaremos as linhas gerais de definição do verificacionismo defendido por Schlick, cabendo destacar, em especial, a sua compreensão da verificabilidade como *possibilidade de verificação*.¹⁵⁹ A nosso ver, o exame desta compreensão avivaria o caráter tractatiano dos argumentos mais fundamentais do empirismo de Schlick, sendo decisiva, por exemplo, a idéia de que “o sentido e a verificabilidade de uma proposição não depende de quaisquer condições empíricas, senão que são determinados por possibilidades puramente lógicas”.¹⁶⁰ Este seria, pois, o caráter mais marcante do *empirismo consistente* de Schlick,¹⁶¹ também a grande contribuição da filosofia do *Tractatus* para o desenvolvimento da noção de verificabilidade defendida por outros nomes associados ao Círculo de Viena.

A verificabilidade como possibilidade lógica de verificação

Em *Sentido e Verificação*, vemos dispostos os princípios que fundamentariam uma idéia de verificabilidade definida como *possibilidade lógica de verificação*. Esta apresentação segue estabelecida ao tempo em que Schlick responderia as várias objeções feitas por C. I. Lewis em relação à legitimidade do uso do critério da *exigência empírica do sentido* como princípio fundamental do verificacionismo lógico. Ao reconhecer este critério como a tese que caracterizaria toda a filosofia que se tem denominado “o positivismo lógico do Círculo de Viena”,¹⁶² Lewis assinalaria que a sua adoção, que consideraria inadequada por várias razões, levaria

necessariamente a restrições à ‘importante discussão filosófica’, restrições essas que, em alguns pontos, tornariam tal discussão totalmente impossível, ao passo que, em outros pontos, haveriam de restringir a discussão em medida intolerável.¹⁶³

Para Schlick, as considerações de Lewis seguiriam sem fundamento na medida em que sua interpretação do critério da *exigência empírica do sentido* estaria comprometida, sobretudo, com as seguintes premissas gerais – premissas que Schlick logo trataria de refutar em *Sentido e Verificação*: (I) os conceitos de *método de comprovação* e

¹⁵⁹ SCHLICK, Moritz. *Sentido e Verificação*, p. 95.

¹⁶⁰ SCHLICK, Moritz. *Sentido e Verificação*, p. 95.

¹⁶¹ SCHLICK, Moritz. *Sentido e Verificação*, p. 86.

¹⁶² SCHLICK, Moritz. *Sentido e Verificação*, p. 86.

¹⁶³ SCHLICK, Moritz. *Sentido e Verificação*, p. 86.

verificabilidade não estariam claramente definidos pelo empirismo lógico;¹⁶⁴ (II) a condição de *verificável* acrescentaria algo ao sentido de uma proposição;¹⁶⁵ (III) o uso da expressão *verificação possível* careceria de uma ampla análise do seu significado, pois, sem tal esclarecimento, a imprecisão de sentido que acompanharia o seu uso “equivaleria deixar todo o conceito na obscuridade”.¹⁶⁶

Segundo Schlick, um dos principais erros cometidos por Lewis teria sido entender que o conhecimento do *modo de verificação* de uma proposição implicaria a imposição de “algo adicional ou suplementar ao seu sentido ou compreensão verbal”.¹⁶⁷ Para Schlick, este equívoco seria resultado da incompreensão do real estatuto do seu empirismo, portanto, do desconhecimento da natureza essencialmente lógica de sua verificabilidade. De acordo com Schlick, a condição de “verificável” significaria tão somente a formulação das “condições que na realidade sempre foram consideradas necessárias para averiguar o sentido e a inteligibilidade” de uma proposição.¹⁶⁸ Ou seja, quando asseveramos que uma proposição é verificável, queremos precisamente indicar que é *possível* a sua verificação independentemente do seu valor de verdade; e tal possibilidade, para Schlick, já determinaria a sua significatividade.¹⁶⁹

O resultado de nossas considerações é o seguinte: a verificabilidade – que constitui a condição suficiente e necessária do sentido ou significação – é uma possibilidade de ordem lógica; a verificabilidade deriva do fato de construirmos a frase em conformidade com as regras pelas quais são definidos os seus termos.¹⁷⁰

Desse modo, a pergunta que busca saber se determinada proposição tem ou não sentido constitui, em última análise, a mesma questão que indaga pela verificabilidade da proposição. Assim, “ter sentido” e “ser verificável” constituem-se expressões equivalentes na medida em que ambas sinalizam a existência das mesmas garantias ou regras lógicas que tanto estabelecem a possibilidade de verdade do conteúdo que comunica a proposição quanto da possibilidade de que este mesmo conteúdo descreva

¹⁶⁴ SCHLICK, Moritz. *Sentido e Verificação*, p. 87.

¹⁶⁵ SCHLICK, Moritz. *Sentido e Verificação*, p. 87.

¹⁶⁶ SCHLICK, Moritz. *Sentido e Verificação*, p. 90.

¹⁶⁷ SCHLICK, Moritz. *Sentido e Verificação*, p. 87.

¹⁶⁸ SCHLICK, Moritz. *Sentido e Verificação*, p. 87.

¹⁶⁹ SCHLICK, Moritz. *Sentido e Verificação*, p. 86.

¹⁷⁰ SCHLICK, Moritz. *Sentido e Verificação*, p. 93.

equivocadamente, portanto falsamente, a experiência. Desse modo, a verificabilidade de Schlick segue radicalmente diferente de perspectivas verificacionistas que buscariam destacar a experiência com uma instância relevante, senão decisiva, para o estabelecimento do sentido da proposição. Contrária à idéia de que a verificação seja estabelecida *post festum*¹⁷¹, a verificabilidade de Schlick trata de destituir a experiência do cumprimento de qualquer papel essencial no estabelecimento do sentido proposicional:

A possibilidade de verificação não repousa em qualquer “verdade da experiência”, em alguma lei da natureza ou em qualquer outra proposição verdadeira de ordem geral, senão que é determinada exclusivamente pelas nossas definições, pelas normas que foram fixadas para a nossa língua, ou que podemos estabelecer arbitrariamente a qualquer momento.¹⁷²

Alinhada com a análise lógica do sentido proposicional desenvolvida no *Tractatus*, a verificabilidade de Schlick estabelece que o sentido de uma proposição se determina logicamente e em circunstâncias que antecederiam o cotejo da proposição frente a realidade. Para Schlick, assim como para Wittgenstein, a possibilidade de que seja verdadeira ou falsa uma proposição – sua bipolaridade – seguiria já determinada pela natureza lógica da estrutura mais profunda da proposição, a saber, a sua forma lógica. Esta forma seria resultado da combinação de objetos lógicos – ou *coisas* – que, segundo Wittgenstein, restariam como a substância fixa do mundo, embora subexistam¹⁷³ *fora* dele. Para Wittgenstein, o sentido de uma proposição – situado, portanto, *fora* do mundo – jamais pode ser conhecido mediante uma análise que se faça resultado de uma inspeção de natureza empírica. Desse modo, a proposição, sendo em si também um fato empírico, não pode de modo algum exprimir o conteúdo que lhe confere sentido, a saber, o material lógico que constitui a substância do mundo – erro frequentemente cometido pela metafísica:

O conhecimento é essencialmente uma reprodução da ordem, da estrutura do mundo; o material ou conteúdo que pertence a esta estrutura não pode entrar nele; uma vez que a expressão não é, no final de contas, a coisa que está a ser expressa. Deste modo, não teria qualquer sentido tentar exprimir o próprio “conteúdo”. É aqui que se encontra a condenação de todas as variedades de Metafísica; pois é

¹⁷¹ SCHLICK, Moritz. *Sentido e verificação*, p. 92.

¹⁷² SCHLICK, Moritz. *Sentido e verificação*, p. 96.

¹⁷³ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 2.027, 2.0271, 2.0272, p. 141.

precisamente isto que a Metafísica sempre quis fazer, ao ter como sua finalidade o conhecimento da verdadeira “essência do ser”.¹⁷⁴

É nessa medida que, diferentemente do que pensaria Lewis, a condição de verificável nada acrescentaria ao sentido de uma proposição. De acordo com Schlick, ao dizermos que uma proposição é *verificável* quereremos tão somente dizer que é *possível a sua verificação*: “Cumprir enfatizar que, quando falamos de verificabilidade, entendemos a possibilidade lógica de verificação, e somente isto”.¹⁷⁵ Saber de tal possibilidade permite, afinal, que verifiquemos a proposição de modo que seu conteúdo – o que ela *diz* – seja confirmado ou não pela experiência. A afirmação da possibilidade de verificação significa, assim, a simples constatação – e a validade da expressão verbal disso *que* se constata segue radicalmente questionada pelo *Tractatus* – de que a proposição possui um significado lógico; uma estrutura lógica, anterior à sua forma aparente e que lhe confere sentido. Caso tenha sentido, a proposição logo se faz um arranjo ordenado; e tal ordenação segue resultado da combinação lógica de objetos que, em última análise, fundam o sentido da linguagem. Em razão disso, pode-se dizer que quando estabelecemos *se tem ou não sentido uma proposição* ou *se tal proposição é ou não verificável* cumprimos, fundamentalmente, a mesma tarefa.

Esta perspectiva lógica do sentido proposicional também ajudaria a refutar outra objeção feita por Lewis: considerar que o empirismo de Schlick não teria deixado suficientemente claros os termos de seu método de verificação. Tendo em vista tal objeção, Schlick esclarece que seu método de verificação consiste em descobrir se determinada proposição possui sentido ou não, o que, em outras palavras, entende-se por saber se determinada proposição segue um arranjo logicamente ordenado ou, no caso contrário, um arranjo mal formado destituído de significado. Enunciados dessa natureza não podem ser afirmados ou negados e isso só nos indica a carência de sentido do que eles tentam expressar, situação que nos leva fatalmente a impossibilidade de compreendê-los:

¹⁷⁴ Fragmento de uma entrada escrita por Schlick para o *Philosophen-Lexikon. Handwörterbuch der Philosophie nach Personen* (Organizado e editado por Werner Ziegenfuss e Gertrud Jung. Berlin: de Gruyter, 1950, p. 462). Esta passagem foi resgatada por Stadler em *Moritz Schlick, entre a natureza e a cultura* (ver ZILHÃO, António. *Do Círculo de Viena à Filosofia Analítica Contemporânea*, p. 47).

¹⁷⁵ SCHLICK, Moritz. *Sentido e verificação*, p. 96.

Devemos dizer que uma questão tem sentido, se formos capazes de *entendê-la*, ou seja, se formos capazes de, para qualquer proposição dada, decidir se, em caso de ser verdadeira, constituiria uma resposta para a questão em pauta. Assim sendo, a decisão somente poderia ser impedida pelas circunstâncias de ordem empírica, o que significa que não seria logicamente impossível. Conseqüentemente, nenhum problema que tenha realmente sentido pode ser insolúvel *por princípio*. Se, por conseguinte, acharmos ser *logicamente* impossível uma resposta, sabemos que na realidade não estamos face a uma questão verdadeira, mas diante de uma pseudo-questão, uma combinação de palavras destituída de sentido.¹⁷⁶

2.4 O verificacionismo de Alfred J. Ayer

No Prefácio à primeira edição de *Linguagem, Verdade e Lógica*, Ayer apresenta duas teses fundamentais para a compreensão da natureza do seu princípio de verificação: a primeira consistiria na divisão das proposições genuínas em duas classes: as que se referem à “relação de ideias” e as que são relativas a “questões factuais”. À primeira classe pertenceriam as proposições *a priori* da lógica e da matemática pura, tipo de proposição que não se pode refutar pela experiência, uma vez que não fazem qualquer asserção sobre os fatos, mas somente registram “simplesmente a nossa determinação em utilizar os símbolos de um certo modo”.¹⁷⁷ À segunda classe pertenceriam as proposições “relativas às questões factuais empíricas” consideradas, por Ayer, de caráter hipotético. Segundo ele, tais proposições seriam prováveis, mas jamais estaríamos certos sobre a sua verdade.¹⁷⁸

A segunda tese consistiria em estabelecer o princípio de verificação como um método através do qual se possa testar se determinado enunciado expressa uma hipótese genuína ou não. Entretanto, adverte-nos Ayer, esta tese não asserre necessariamente que “uma hipótese empírica deva ser verificável conclusivamente, mas que, para a determinação da sua verdade ou falsidade deve ser relevante uma experiência sensorial possível”.¹⁷⁹ Desse modo, se uma expressão carece de correspondência com uma experiência sensorial possível, segue-se, para Ayer, que (I) estamos diante de uma proposição da

¹⁷⁶ SCHLICK, Moritz. *Sentido e verificação*, p. 94-95.

¹⁷⁷ AYER, Alfred J. *Linguagem, Verdade e Lógica*, p. 7.

¹⁷⁸ AYER, Alfred J. *Linguagem, Verdade e Lógica*, p. 7.

¹⁷⁹ AYER, Alfred J. *Linguagem, Verdade e Lógica*, p. 7.

lógica ou da matemática pura *ou* (II) flagramos, ao cabo, um enunciado carente de sentido, portanto, metafísico.¹⁸⁰ Para Ayer, este seu critério levaria à clara constatação de que

muito do que é geralmente tido como filosófico é metafísico [...] e, em particular, que não se pode afirmar significativamente a existência de um mundo não-empírico de valores, nem que homens tem almas imortais, nem que existe um deus transcendente.¹⁸¹

Apesar de nos apresentar, no Prefácio de *Linguagem, Verdade e Lógica*, em que consistiria o seu princípio de verificação, vemos, ao longo da obra, seguidas tentativas de seu estabelecimento sem que, por fim, se tenha uma versão definitiva deste princípio. Tais tentativas se vêem influenciadas pelo curso das soluções dadas em resposta às várias objeções que outros filósofos, inclusive o próprio Ayer, impuseram contra a efetividade do princípio de verificação. Com efeito, examinaremos parte dessas objeções e as soluções propostas por Ayer, bem como apresentaremos algumas versões conferidas ao princípio de verificação elaboradas ao longo de *Linguagem, Verdade e Lógica*. Embora não seja nosso intuito esgotar aqui o espectro de versões dadas ao princípio de verificação, destacaremos algumas formulações em especial, buscando através delas flagrar, em alguma medida, o caráter do empirismo de Ayer e, sendo aquilo que nos importa sublinhar, a influência de Wittgenstein na base do seu pensamento verificacionista. Ademais, ressaltamos ainda que não enfrentaremos, em pormenor, a variedade e a densidade das dificuldades técnicas exploradas por Ayer, senão que apresentaremos uma pequena súmula dos seus argumentos filosóficos principais. Também não será apresentada aqui uma versão final do princípio de verificação, isso porque o próprio Ayer afirmou a necessidade de sua revisão, algo que se vê registrado, por exemplo, em seus comentários sobre a necessidade de realização de análises pormenorizadas do princípio, sobretudo se buscamos uma efetiva eliminação dos argumentos da metafísica.¹⁸²

¹⁸⁰ AYER, Alfred J. *Linguagem, Verdade e Lógica*, p. 7.

¹⁸¹ AYER, Alfred J. *Linguagem, Verdade e Lógica*, p. 7.

¹⁸² AYER, Alfred J. *Linguagem, Verdade e Lógica*, p. 157.

“Os princípios” de verificação de Ayer

É fato que muitos filósofos, de modo a dar significado ao seu vocabulário, logo se põem a isolar as acepções particulares dos seus termos, medida que, em alguns casos, leva à criação de novos termos com o intuito de distanciar seu vocabulário de outros já impregnados de sentido corrente. De modo semelhante, para Ayer, seria crucial definir claramente o significado de alguns termos de importância fundamental para o empirismo lógico, tarefa que o levaria, neste caso particular, à revisão dos termos “sentido” e “verificável”. Tal investigação teria afim alvo certo, a saber, as posições assumidas pelo Círculo de Viena, especialmente a perspectiva verificacionista de Moritz Schlick e de seus seguidores mais próximos.

De acordo com Ayer, as diferenças entre o seu empirismo e o empirismo professado pelo Círculo de Viena levaria à produção de diferentes versões do princípio da verificabilidade. Enquanto Schlick daria um “passo à frente ao apresentar um procedimento para determinar que significado uma sentença tem”,¹⁸³ para Ayer, a sua versão do princípio da verificabilidade proferia, de modo mais simplificado, tão somente uma regra para se determinar se uma sentença seria, ao cabo, significativa ou não.¹⁸⁴ Tal regra segue apresentada, em *As questões centrais da filosofia*, do seguinte modo:

o princípio da verificabilidade ou, menos exatamente porém mais concisamente, o princípio da verificação como foi formulado por Moritz Schlick, o líder do grupo de filósofos e matemáticos que se autodenominou Círculo de Viena, e que organizou o movimento positivista lógico no final da década de 1920, o princípio enunciava que o significado de uma proposição consiste em seu método de verificação. Minha versão desse princípio, conforme expresso em *Language, Truth and Logic*, era que uma sentença é fatuamente significativa para qualquer pessoa se e somente se ela sabe como verificar a proposição que a sentença pretende exprimir – isto é, se ela sabe que observações a levariam, sob certas condições, a aceitá-la como verdadeira ou a rejeitá-la como falsa.¹⁸⁵

¹⁸³ AYER, Alfred J. *As questões centrais da filosofia*, p. 42.

¹⁸⁴ AYER, Alfred J. *As questões centrais da filosofia*, p. 42.

¹⁸⁵ AYER, Alfred J. *As questões centrais da filosofia*, p. 39.

Embora Ayer, na passagem acima, pareça bastante assertivo em relação à versão finalmente assumida pelo seu princípio da verificabilidade, é fato que *Linguagem, Verdade e Lógica* não nos oferece a sua formulação definitiva.¹⁸⁶ Aliás, o próprio Ayer, de certo modo, admitiria tal inacabamento na seguinte passagem deste mesmo livro: “compreendo que para a efectiva eliminação da metafísica este [o princípio da verificabilidade] necessita de ser melhor fundamentado por análises pormenorizadas e argumentos metafísicos particulares”.¹⁸⁷ Desse modo, em *Linguagem, Verdade e Lógica* é possível ver seguidas tentativas de elaboração do princípio da verificabilidade ao passo que Ayer busca encontrar uma definição mais adequada para os termos *sentido* e *verificável*.

Tal investigação conduz Ayer à proposição de que, em lugar do termo *sentido*, deveríamos empregar a expressão *sentido literal*, entendendo-se por *sentido literal* o sentido dos enunciados considerados analíticos ou verificáveis empiricamente – “sugiro que só se um enunciado tiver sentido literal, nesta acepção, é que pode ser considerado adequadamente verdadeiro ou falso”.¹⁸⁸ Frente à questão de redefinição do termo *verificável*, Ayer indica a necessidade de que usemos este termo no *sentido fraco* do seu emprego.¹⁸⁹ Assim empregado, o termo *verificável* passaria somente a ser aplicado ao enunciado em “que for possível torná-lo provável pela experiência”.¹⁹⁰

veremos que eu distingo entre sentido “forte” e um sentido “fraco” do termo “verificável”, e que explico esta distinção dizendo que “uma proposição é verificável no sentido forte do termo se, e apenas se, a sua verdade puder ser estabelecida conclusivamente pela experiência”, mas que, “é verificável no sentido fraco do termo, se for possível torná-lo provável pela experiência”. E depois dou razões para decidir que é apenas o sentido fraco do termo que é requerido pelo meu princípio da verificação.¹⁹¹

A busca pela definição adequada dos termos *sentido* e *verificável*, de modo que se possa encontrar uma melhor formulação para o princípio da verificabilidade, ainda levaria

¹⁸⁶ Isso, inclusive, é afirmado pelo próprio Ayer quando no apêndice de *As questões centrais da filosofia* propõe a revisão do seu princípio da verificabilidade tendo em vista reflexões posteriores.

¹⁸⁷ AYER, Alfred J. *Linguagem, Verdade e Lógica*, p. 156-157.

¹⁸⁸ AYER, Alfred J. *Linguagem, Verdade e Lógica*, p. 157.

¹⁸⁹ AYER, Alfred J. *Linguagem, Verdade e Lógica*, p. 150.

¹⁹⁰ AYER, Alfred J. *Linguagem, Verdade e Lógica*, p. 150.

¹⁹¹ AYER, Alfred J. *As questões centrais da filosofia*, p. 150.

Ayer a examinar as ambiguidades que normalmente acompanhariam o emprego dos termos *frase*, *enunciado* e *proposição*. Esta tarefa o faria distinguir e definir tais termos, propondo o modo mais adequado de seu emprego no âmbito do empirismo lógico. Ao passo disso, Ayer consideraria “frase” todo simples arranjo de termos combinados gramaticalmente; e, de modo mais restrito, entenderia por “enunciado” toda frase que possuía sentido literal. Por fim, os enunciados prováveis pela experiência, ou verificáveis, também chamados de *frases indicativas*,¹⁹² expressariam aquilo que Ayer entende como “proposição”.¹⁹³ De acordo com esta sua distinção, o princípio da verificabilidade, em consequência, somente poderia ser aplicado às frases do tipo indicativo, ou seja, aos enunciados, uma vez que somente tais arranjos expressariam a proposição:

a classe das proposições torna-se, nesta acepção, uma subclasse dos enunciados, e uma forma de descrever o princípio da verificação seria dizer que este fornecia um meio de determinar quando e que uma frase indicativa exprimia um enunciado observacional ou, por outras palavras, de distinguir os enunciados que pertenciam à classe das proposições dos que não pertenciam.¹⁹⁴

Outra noção importante para Ayer seria a de *proposição básica*, que seria introduzida como tentativa de solução do problema da impossibilidade de verificação completa da proposição. Uma vez que o caráter das proposições empíricas seguiria, a rigor, hipotético – afinal sempre há a possibilidade da experiência posterior contradizer a proposição –,¹⁹⁵ Ayer cogitaria solucionar tal questão mediante o estabelecimento de proposições que fazem referência a um único fato. Desse modo, tais proposições somente se fazem verificáveis, conclusivamente, caso referenciadas a uma experiência particular – “o que se pode considerar que as verifica conclusivamente é a ocorrência da única experiência que referem”.¹⁹⁶ Mas a tal solução logo se seguiriam duas dificuldades importantes.

¹⁹² AYER, Alfred J. *Linguagem, Verdade e Lógica*, p. 148.

¹⁹³ AYER, Alfred J. *Linguagem, Verdade e Lógica*, p. 148.

¹⁹⁴ AYER, Alfred J. *Linguagem, Verdade e Lógica*, p. 148.

¹⁹⁵ AYER, Alfred J. *Linguagem, Verdade e Lógica*, p. 150.

¹⁹⁶ AYER, Alfred J. *Linguagem, Verdade e Lógica*, p. 150.

A primeira dificuldade consistiria na observação de que se o princípio de verificação somente se poderia aplicar ao caso das proposições básicas, qual seria portanto a sua utilidade para a ciência? Em outras palavras, se uma proposição se pode somente aplicar a um fato específico, como poderíamos testar proposições de modo a fortalecer seu caráter de verdade; e, desse modo, aumentar a capacidade descritiva de uma teoria? Não seria, afinal, o status de “verificável” uma condição que afirmaria certa autonomia da proposição em relação aos fatos futuros? Ou seja, independentemente dos fatos futuros afirmarem ou contradizerem a proposição, não se poderia, nas duas situações possíveis, a condição da proposição enquanto verificável? Por fim, restaria ainda uma última questão a responder: como ficaria a efetiva produção do conhecimento a partir do uso de proposições básicas para solução do problema da verificação completa? Nesse caso, questionaria Ayer: haveríamos de rever o modo “como é que a palavra ‘verificável’ deve ser entendida?”¹⁹⁷ Tais desafios levam Ayer à alteração do seu princípio da verificabilidade que passa, agora, a se revestir de nova formulação:

Por isso, apresento uma segunda versão do meu princípio, que voltarei a afirmar agora em termos ligeiramente diferentes, utilizando a expressão “enunciado observacional”, em lugar de “proposição experiencial”, para designar um enunciado “que registre uma observação de facto ou possível”. Portanto, nesta versão, o princípio é o de que um enunciado é verificável, e por consequência portador de sentido, se um enunciado observacional puder ser deduzido a partir dele em conjunção apenas com determinadas outras premissas.¹⁹⁸

Mas logo o seu recurso ao conceito de *enunciado observacional*, como solução ao problema da verificação completa da proposição, é posto em cheque, forçando Ayer, mais uma vez, a rever sua posição e, conseqüentemente, a sua formulação do princípio de verificação:

Na verdade, testamos tal enunciado fazendo observações que consistem na ocorrência de conteúdos sensoriais particulares; mas, para qualquer teste que realizamos de facto, há sempre um número indefinido de outros testes, que diferem até certo ponto em condições ou em resultados, que serviriam para o mesmo objectivo. E isto significa que nunca há nenhum conjunto de enunciados observacionais que possa ser verdadeiramente tido como originado por qualquer enunciado sobre uma coisa material.¹⁹⁹

¹⁹⁷ AYER, Alfred J. *Linguagem, Verdade e Lógica*, p. 150.

¹⁹⁸ AYER, Alfred J. *Linguagem, Verdade e Lógica*, p. 152.

¹⁹⁹ AYER, Alfred J. *Linguagem, Verdade e Lógica*, p. 153.

Diante desta dúvida radical, a saber, se um enunciado observacional de fato se origina através de “qualquer enunciado sobre uma coisa material”, Ayer progride sua argumentação em direção a uma nova distinção, que consistiria em estabelecer a diferença entre *verificabilidade direta* e *verificabilidade indireta*. O primeiro tipo de verificabilidade diz que um enunciado é verificável diretamente “se ele próprio for um enunciado observacional, ou em conjunção com um ou mais enunciados observacionais implicar pelo menos um enunciado observacional que não seja deduzível apenas a partir destas premissas”;²⁰⁰ por outro lado, um enunciado é verificável indiretamente

se satisfizer as seguintes condições: primeira, que em conjunção com determinadas outras premissas implique um ou mais enunciados directamente verificáveis que não sejam deduzíveis a partir apenas destas premissas; e segundo lugar que estas outras premissas não incluam qualquer enunciado que não seja analítico, ou directamente verificável, ou passível de ser estabelecido independentemente como indirectamente verificável.²⁰¹

Esta distinção levaria a uma nova revisão do princípio de verificação onde agora se exigiria, para sua correta aplicação, uma idéia de “enunciado portador de sentido literal, que não seja analítico e que seja directamente ou indirectamente verificável”.²⁰² Deste ponto em diante, vemos Ayer por-se à tarefa de prestar esclarecimentos adicionais em resposta a algumas críticas que teriam sido ainda impostas ao seu princípio de verificação. A esta altura, Ayer nos enfatizaria a necessidade de realização de alguns ajustes residuais em suas posições empiristas de modo que se consiga eliminar efetivamente a metafísica.²⁰³

A influência wittgensteiniana

Podemos dizer, em um plano mais geral, que a influência do pensamento de Wittgenstein nas posições empiristas de Ayer ocorreu por duas vias. A primeira via de influência consiste na perspectiva tractatiana da negação da metafísica como forma de conhecimento possível. Desse modo, como Wittgenstein, Ayer entende que não se pode

²⁰⁰ AYER, Alfred J. *Linguagem, Verdade e Lógica*, p. 154.

²⁰¹ AYER, Alfred J. *Linguagem, Verdade e Lógica*, p. 154.

²⁰² AYER, Alfred J. *Linguagem, Verdade e Lógica*, p. 154.

²⁰³ AYER, Alfred J. *Linguagem, Verdade e Lógica*, p. 157.

tercer proposições sobre os temas abordados pela metafísica tendo em vista a carência original de sentido do que ela buscaria expressar. Com efeito, Ayer aponta Wittgenstein como aquele que bem demonstrou a razão da falta de sentido das proposições metafísicas, sobretudo a impossibilidade de que se produza algum tipo de conhecimento mediante o que elas exprimem. Não se podendo transgredir as leis da lógica, afinal, são elas quem determinam o que pode acontecer ao determinar o que se pode descrever, Ayer ressalta aquilo que fora assinalado, por Wittgenstein, no *Tractatus*: “costumava-se dizer que Deus poderia criar tudo, com exceção do que fosse contrário às leis da lógica – a razão disso é que não poderíamos dizer com que um mundo ‘ilógico’ se pareceria”.²⁰⁴

Ayer apontaria ainda outros méritos do *Tractatus* como, por exemplo, a sua perspectiva da filosofia não como um corpo de doutrinas, mas, diversamente, como uma atividade que visa a elucidação lógica dos pensamentos²⁰⁵ – apesar de mencionar que tal entendimento da tarefa filosófica não seja, no fundo, uma novidade filosófica completa.²⁰⁶ Outro ponto importante de possível consenso seria o entendimento da natureza da relação entre filosofia e ciência empírica. Sobre tal relação, Ayer afirma o lugar do filósofo como aquele que não estaria em

posição de fornecer verdades especulativas que, por assim dizer, competiriam com as hipóteses da ciência, nem tão-pouco de formular julgamentos *a priori* sobre a validade das teorias científicas, sendo a sua função clarificar as proposições da ciência, através da exposição das suas relações lógicas e da definição do símbolos que nela surgem. Defendo, portanto, que não existe nada na natureza que justifique a existência de “escolas” filosóficas antagônicas. E tento demonstrá-lo fornecendo uma solução definitiva dos problemas que foram, no passado, as principais fontes de controvérsia entre os filósofos.²⁰⁷

A segunda via de influência consistiria nas referências de Ayer às *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein. Ao mencionar as *Investigações*, Ayer destaca sobretudo a sua virtude em ter resolvido alguns equívocos cometidos pelo *Tractatus*, em especial a

²⁰⁴ AYER, Alfred J. *As questões centrais da filosofia*, p. 26.

²⁰⁵ AYER, Alfred J. *As questões centrais da filosofia*, p. 37.

²⁰⁶ AYER, Alfred J. *As questões centrais da filosofia*, p. 37.

²⁰⁷ AYER, Alfred J. *Linguagem, Verdade e Lógica*, p. 8.

sua tese platônica do significado de uma proposição, assim como outros pontos problemáticos de sua argumentação:

O mérito deste *slogan* [de que o significado das palavras é o modo como as usamos] está no fato de ele ter ajudado a desiludir os filósofos da idéia de que os significados são objetos platônicos, já existentes antes de encontrarmos as palavras para designá-los. Também corrigiu a tendência equivocada de construir toda palavra como se ela fosse um nome. Substituiu a enganosa metáfora das palavras como figuras pela metáfora das palavras como ferramentas. Um efeito disso tem sido o de chamar nossa atenção para a variedade de usos de que é possível a linguagem; não apenas enunciar fatos e formular teorias, mas fazer promessas, promover ações, fazer pedidos, contar histórias fictícias, contar piadas, proferir obscenidades, fazer juramentos, jogar jogos e muitas outras coisas mais.²⁰⁸

Embora tenha reconhecido o ganho filosófico do novo pensamento de Wittgenstein, Ayer afirma que a identificação do significado com uso, se tomada literalmente, tal como proposta nas *Investigações*, não seria tão exata quanto a identificação do significado com as condições de verdade – tese defendida por Ayer.²⁰⁹ A razão para tal divergência residiria no fato de que nossa compreensão de objeto – como havia formulado Peirce – consistiria em nossa concepção de efeitos práticos.²¹⁰ Segundo Ayer, o cerne de seu argumento estaria melhor expresso na seguinte passagem:

é menos exata justamente porque há aqueles casos, dos quais já dei vários exemplos, em que as condições nas quais se justifica asserirmos uma proposição não são as mesmas que tornam-na verdadeira. Aprendemos, por exemplo, a empregar o passado verbal ouvindo-o aplicado a eventos que lembramos. Mas o fato de que alguém lembra claramente um evento recente pode ser a melhor justificação que se pode ter para acreditar que ele aconteceu, mas não é isso que torna a crença verdadeira. O que torna a crença verdadeira é justamente que o evento ocorreu.²¹¹

Mais adiante, após breve apresentação da noção dos jogos de linguagem, Ayer novamente apresenta razões para novo desacordo com Wittgenstein. Segundo Ayer, a idéia de que “o significado de uma palavra é seu uso na linguagem” e que “toda sentença está em ordem tal como está” levaria Wittgenstein a bem explicar, ao menos de modo geral, o modo como estaria em movimento a significação. Para Wittgenstein, o

²⁰⁸ AYER, Alfred J. *As questões centrais da filosofia*, p. 47.

²⁰⁹ AYER, Alfred J. *As questões centrais da filosofia*, p. 47.

²¹⁰ AYER, Alfred J. *As questões centrais da filosofia*, p. 47.

²¹¹ AYER, Alfred J. *As questões centrais da filosofia*, p. 47.

conhecimento do sentido na linguagem dar-se-ia mediante a descrição das situações em que usamos a linguagem, considerando aspectos anímicos do falante e o contexto em que ela é usada. Este ponto de vista explicaria até mesmo os casos em que falamos de processos interiores, de nossos sentimentos, reconhecendo-os como naturais repercussões logicamente dependentes de processos exteriores.²¹² Desse modo, se quisermos descobrir o modo como alguém compreende

o que estou dizendo, não tenho de realizar a impossível façanha de inspecionar seu estado de espírito; é suficiente que ele responda às minhas palavras de uma maneira apropriada. Até mesmo em meu próprio caso, quando considero o que realmente acontece quando compreendo algo que ouço ou leio, comumente não detecto a presença de qualquer episódio mental distintivo. Posso às vezes ter um sentimento que ajude a constituir o que se chama de lampejo de compreensão, mas sua ocorrência não é nem necessária nem suficiente para tornar verdadeiro o fato de eu compreender tudo o que está em questão.²¹³

E é neste caso específico, quando portanto falamos de nossos processos interiores, que Ayer acusa divergir de Wittgenstein. Acreditaria Ayer que o método descritivo de Wittgenstein, que justificaria o modo como poderíamos falar de experiências privadas, tendo em vista que aprenderíamos a usar certas palavras em tais situações publicamente manifestas, seria insuficiente na solução que oferece. Assim, para Ayer,

o problema filosófico de encontrar um meio de superar o que parece ser a lacuna lógica entre o comportamento observável de um homem e as experiências das quais apenas ele tem consciência deve ser resolvido ao vermos que a lacuna não existe. Mas agora parece-me que o método mudou.²¹⁴

Neste caso, complementa Ayer, a solução de Wittgenstein não nos convidaria apenas a olhar para os fatos, conforme estabeleceria sua proposta original; seríamos, agora, levados “a adotar uma teoria do significado que seja pelo menos não evidentemente verdadeira”.²¹⁵ Isso, pois

A partir do fato de que me ensinaram a usar a palavra ‘dor’ em situações em que eu ou outra pessoa apresentássemos sinais de dor, não se segue obviamente daí que, tendo uma vez aprendido a sensação, eu não possa subsequentemente distingui-la de suas

²¹² AYER, Alfred J. *As questões centrais da filosofia*, p. 73.

²¹³ AYER, Alfred J. *As questões centrais da filosofia*, p. 72-73.

²¹⁴ AYER, Alfred J. *As questões centrais da filosofia*, p. 73.

²¹⁵ AYER, Alfred J. *As questões centrais da filosofia*, p. 73.

manifestações e referir-me a ela independentemente; e, de fato, parece-me que é isso o que realmente faço. [...] O que desejo agora enfatizar e que esse é o tipo de problema que, para mim de qualquer modo, a leitura de Wittgenstein não resolve.²¹⁶

2.5 A crítica de Carnap ao *princípio da verificabilidade*

Além de Ayer e Schlick, outros filósofos e pesquisadores buscariam consolidar, definitivamente, o princípio da verificabilidade. Assim, cada um, a seu modo, tentaria entabecer uma versão mais “eficaz” do princípio, de modo que, finalmente, se pudesse apontar o meio adequado para a realização, digamos metodológica, do princípio fundamental do que seria o empirismo moderno. Nas palavras de Hempel, tal princípio ou tese seria a de que todo conhecimento não analítico se embasa na experiência. Também ele revisitaria o princípio da verificabilidade, propondo a sua própria formulação do critério empirista do sentido, o *critério empirista de significado cognoscitivo* ou *critério de significatividade cognoscitiva*:

una oración constituye una afirmación cognoscitivamente significativa y puede, por lo tanto, decirse que es verdadera o falsa únicamente si es, bien 1) analítica o contradictoria, o bien 2) capaz, por lo menos en principio, de ser confirmada por la experiencia.²¹⁷

Mas foi Rudolf Carnap quem propôs uma intervenção mais radical neste debate ao introduzir as suas noções de *confirmabilidade* e *testabilidade*. Para Carnap, não se pode verificar completamente uma sentença sintética como, por exemplo, uma lei da física ou da biologia. Isso ocorreria na medida em que não se pode por sob exame todos os casos existentes e possíveis onde determinada lei se aplica, pois “o número de instâncias às quais a lei se refere – por exemplo, os ponto-espaco-temporais – é infinito, e portanto nunca poderia ser esgotado por nossas observações, que sempre são em número finito”.²¹⁸ Desse modo, Carnap nos propõe, como alternativa à noção de *verificabilidade*, o critério da *confirmabilidade*. Segundo este critério, a confiança em uma lei se reforça na medida em que (I) novas instâncias positivas são encontradas em sua aplicação; e (II) nenhuma ocorrência negativa seja registrada na série de testes

²¹⁶ AYER, Alfred J. *As questões centrais da filosofia*, p. 73-74.

²¹⁷ HEMPEL, Carl G. *Problemas y cambios en el criterio empirista de significado*, p. 115.

²¹⁸ CARNAP, Rudolf. *Testabilidade e significado*, p. 172.

(*testing*).²¹⁹ Caso a testagem de uma sentença revele, após a ocorrência de uma série de instâncias positivas, a descoberta de uma instância negativa, considera-se tal sentença desconfirmada – *disconfirmed*²²⁰ – em certo grau ou seja, “sua negação é confirmada naquele grau”.²²¹ Assim, para Carnap, “ao invés de verificação, podemos falar aqui de *confirmação* gradativamente crescente da lei”.²²²

Ainda de acordo com a tese de Carnap, no fundo, a noção de verificabilidade em nada seria diferente da perspectiva da confirmabilidade, pois tudo na verificabilidade se passa também mediante o estabelecimento de uma relação de confiança que se edificaria a partir da obtenção de uma coleção de resultados positivos. Em outras palavras, a cada ocorrência positiva de uma lei somente se pode inferir que tal resultado tende a aumentar a confiabilidade na sentença; e não sendo possível verificar todos os casos onde se pode confirmar a verdade ou falsidade do que a lei expressa, só se pode, na verificabilidade, falar em graus de confirmabilidade. Segue-se, na íntegra, o ponto central deste argumento de Carnap:

Ora um pouco de reflexão conduzir-nos-á ao resultado de que não existe nenhuma diferença fundamental entre uma sentença universal e uma sentença particular com relação à verificabilidade, mas apenas uma diferença de grau. Tomemos por exemplo a seguinte sentença: “existe uma folha de papel branco sobre esta mesa”. Para averiguar se essa coisa é um papel fundamental, podemos fazer um conjunto de observações simples e a seguir, se ainda ficar alguma dúvida, podemos fazer alguns experimentos físicos e químicos. Aqui, assim como no caso da lei, tentamos examinar as sentenças que inferimos da sentença em questão. Estas sentenças inferidas são predições acerca das observações futuras. O número dessas predições que podemos deduzir da sentença dada é infinito; e portanto, nunca se pode verificar completamente a sentença. Com certeza, em muitos casos atingimos uma certeza praticamente suficiente após um número pequeno de instâncias positivas, e interrompemos então os experimentos. Mas existe sempre a possibilidade teórica de continuar as séries de observações de testes. Portanto, aqui também *não é possível nenhuma verificação completa* mas somente um processo de *confirmação* gradativamente crescente.²²³

²¹⁹ CARNAP, Rudolf. *Testabilidade e significado*, p. 172.

²²⁰ CARNAP, Rudolf. *Testabilidade e significado*, p. 173.

²²¹ CARNAP, Rudolf. *Testabilidade e significado*, p. 173.

²²² CARNAP, Rudolf. *Testabilidade e significado*, p. 172.

²²³ CARNAP, Rudolf. *Testabilidade e significado*, pp. 172-173.

Para Carnap, na verificabilidade também *escolheríamos* um determinado número de casos que *julgaríamos* suficientes para que consideremos a sentença como aceitável. Por isso, todo enunciado universal ou sintético conteria, em sua opinião, um *componente convencional*, pois a aceitação de uma sentença sempre dependeria de uma decisão arbitrária sobre o número de instâncias positivas que a credenciaríamos como aceitável. Entretanto, a presença indelével deste componente convencional não implica que a verdade ou a falsidade de uma sentença seja necessariamente objeto tão somente de convenção.

Por outro lado, toda sentença que possa vir a ser testada, e depois confirmada, sempre conteria também um *componente objetivo*, que consistiria nas observações que se faz acerca da sentença analisada. Seguindo este raciocínio, existiriam casos em que o componente objetivo ocorreria em número tão significativo que “o componente convencional praticamente se desvanece”.²²⁴ Por exemplo, na simples afirmação de que “existe uma coisa branca sobre a mesa”, após terem sido feitas algumas observações, o número ou grau de resultados positivos encontrados será tão elevado que logo aceitaríamos a sentença em questão. Afinal, o cotejo da proposição que expressa a existência de “algo branco sobre a mesa” com o fato de que *haveria algo branco sobre a mesa* não nos exige maiores operações ou dificuldades de modo que, por fim, seja constatado que uma coisa, com tal característica, está em cima da mesa e não abaixo dela, que é branca e não vermelha e assim por diante. Parece-nos, aqui, flagrarmos a gênese de uma distinção entre sentenças, por assim dizer, inequívocas ou claramente objetivas e sentenças que requerem um maior número de testes para que se julgue a sua aceitação. Essa distinção logo é dissolvida, quando revelamos que tanto as sentenças mais facilmente aceitáveis quanto aquelas que exigem uma testagem são, antes de tudo, produto de uma aceitação ou de um acordo prévio. Com isso queremos dizer, junto com Carnap, que toda sentença, uma vez aceita para teste, já se faz objeto de uma decisão, de uma convenção, uma vez que sua construção é, a rigor, um movimento essencialmente arbitrário.

²²⁴ CARNAP, Rudolf. *Testabilidade e significado*, p. 172.

2.6 Considerações finais

Neste capítulo, buscamos apresentar a natureza da leitura do *Tractatus* realizada pelo positivismo lógico a partir de dois de seus expoentes mais importantes: Schlick e Ayer. Apesar de suas perspectivas da verificabilidade não esgotarem a multiplicidade de aspectos e abordagens da filosofia do Círculo de Viena, que se viram influenciadas pela figura de Wittgenstein, esta nossa apresentação, ainda que sobre as linhas gerais destas duas abordagens, permitiu-nos a construção de um cenário razoável da recepção e da natureza da leitura do *Tractatus* realizada pelo positivismo lógico. Tal leitura, ao tempo em que seguiria reconhecida como a grande repercussão da filosofia tractiana e como amostra da influência de Wittgenstein sobre a filosofia da linguagem da primeira metade do século XX, paradoxalmente, seria alvo de críticas e reprovações expressas pelo próprio Wittgenstein. Este desencontro, entretanto, não impediria que outros importantes desdobramentos filosóficos viessem a ocorrer como, por exemplo, a necessidade de que a filosofia analítica contemporânea frequentemente retorne a este debate, seja para reverenciá-lo como seu fundamento, seja para negar seu valor e consistência filosófica.

Capítulo III

Wittgenstein e o verificacionismo: aproximações e distanciamentos

“A coisa mais digna de ser dita, entretanto
jamais possível de dizer-se, permanece
sendo sempre uma só coisa”.

Hermann Hesse

3.1 Considerações iniciais

Este nosso último capítulo propõe-se a examinar as razões que levariam Wittgenstein a divergir veementemente de aspectos essenciais do positivismo lógico, sobretudo em relação à interpretação verificacionista de suas idéias sobre lógica e significação. Para tanto, primeiramente, apresentaremos o contexto da “fase verificacionista”²²⁵ do pensamento de Wittgenstein com o objetivo de recompor, em linhas gerais, a natureza do seu contato com o Círculo de Viena. A esta altura, retomaremos algumas críticas disparadas por Wittgenstein contra posições assumidas pelo Círculo, em especial, frente ao tratamento dado aos valores pelo verificacionismo. Nas seções seguintes, a partir do exame de considerações de Wittgenstein sobre o propósito original do *Tractatus*, defenderemos a idéia de que boa parte do choque de interesses mantido com o Círculo

²²⁵ Acompanhamos, aqui, a expressão “fase verificacionista” no mesmo sentido assumido por Monk em *O dever do gênio* (p. 258). A expressão segue em aspas, tanto aqui como no texto de Monk, tendo em vista a idéia de que não se pode considerar, a rigor, o período de contato de Wittgenstein com o Círculo de Viena como uma fase realmente verificacionista de seu pensamento. Para Monk, nesta época, o pensamento de Wittgenstein oscilava bastante, sendo possível vê-lo abordar pontos de vistas variados sobre a significação e algumas de suas observações foram reconhecidas como um conjunto de apontamentos de caráter verificacionista. Este conjunto de observações seria então assumido suficiente para apontar Wittgenstein como um filósofo que detinha preocupações semelhantes à do positivismo lógico, sobretudo a respeito de uma melhor adequação para o *princípio da verificabilidade*.

de Viena encontraria razão, em última análise, em uma divergência fundamental acerca do verdadeiro trabalho a ser realizado pela filosofia.

3.2 A “fase verificacionista” de Wittgenstein

Podemos ver, tanto no Manifesto do Círculo de Viena como em outros textos relevantes para o positivismo lógico, seguidas menções à importância dos trabalhos de Wittgenstein para a fundamentação da verificabilidade. Assim, figuras como Ayer, Carnap e Schlick por vezes teriam reconhecido o valor da análise tractatiana do sentido proposicional que possibilitaria, afinal, a conquista de importantes avanços no campo da filosofia da linguagem, sobretudo no campo da “logística e suas aplicações à realidade”.²²⁶ Para Martínez,

La fama del *Tractatus* se debió básicamente a que el carácter “antifilosófico” o, mejor dicho, “antimetafísico” de la obra alimentó las expectativas de quienes estaban a la espera de un “cambio de pensar”. Aquella corriente neopositivista, que luego se dio en llamar “Círculo de Viena”, es tal vez el mejor ejemplo de quienes reforzaron y sustentaron puntos de vista o una “actitud filosófica”, a partir de algunas de las premisas del libro.²²⁷

No texto de introdução de *O positivismo lógico*,²²⁸ obra que seria organizador, Ayer faria questão de atestar a relevância dos trabalhos de Wittgenstein para todo o Círculo, colocando-o, ao lado de Russell e Einstein, como uma de suas fontes teóricas primordiais. Especificamente em relação a Wittgenstein, Ayer ainda enfatizaria o caráter “muito especial” da relação que teria sido estabelecida entre o autor do *Tractatus* e os integrantes do Círculo de Viena.²²⁹ Para Schlick, Wittgenstein teria sido, inclusive, quem primeiro avançaria em direção a uma virada fundamental na filosofia:

Las ciencias tienen su origen en la lógica. Leibniz vio confusamente su principio. Gottlob Frege y Bertrand Russell abrieron tramos importantes en las últimas décadas, pero el primero en avanzar hasta

²²⁶ HAHN, Hans; NEURATH, Otto; CARNAP, Rudolf. *A concepção científica do mundo – o Círculo de Viena*, p. 29.

²²⁷ MARTÍNEZ, Horacio Luján. *Alcance y pertinencia de las lecturas éticas del Tractatus de Wittgenstein*, p. 126.

²²⁸ AYER, Alfred J. *El positivismo lógico*. México: Fondo de Cultura Económica, 1981.

²²⁹ AYER, Alfred J. *Introducción del compilador*. In: AYER, Alfred J. (Org.) *El positivismo lógico*, p. 10.

el punto de viraje decisivo fue Ludwig Wittgenstein (en su *Tractatus Logico-Philosophicus*, 1922).²³⁰

Já Neurath posicionaria a filosofia do Círculo de Viena na mesma linha do desenvolvimento das idéias de importantes pensadores, dentre os quais incluiria Wittgenstein:

Continuando la obra de Mach, Poincaré, Frege, Russell, Wittgenstein y outros, el así llamado “Círculo de Viena para la concepción científica del mundo” trata de crear una atmósfera libre de metafísica para promover estudios científicos en todos los campos por medio del análisis lógico.²³¹

Apesar de especialmente localizada como fonte privilegiada do positivismo lógico, a filosofia de Wittgenstein nem sempre seguiu aceita completamente livre de reservas. Ayer, por exemplo, teria ressalvas em relação ao misticismo presente no *Tractatus* e também frente ao pretense ineditismo de suas idéias sobre filosofia. Nesse sentido, levantaria a possibilidade de que Schlick, em 1918, com sua *Teoria Geral do Conhecimento*,²³² já teria antecipado algumas importantes conclusões de Wittgenstein, obtidas a partir da sua concepção de filosofia:

habiendo sido aquél discípulo de Russell en cambridge antes de la primera Guerra Mundial, [Wittgenstein] regresó a Viena, donde se publicó en 1921 su *Logisch-Philosophische Abhandlung*. Este famoso libro, mejor conocido como *Tractatus Logico-Philosophicus*, título que se le dio a la traducción inglesa, tuvo una enorme influencia sobre el movimiento positivista, tanto en Viena como en otras partes; no resultaría totalmente correcto decir que el Círculo de Viena se inspiró en él. El propio Schlick, en su libro sobre teoría del conocimiento, *Allgemeine Erkenntnislehre*, cuya primera edición apareció en 1918, había llegado, independientemente, a una concepción análoga de la filosofía; hay además, en el *Tractatus*, una insinuación del misticismo, que algunos miembros del Círculo, sobre todo Neurath, consideraron perturbadora, pero en su conjunto lo aceptaron y la obra se destacó como la exposición más poderosa y estimulante, aunque realmente no la más lúcida, de su punto de vista.²³³

Em *As questões centrais da filosofia*, a crítica de Ayer sobre o possível ineditismo da noção de filosofia de Wittgenstein agora faz remontar a Sócrates como um filósofo que,

²³⁰ SCHLICK, Moritz. *El viraje de la filosofía*, p. 3.

²³¹ NEURATH, Otto. *Sociología en fisicalismo*, p. 287.

²³² SCHLICK, Moritz. *General Theory of Knowledge*. New York: Springer-Verlag, 1985.

²³³ AYER, Alfred J. *Introducción del compilador*. In: AYER, Alfred J. (Org.) *El positivismo lógico*, pp. 10-11.

há muito tempo, teria anunciado a necessidade de elucidação dos pensamentos como a finalidade da filosofia:

Na verdade nada há de novo na idéia de que os objetivos da Filosofia incluem a elucidação dos pensamentos. Ela remonta pelo menos a Sócrates que, se podemos confiar na explicação que Platão dele nos dá, estava basicamente preocupado em responder a perguntas tais como “O que é justiça?” “O que é conhecimento?”. A questão discutível é se esse é o único objetivo que a Filosofia pode legitimamente ter.²³⁴

Não obstante houvesse ressalvas por parte de alguns membros do Círculo de Viena, se via, mais frequentemente, o estabelecimento de uma postura tributária e de admiração em relação à filosofia de Wittgenstein. Este sentimento levaria Waismann a propor ao autor do *Tractatus* uma agenda de encontros, que contaria ainda com a presença de Schlick.²³⁵ Apesar de Wittgenstein relutar em aceitar tal convite, os encontros terminaram por ocorrer, quando se tomariam notas de suas observações. Posteriormente, estes registros seriam levados ao conhecimento dos demais integrantes do Círculo, o que permite dizer que houve, a esta altura, algum tipo de contato “formal” entre Wittgenstein e o auditório de seus seguidores.²³⁶

Em tais ocasiões, se buscava coletar afirmações de Wittgenstein que pudessem corroborar a idéia de uma concepção de verificabilidade através da qual fosse possível garantir a determinada proposição a condição de *completamente verificada*.²³⁷ As, assim chamadas, “teses verificacionistas” de Wittgenstein alimentariam, portanto, as expectativas criadas pelo Círculo de Viena ao ponto de, inclusive, lhe atribuírem a formulação de uma versão particular do princípio da verificabilidade:

Mais ao gosto do teor empirista de suas idéias [as idéias de Schlick e do Círculo de Viena] foi outro tópico levantado por Wittgenstein no curso dessas conversas: para que uma proposição tenha significado, para que diga alguma coisa, precisamos ter alguma noção do que ocorre se ela for verdade e, portanto, precisamos de algum meio para estabelecer sua verdade ou falsidade. Isso tornou-se conhecido no Círculo de Viena como o “Princípio da Verificabilidade” de Wittgenstein e foi adotado com tal entusiasmo por seus membros que

²³⁴ AYER, Alfred J. *As questões centrais da filosofia*, p. 37.

²³⁵ MONK, Ray. *Wittgenstein: o dever do gênio*, p. 252.

²³⁶ MONK, Ray. *Wittgenstein: o dever do gênio*, p. 260.

²³⁷ MONK, Ray. *Wittgenstein: o dever do gênio*, p. 263.

até hoje é considerado como a própria essência do positivismo lógico.²³⁸

É curioso mencionar que esta forma alternativa de “diálogo” levaria alguns integrantes do Círculo de Viena a questionar a própria existência de Wittgenstein, como que fosse ele uma espécie de personagem inventada por Schlick, tamanha era a sua postura esquiva e falta de espírito de cooperação. Sobre este episódio, nos relata Monk:

Alguns filósofos austríacos chegaram até mesmo a especular se esse “Dr. Wittgenstein”, sobre quem tanto tinham ouvido falar mas que nunca haviam visto, não passaria de um produto da imaginação de Schlick, uma personagem mitológica inventada como figura de proa para o Círculo.²³⁹

Embora seguisse reconhecido como um importante expoente do positivismo lógico, Wittgenstein teria rechaçado a idéia de que pudesse ocupar tal posto, negando, aliás, que tivesse qualquer interesse em elaborar uma teoria do significado.²⁴⁰ Sendo assim, com frequência rejeitaria a tarefa de verificação de uma proposição como algo relevante em filosofia, destacando, inclusive, a impossibilidade de se empreender tal demanda com algum sucesso. Esta crítica de Wittgenstein tinha como alvo, sobretudo, a idéia de que se pudesse verificar completamente o sentido de uma proposição, uma vez que, em sua opinião, não estaríamos em posse de meios suficientes que nos conduziram, com segurança, a tal conclusão. Para Wittgenstein, saber de tal impossibilidade seria compreender algo realmente importante a respeito da natureza da proposição.²⁴¹

Tendo em vista o já eminente estabelecimento de uma nova compreensão da fundação do sentido proposicional – onde, agora, o contexto cotidiano de uso da linguagem assumiria uma importância essencial –, novas divergências seriam somadas às já fixadas e, desse modo, pouco a pouco, Wittgenstein abandonaria a sua *velha forma de pensar*²⁴² e, conseqüentemente, se distanciaria do campo de interesses do positivismo lógico:

Durante os anos cruciais de meados da década de 1920, quando o positivismo lógico do Círculo de Viena estava adquirindo forma, os filósofos e cientistas envolvidos respeitavam profundamente a

²³⁸ MONK, Ray. *Wittgenstein: o dever do gênio*, p. 263.

²³⁹ MONK, Ray. *Wittgenstein: o dever do gênio*, p. 260.

²⁴⁰ MONK, Ray. *Wittgenstein: o dever do gênio*, p. 263.

²⁴¹ MONK, Ray. *Wittgenstein: o dever do gênio*, p. 263.

²⁴² WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas*, Prefácio, p. 8.

autoridade de Wittgenstein e de seu *Tractatus*. Contudo, ele próprio manteve-se numa postura de espectador, e de um espectador cada vez mais céptico; assim, nos começos da década de 1930, ele dissociou-se inteiramente daquelas idéias e doutrinas que outros continuaram considerando filhas intelectuais *dele*.²⁴³

Na seção seguinte, apresentaremos, do ponto de vista das alegações de Wittgenstein, em que consistiria o propósito original do *Tractatus*, com o intuito de encontrar as razões que o levariam a divergir de aspectos fundamentais do verificacionismo. Com efeito, a questão em torno da importância dos valores seguiria crucial na medida em que, para o positivismo lógico, importaria somente saber aquilo que se pode dizer, portanto aquilo que se pode verificar; diferentemente, para Wittgenstein, a indizibilidade dos valores seria a maior prova de sua importância fundamental para a filosofia e também para o âmbito da vida. Em seguida, conforme sugerem Haller, Janik, Toulmin, Margutti, Moreno e Martínez, além de outros, apresentaremos uma perspectiva integralista de leitura do *Tractatus*, que faria arregimentar lógica e ética em torno de um projeto filosófico único. Tal viés de leitura seguirá como uma tentativa de compreensão do *Tractatus* em seu sentido ético, conforme já havia ressaltado Wittgenstein na célebre carta enviada a von Ficker.²⁴⁴

3.3 A questão dos valores: Wittgenstein e o Círculo de Viena

O objetivo do livro é ético. Uma vez pretendi incluir no prefácio uma sentença que de fato não está lá agora, mas que escreverei para você aqui, porque ela talvez lhe sirva de chave para a obra. O que pretendia escrever então era isto: Minha obra se compõe de duas partes: a que está aqui presente, e a que não escrevi. E na verdade esta segunda parte é a importante. Com efeito, o ético é delimitado pelo meu livro como que de dentro; e estou convencido de que, rigorosamente, ele só é delimitado assim. Em resumo, acredito que onde muitos outros hoje estão apenas tagarelando, dei um jeito em meu livro de colocar tudo firmemente no lugar ficando silencioso a respeito. E por esta razão, a menos que eu esteja muito enganado, o livro dirá muito daquilo que você mesmo quer dizer. Talvez você apenas não veja que aquilo é dito no livro.²⁴⁵

²⁴³ JANIK, Allan e TOULMIN, Janik. *A Viena de Wittgenstein*, p. 253.

²⁴⁴ PINTO, Paulo R. M. *Iniciação ao silêncio*, p. 298.

²⁴⁵ PINTO, Paulo R. M. *Iniciação ao silêncio*, p. 298.

“O objetivo do livro é ético” – esta afirmação por certo nos conduz a uma questão de difícil solução: como harmonizar tal objetivo com a tarefa de análise lógica do sentido proposicional empreendida no *Tractatus*? Seria o exame da linguagem uma espécie de percurso ou jornada por meio da qual conseguiríamos, no *Tractatus*, alcançar a revelação do ético? Desse modo, seria o ético justamente aquilo que seu aforismo final buscaria significar, a rigor, *mostrar*: “Sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar”?²⁴⁶ A nosso ver, tais questões logo se dirigem ao desafio de estabelecer uma compreensão integral da filosofia do *Tractatus*, que conceda mesmo valor a qualquer unidade que perfaz o conjunto do livro; que faça, portanto, subordinar a um mesmo propósito, tanto os aforismos sobre lógica quanto aqueles que, aparentemente desconectados do plano da obra – e, por isso, por vezes descartados²⁴⁷ –, versam, por exemplo, sobre vivências,²⁴⁸ sobre uma vontade portadora do ético²⁴⁹ ou ainda as circunstâncias singulares em que se encontraria o Altíssimo.²⁵⁰ Segundo Martínez, esta abordagem integracionista do *Tractatus* segue tradicionalmente reconhecida como uma *leitura ética* do seu conteúdo, tradição que teria como alvo certo a leitura seletiva realizada, sobretudo, pelo Círculo de Viena. As leituras tidas éticas do *Tractatus* logo buscariam apresentar os equívocos que se pode produzir, caso não sejam levados em consideração o ético e o místico como componentes essenciais da obra, senão que seja a sua revelação o principal objetivo que visaria a filosofia de Wittgenstein.

Ao propor, em *Iniciação ao silêncio*, uma leitura integrada das dimensões lógica e ética do *Tractatus*, Margutti defenderia a idéia de que os aforismos finais deste livro representariam uma espécie de síntese dos resultados obtidos pela filosofia de Wittgenstein. Aliás, ainda de acordo com Margutti, a elucidação final do *Tractatus* seria, no fundo, uma “versão extremamente condensada” da mundivisão wittgensteiniana:

pode-se dizer que a proposição 6.5 e seus comentários, que vão de 6.51 a 6.54, constituem de fato uma parte do epílogo do *Tractatus*,

²⁴⁶ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 7, p. 281.

²⁴⁷ PINTO, Paulo R. M. *Iniciação ao silêncio*, p. 298.

²⁴⁸ Fazemos aqui alusão, por exemplo, aos aforismos buscam elucidar o mundo do feliz (*Tractatus*, 6.43, p. 277); ou ainda a morte e a imortalidade da alma (*Tractatus*, 6.431, 6.4311, 6.4312, pp. 277-279).

²⁴⁹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.423, p. 277.

²⁵⁰ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.432, p. 279.

aquela que corresponde ao resumo das principais conclusões obtidas no desenvolvimento da obra. É importante observar que esta última proposição [...] constitui uma afirmação extremamente condensada da visão de mundo wittgensteiniana. Lendo-a à luz das proposições anteriores e seus respectivos comentários, vemos que ela expressa toda a filosofia tractatiana de uma só vez.²⁵¹

Em direção semelhante, Haller afirmaria que o movimento do pensamento de Wittgenstein consistiria, a rigor, em uma condução até “os limites do que pode ser descrito com clareza e fazer, para além desses limites, silenciar toda e qualquer conversa fiada. Dessa oposição resultaria também a separação estrita entre as perguntas científicas possíveis e os problemas da vida”.²⁵² Desse modo, para Haller, o processo de clarificação da estrutura mais radical da linguagem nos levaria, em sua última instância, a uma visão especular do mundo sob um ponto de vista ético. Esta perspectiva *sub specie aeterni*,²⁵³ ao tempo em que deixaria ver todas as possibilidades lógicas de mundo, desvelaria também a razão pela qual devemos silenciar, como a única atitude correta a ser tomada,²⁵⁴ diante do espanto sobre a vida, sobre o fato de que algo, surpreendentemente, exista.²⁵⁵

Para Cutler, tanto o estabelecimento das bases fixas sobre as quais seria armada a estrutura da linguagem, quanto o esclarecimento de como estas mesmas bases interditarão a expressão de valores e vivências, se voltariam, no *Tractatus*, a um mesmo ponto de chegada, a saber, o silêncio:

É a respeito desse absoluto que o discurso filosófico tenta, sem sucesso, discorrer. Ao tentar fazer uso das palavras para descrever aquilo que está, por sua própria natureza, fora do âmbito de toda a descrição possível, a Filosofia promove, na verdade, um duplo afastamento de seu próprio objeto. Na linguagem cotidiana, sadamente empregada, o Absoluto está sempre presente na forma de um horizonte de referência do qual a contingência constantemente me distrai. Na filosofia, até mesmo esse horizonte desaparece. Fica apenas uma aspiração vazia sustentada por um discurso que, incapaz de submeter-se aos critérios (eficazes em seu próprio âmbito) das ciências naturais, perde-se nos meandros da diafonia, e acaba

²⁵¹ Fazemos, aqui, alusão à perspectiva verificacionista de leitura do *Tractatus* que, de modo geral, teria sido levada adiante pelo Círculo de Viena.

²⁵² HALLER, Rudolf. *A ética no pensamento de Wittgenstein*, p. 53.

²⁵³ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.45, p.279.

²⁵⁴ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.53, p. 281.

²⁵⁵ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Conferência sobre ética*, p. 220.

conduzindo o Absoluto à vala comum das crenças sem fundamento algum. É exatamente por isso que o mais conseqüente tratado de ética escrito no século XX termina com aquele famoso mandamento, que deve ser entendido como uma admoção para que nos afastemos do discurso filosófico, mas apenas para garantirmos um acesso silencioso e reverente àquele Bem Supremo que a Filosofia, desde Parmênides, sempre perseguiu.²⁵⁶

Já para Pears, ao condenar a expressão de “verdades da religião e da moralidade no interior do discurso factual”, Wittgenstein não estaria as “rejeitando, mas, ao contrário, tentava preservá-las”.²⁵⁷ De acordo com Pears, o estabelecimento da impossibilidade de expressão de tais “verdades” jamais deveria nos levar à conclusão de que fossem irrelevantes para o campo da filosofia ou ainda para o âmbito da vida. Desse modo, o erro da metafísica não consistiria em vislumbrar valores, mas, sim, mais precisamente, consistiria em tentar expressá-los. Com efeito, a metafísica erraria ao buscar justamente dizer o *motivo* da ausência de sentido de seus enunciados, portanto dizer o *aquilo* não pode ser dito – afinal, não “pode haver proposições na ética. Proposições não podem exprimir nada de mais alto; É claro que a ética não se deixa exprimir. A ética é transcendental. (Ética e estética são uma só)” – diz Wittgenstein.²⁵⁸

De acordo com Haller, a seguinte suposição de Wittgenstein nos ajudaria a melhor compreender em que medida um juízo de valor absoluto jamais poderia vir a ser estabelecido como um juízo sobre fatos – *relativo* ou *trivial*:²⁵⁹

suponhamos um espírito onisciente, um sujeito que conheça todos os corpos, todos os corpos materiais e vivos no mundo e todos os seus movimentos; suponhamos que esse espírito onisciente conheça também todos os estados de consciência e com isso os estados de consciência de todos os homens, e suponhamos agora que um tal espírito registre todos os fatos, que são do seu conhecimento — e aqui teríamos todos os fatos existentes —, num livro: nesse caso o livro em questão conteria a descrição integral do mundo. Isso é claro, se for correto que o mundo é a totalidade dos fatos. Mesmo um espírito que conhecesse todos os fatos não poderia incluir nesse livro um único juízo ético, uma proposição, que implicasse apenas um juízo ético desse tipo.²⁶⁰

²⁵⁶ CUTER, João Vergílio G. *A ética do Tractatus*, pp. 57-58.

²⁵⁷ PEARS, David. *As idéias de Wittgenstein*, p. 59.

²⁵⁸ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.42, 6.421, pp. 275-277.

²⁵⁹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Conferência sobre ética*, p. 217.

²⁶⁰ HALLER, Rudolf. *A ética no pensamento de Wittgenstein*, p. 47.

Ainda para Haller, a condição inefável e transcendental do ético logo decretaria a impossibilidade de sua qualificação como qualquer espécie de ciência, uma vez que as “proposições éticas” não poderiam atender às duas cláusulas de base da significação, a saber:

Uma proposição é clara quando ela corresponde, em primeiro lugar, às regras da lógica da linguagem e quando ela pode, em segundo lugar, ser compreendida de tal modo que se saiba o que é o caso se ela for verdadeira. Ambas as condições não são satisfeitas pelas ‘proposições’ éticas; elas são, como nos diz Wittgenstein, desprovidas de sentido na sua essência.²⁶¹

O ético no âmbito do programa cientifista do Círculo de Viena

O programa cientificista do Círculo de Viena seguiu refratado de vários modos pelas diferentes vertentes de pensamento de seus membros, sendo difícil, no fim das contas, asseverar a existência de uma unidade de posições, tal como parece nos levar crer o manifesto *A concepção científica do mundo*. Apesar de podermos razoavelmente reunir tais abordagens a partir de uma atitude comum de rejeição à metafísica, nota-se que, em alguns casos, seria possível observar até mesmo alguma tolerância, inclusive, em relação à análise do significado dos enunciados éticos. É certo que, nesses casos, não estaria realmente em jogo a afirmação da metafísica como forma legítima de produção de conhecimento – sob o risco de se colidir com a base fundamental mínima do programa positivista –, todavia, a possibilidade de análise deste tipo de enunciado já configuraria, a nosso ver, mesmo que em uma escala menor, certa predisposição do positivismo lógico em tratar da temática dos valores.²⁶²

Schlick, por exemplo, teria proposto a viabilidade do exame de enunciados tidos como éticos considerando que toda expressão de valores poderia, em última análise, vir a ser reduzida ou decomposta em um ou mais enunciados significativos a partir de seu cotejo

²⁶¹ HALLER, Rudolf. *A ética no pensamento de Wittgenstein*, p. 53.

²⁶² Haveria, inclusive, no livro *O positivismo Lógico*, organizado por Ayer, uma seção específica onde estariam publicados trabalhos voltados à temática ética – chamada *Ética e Sociologia*. Esta seção reuniria trabalhos de Moritz Schlick, Charles L. Stevenson e Otto Neurath. Ao dar guarida a uma seção que trataria de tema não tão predileto, Ayer faria questão de fazer a seguinte ressalva, que seria dirigida à Schlick e registrada na introdução desta obra: “En su conjunto, el Círculo de Viena, no se interesó mucho por la ética, pero no refutó la opinión de Schlick según la cual, si se habrían de incluir enunciados éticos en el marco científico, tendrían que manejarse del modo que él proponía” (p.27).

com *princípios morais universais*.²⁶³ Esta seria a principal tese de *Problems of Ethics*,²⁶⁴ obra em que apresentaria uma análise descritiva da expressão dos enunciados éticos, considerando o papel fundamental do contexto cultural de enunciação no processo de conversão de tais enunciados em proposições legítimas, portanto passíveis de verificação.

Em direção semelhante, Charles L. Stevenson, ao contestar análises descritivistas que partem de perguntas do tipo “É bom X”, propôs a idéia de que os enunciados éticos se constituem instrumentos tecidos socialmente, ao tempo em que seriam empregados de forma cooperativa, mediante a nossa adaptação aos interesses dos demais.²⁶⁵ Esta sua perspectiva estaria fundada na visão de que o conteúdo dos enunciados éticos seria transmitido por meio da ação ideológica de um sujeito sobre outro. Desse modo, para Stevenson, seria imprescindível analisar o poder de sugestão e da influência como critérios que regulariam a transmissão do conteúdo dos termos éticos em determinada cultura.²⁶⁶

Não obstante houvesse investigações mais ao largo da pauta nuclear positivista, a exemplo das investidas de Schlick e Stevenson, a grande maioria dos trabalhos estaria por certo centrada em torno do debate sobre a verificabilidade, visando, sobretudo, o desenvolvimento de um método que permitisse a identificação de enunciados mal-formados – metafísicos – e seu conseqüente afastamento do discurso científico. Assim, de forma geral, se condenaria as condutas do moralista e do místico, que buscariam gerar conhecimento mediante a expressão linguística de experiências existenciais e juízos morais. Para Ayer, o problema em questão não seria precisamente “saber se vale

²⁶³ Ver SCHLICK, Moritz. ¿Que pretende la ética? In: AYER, Alfred. J. (org.). *El Positivismo Lógico*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, pp. 251-268.

²⁶⁴ SCHLICK, Moritz. *Problems of ethics*. Nova York: Prentice Hall, 1939.

²⁶⁵ STEVENSON, Charles L. *El significado emotivo de los terminos éticos*, p. 286.

²⁶⁶ Ver STEVENSON, Charles L. El significado emotivo de los terminos éticos. In: AYER, Alfred. J. (org.). *El Positivismo Lógico*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, pp. 269-286. Para Stevenson, os juízos éticos se propagariam em uma cultura, sendo decisivos, para tal dispersão, os processos individuais de definição das noções de *bom* e *bem*. Para Stevenson, a idéia de “bom” seria passada de um sujeito a outro mediante a ação do convencimento e através da capacidade individual de sugestão. Isso explicaria as variedades de conceitos de “bom” e “bem” em culturas diferentes, uma vez que o contato pessoal, através do qual se daria o convencimento, seguiria confinado em determinado espaço geográfico, o que levaria a resultados conceituais distintos.

a pena ter experiências místicas. O veredicto daqueles que realmente as experimentaram é decididamente que elas valem a pena.

A questão é saber se elas geram conhecimento; e, se geram, o que elas estabelecem”.²⁶⁷ Ainda segundo Ayer, a informação gerada pelos enunciados da metafísica seria de uma verdade “incomunicável para aqueles que não estão preparados para recebê-la, mas isso também leva a discussão ao fim”,²⁶⁸ pois, em tais enunciados, “não nos é apresentada nenhuma proposição inteligível” e, desse modo, nada restaria para discutir”.²⁶⁹

La originalidad de los positivistas lógicos radica en que hacen depender la imposibilidad de la metafísica no en la naturaleza de lo que se puede conocer, sino en la naturaleza de lo que se puede decir; su acusación contra el metafísico es en el sentido de que viola las reglas que un enunciado debe satisfacer si ha de ser literalmente significativo.²⁷⁰

Para Schlick, a expressão de valores e vivências consistiria no intuito de toda filosofia tradicional, representada pelos grandes sistemas filosóficos que, como a história das idéias claramente mostraria, seguiriam em busca do conhecimento das essências, sobretudo da definição do *ser*. Em sua opinião, esta perspectiva da finalidade da filosofia deveria ser completamente abandonada, tendo em vista que estaria pautada, assim como a ciência, em uma lógica de progresso de idéias, de produção cumulativa do conhecimento. Para Schlick, o verdadeiro trabalho filosófico não poderia lograr avanços e progressos, uma vez que a filosofia seria, fundamentalmente, um sistema de atos mediante o qual se descobriria e determinaria o sentido dos enunciados. Desse modo, jamais poderia haver, como resultado da ação filosófica, o estabelecimento de teses ou a edificação de “problemas filosóficos”. A filosofia – ou melhor, a *nova filosofia*²⁷¹ –, diz Schlick, deveria ser reconhecida, essencialmente,

como um sistema de actos en lugar de un sistemas de conocimientos. La actividad mediante la cual se descubre e determina el sentido de los enunciados: ésa es la filosofía. Por medio de la filosofía se aclaran

²⁶⁷ AYER, Alfred J. *As questões centrais da filosofia*, p. 17.

²⁶⁸ AYER, Alfred J. *As questões centrais da filosofia*, p. 17.

²⁶⁹ AYER, Alfred J. *As questões centrais da filosofia*, p. 17.

²⁷⁰ AYER, Alfred J. *Introducción del compilador*. In: *El positivismo lógico*, p. 16.

²⁷¹ Schlick também se refere a esta nova filosofia como aquela que, finalmente, em um plano mais profundo, teria se voltado ao conhecimento da natureza do próprio lógico (*El viraje de la filosofía*, p. 61). Tal definição é antecedida por uma importante referência a Wittgenstein como aquele que seria o então responsável pela virada que levaria a tal concepção de filosofia.

las proposiciones, por medio de la ciencia se verifican. A esta última le interesa la verdad de los enunciados, a la primera lo que realmente significan; la actividad filosófica de dar sentido cubre la totalidad del campo del conocimiento científico. Esto fue correctamente conjeturado cuando se dijo que la filosofía proporcionaba a la vez la base y la cima del edificio de la ciencia. Pero era un error suponer que la base estaba formada por “proposiciones filosóficas” (las proposiciones de la teoría del conocimiento) y coronada por una cúpula de proposiciones filosóficas (llamadas metafísica).²⁷²

Com efeito, os problemas da filosofia tradicional, diz Schlick, ou seriam resultado “de uma má interpretação de nossa linguagem” ou seriam, no fundo, questões científicas e ordinárias sob disfarce.²⁷³ Para ele, um dos graves equívocos cometidos pela filosofia tradicional teria sido, sobretudo, crer que o sentido autêntico de seus enunciados podia ser claramente formulado,

esto es, que podían ser representados por medio de conocimientos. Este fue el error de la “metafísica”. Los esfuerzos de los metafísicos se dirigían siempre a la absurda finalidad de expresar el contenido de la cualidad pura (la “esencia” de las cosas) mediante conocimientos, de expresar lo inexpresable. Las cualidades no pueden “decirse”. Sólo pueden mostrarse en la vivencia. Pero el conocimiento es bien distinto a esa vivencia.²⁷⁴

Para Schlick, caberia à filosofia o estabelecimento de condições através das quais se possa promover a identificação de enunciados que nada significariam, ao passo que a linguagem científica – voltada unicamente à expressão dos fatos – deveria ser mantida firmemente distante de sentenças que simulariam “conteúdo teórico onde não existe nenhum”.²⁷⁵ Diante disso, a conduta do metafísico somente poderia nos indicar uma má compreensão de si próprio, uma vez que tentaria expressar estados “especiais” de coisas através de proposições que, sem sentido, nada dizem e nada deixam conhecer. Com isso, a metafísica cometeria o sério equívoco de acreditar que, para a expressão de algo, seria suficiente o uso de sentenças que combinassem palavras bem conhecidas e arrançadas de acordo com as regras da gramática linguística.²⁷⁶ Tal erro seria, portanto, fonte de “numerous absurd propositions; but, to engender the special absurdity

²⁷² SCHLICK, Moritz. *El viraje de la filosofía*, p. 62.

²⁷³ SCHLICK, Moritz. *O futuro da filosofia*, p. 120.

²⁷⁴ SCHLICK, Moritz. *El viraje de la filosofía*, p. 63.

²⁷⁵ Ver HAHN, Hans; NEURATH, Otto; CARNAP, Rudolf. *A concepção científica do mundo – o Círculo de Viena*, p. 11.

²⁷⁶ SCHLICK, Moritz. *The Vienna School and traditional philosophy*, p. 493.

characteristic of ‘metaphysical statements’, it is necessary to commit a second error: we have to confuse problems of meaning with problems of fact”.²⁷⁷

Mantendo o foco sobre os problemas que afetariam a verificabilidade, o positivismo lógico devotaria pouca atenção aos valores, senão concordando que, acerca deles, nada mais deveria ser dito. Com efeito, a busca da filosofia do positivismo estaria, assim, plenamente voltada ao trabalho de depuração da linguagem, de forma que a análise lógica da estrutura da proposição pudesse lograr sucesso na resolução de questões pertinentes ao verificacionismo. Segundo Martínez, havia portanto um caráter seletivo na leitura realizada pelo Círculo de Viena em relação ao uso do conteúdo do *Tractatus*. Desse modo, os aforismos acerca do ético e místico, notadamente localizados no final do livro, seriam dispensados em razão, por exemplo, do “desconforto intelectual”²⁷⁸ que causariam: “Estas lecturas hacían de las proposiciones finales del *Tractatus* – las proposiciones sobre el sentido de la vida, Dios, la ética – meras contradicciones que debían ser dejadas de lado por su escueta falta de claridad”.²⁷⁹

Para Monk, a natureza das divergências entre a perspectiva de leitura do *Tractatus*, realizada pelo Círculo de Viena, e os reais propósitos da filosofia tractatiana, tal como haviam sido originalmente pensados por Wittgenstein, seriam de ordem radical e poderiam ser expressas, resumidamente, nos seguintes termos:

Longe de ser um positivista, entretanto, Wittgenstein tinha pretendido que o *Tractatus* fosse interpretado no sentido exatamente oposto. Onde os positivistas de Viena tinham equiparado o “importante” com o “verificável” e rechaçado todas as proposições inverificáveis como “desprovidas de importância *porque* indizíveis”, a seção final do *Tractatus* insistira – embora para ouvidos surdos – em que *só o indizível tem autêntico valor*. Podemos, sublinha-se aí, reconhecer “o superior” somente naquilo que as proposições de nossa linguagem são *incapazes* de captar; uma vez que nenhum “fato”, como tal, pode ser “descrito” por uma “proposição”, não tem qualquer pretensão intrínseca à nossa submissão moral ou à nossa aprovação estética. O silêncio de Wittgenstein em face do “inextinguível” não era um

²⁷⁷ SCHLICK, Moritz. *The Vienna School and traditional philosophy*, p. 493.

²⁷⁸ RUSSELL, Bertrand. *Introdução ao Tractatus*, p. 127.

²⁷⁹ MARTÍNEZ, Horacio Luján. *Alcance y pertinencia de las lecturas éticas del Tractatus de Wittgenstein*, p. 112.

silêncio escarminho, como os dos positivistas mas, pelo contrário, respeitoso.²⁸⁰

Nesta mesma direção, Janik e Toulmin sintetizariam o caráter da divergência entre Wittgenstein e seus discípulos positivistas da seguinte maneira:

Toda uma geração de discípulos pôde aceitar Wittgenstein como um positivista, porque ele tem algo de enorme importância em comum com os positivistas: ele traça a fronteira entre aquilo sobre que podemos falar e aquilo sobre que devemos ficar silenciosos, exatamente como eles fazem. A diferença está apenas em que eles nada têm sobre o que ficar silenciosos. O positivismo sustenta – e essa é a sua essência – que aquilo de que podemos falar é tudo o que importa na vida. *Ao passo que Wittgenstein crê veementemente que tudo o que na realidade importa na vida humana é precisamente o que, em sua opinião, devemos silenciar.*²⁸¹

Para Wittgenstein, não obstante fosse fundamental o estabelecimento dos limites entre o dizível e o indizível, mediante o exame da estrutura da proposição, a revelação do ético consistiria, ao cabo, um resultado não só legítimo da ação filosófica como também o seu resultado mais importante. Aliás, tal resultado, para além de revelar algo importante para a filosofia, seria uma realização de grande relevância, em especial, para a compreensão do sentido da vida e da nossa existência. Este sentimento particular de Wittgenstein em relação ao ético seria expresso, ao fim da sua *Conferência sobre ética*, da seguinte forma:

A ética, na medida em que brota do desejo de dizer algo sobre o sentido último da vida, sobre o bem absoluto, o absolutamente valioso, não pode ser uma ciência. O que ela diz nada acrescenta, em nenhum sentido, ao nosso conhecimento, mas é um testemunho de uma tendência do espírito humano que eu pessoalmente não posso senão respeitar profundamente e que por nada neste mundo ridicularizaria.²⁸²

Para Wittgenstein, somente poderia haver dúvida onde se pode *claramente* perguntar e, sobre o ético, nada se poderia responder; diante do ético, todas as dúvidas logo desaparecem, afinal, somente se pode duvidar “onde algo *possa* ser *dito*”.²⁸³ Não seria por tal razão, diz Wittgenstein, “que as pessoas para as quais, após longas dúvidas, o

²⁸⁰ MONK, Ray. *Wittgenstein: o dever do gênio*, p. 258.

²⁸¹ JANIK, Allan; TOULMIN, Stephen. *A Viena de Wittgenstein*, pp. 258-259.

²⁸² WITTGENSTEIN, Ludwig. *Conferência sobre ética*, p. 224.

²⁸³ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.51, p. 279.

sentido da vida se fez claro não se tornaram capazes de dizer em que consiste esse sentido?”²⁸⁴ Por isso, o problema da vida jamais poderia ser formulado. Com efeito, o problema da vida somente pode ser solucionado nas circunstâncias em que o próprio problema desaparece por completo no âmbito da minha vivência individual.²⁸⁵ Desse modo, “mesmo que todas as questões científicas tenham obtido resposta, nossos problemas de vida não terão sido sequer tocados. É certo que não restará, nesse caso, mais nenhuma questão; e a resposta é precisamente essa”²⁸⁶.

A nosso ver, o trabalho da filosofia no *Tractatus* conduziria, afinal, à revelação *daquilo* que, para alguns, no silêncio de sua individualidade, algum dia se fez claro. Talvez, por isso, a revelação da causa de nosso espanto perante a nossa existência não seja algo realmente novo ou inédito para aqueles que, em algum momento de suas vidas, teriam tido tal revelação. Sendo assim, o trabalho de exaltação do ético, realizado pelo *Tractatus*, logo parece revelar a trivialidade de seus pensamentos – ou “lembretes do óbvio”²⁸⁷ –, senão que seja ele mesmo algo dispensável,²⁸⁸ especialmente para aquele que “já tenha pensado por si próprio o que nele vem expresso”²⁸⁹. Nessa medida, o *Tractatus* parece nos dizer muito acerca daquilo que nós mesmos, de algum modo, queremos expressar.²⁹⁰ Acreditamos que, nesta perspectiva estrita, seja, enfim, possível compreender o sentido das linhas que enigmaticamente encerrariam o Prefácio do *Tractatus*:

Por outro lado, a *verdade* dos pensamentos aqui comunicados parece-me intocável e definitiva. Portanto, é minha opinião que, no essencial, resolvi de vez os problemas. E se não me engano quanto a isso, o valor deste trabalho consiste, em segundo lugar, em mostrar como importa pouco resolver esses problemas.²⁹¹

²⁸⁴ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.521, p. 279.

²⁸⁵ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.521, p. 279.

²⁸⁶ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.52, p. 279.

²⁸⁷ JANIK, Allan; TOULMIN, Stephen. *A Viena de Wittgenstein*, p. 269.

²⁸⁸ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.54, p. 281.

²⁸⁹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, Prefácio, p. 131.

²⁹⁰ Buscamos aqui alguma relação com o que diz Wittgenstein em outro trecho da sua carta a von Ficker: “Em resumo, acredito que onde muitos outros hoje estão apenas tagarelando, dei um jeito em meu livro de colocar tudo firmemente no lugar ficando silencioso a respeito. E por esta razão, a menos que eu esteja muito enganado, o livro dirá muito daquilo que você mesmo quer dizer.”²⁹⁰ Talvez você apenas não veja que aquilo é dito no livro” (PINTO, Paulo R. M. *Iniciação ao silêncio*, p. 298).

²⁹¹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, Prefácio, p. 133.

De acordo com Pears, ao elevar o ético à condição de sentido último do trabalho da filosofia do *Tractatus*, Wittgenstein finalmente desejava

compreender a estrutura e os limites do pensamento e o seu método era o de estudar a estrutura e os limites da linguagem. Assim como Kant, Wittgenstein admitia que os filósofos frequente de deliberadamente ultrapassam os limites, caindo num tipo de disparate especioso que, parecendo expressar pensamentos genuínos, em verdade não o faz. Desejava ele descobrir a posição exata da linha que divide o que faz do que não faz sentido, de modo que fosse possível perceber quando se chega àquela fronteira e parar. O propósito de Wittgenstein não era simplesmente o de formular instruções capazes de evitar que as pessoas tentassem dizer o que não pode ser dito através da linguagem, mas também alcançar compreensão da estrutura daquilo que pode ser dito. Acreditava ele que a única via para alcançar essa compreensão era balizar-lhe os limites, pois que os limites e a estrutura guardam uma origem comum. A natureza da linguagem determina tanto o que se pode quanto o que não se pode fazer com ela.²⁹²

3.4 Considerações finais

Este capítulo buscou, em um primeiro momento, apresentar, em linhas gerais, o contexto de uma possível fase verificacionista do pensamento de Wittgenstein. Esta “fase” coincidiria justamente com o período de transição da filosofia do *Tractatus* para as *Investigações Filosóficas*, período em que se poderia observar uma significativa oscilação no pensamento wittgensteiniano. Embora não se considerasse um verificacionista, e nem se empenhasse em manter qualquer forma de contato com os membros do Círculo de Viena, relata-se que, nesta fase do seu pensamento, Wittgenstein teria possivelmente abordado temáticas que tradicionalmente compunham o campo de interesse do verificacionismo.²⁹³ Mesmo que divergindo de aspectos fundamentais do positivismo lógico, Wittgenstein veria, ainda que à revelia de sua vontade, seu nome ligado de forma definitiva ao Círculo de Viena, inclusive, na condição de grande inspiração para o estabelecimento de uma nova e radical virada na filosofia.

²⁹² PEARS, David. *As idéias de Wittgenstein*, p. 14.

²⁹³ MONK, Ray. *O dever do gênio*, pp. 258-271.

Ao recuperarmos um pouco a atmosfera desta época, esperamos ter ressaltado elementos que possibilitariam a compreensão da natureza da crítica wittgensteiniana dirigida ao Círculo de Viena, sobretudo em relação à questão da importância dos valores para o trabalho da filosofia. E, nesse sentido, nossa posterior apresentação do objetivo ético do *Tractatus*, permitiu, a nosso ver, expor o caráter mais radical da divergência de Wittgenstein em relação aos propósitos da filosofia verificacionista. Com efeito, tanto a recusa de Wittgenstein em estabelecer um regime regular de cooperação com o Círculo de Viena, quanto as suas observações em relação ao real propósito do *Tractatus* e, em plano mais geral, sobre a natureza do trabalho da filosofia, permitiram, neste último capítulo, a composição de um razoável quadro de aproximações e distanciamentos entre o pensamento de Wittgenstein e os fundamentos do positivismo lógico.

Conclusão

“A ética não trata do mundo. A ética deve ser uma condição do mundo, como a lógica”²⁹⁴ – embora esta anotação, de 24 de julho de 1916, não tenha, por fim, sido incluída na redação do *Tractatus*, ela nos permite ver que posição finalmente assumiria a ética no interior da filosofia de Wittgenstein. Por outro lado, sabemos que tais anotações, que dão corpo ao livro que hoje conhecemos como *Notebooks*, não possuem estatuto de obra acabada e seu uso pode levar à adoção de expressões talvez provisórias, muitas delas, inclusive, sabidamente descartadas por Wittgenstein.²⁹⁵ Embora haja tal risco, esta anotação soa peculiarmente importante para a compreensão do sentido da filosofia de Wittgenstein, uma vez que parece ligar, fundamentalmente, lógica e ética ao promover uma estreita aproximação dos seus estatutos.

As razões que teriam levado Wittgenstein ao descarte desta anotação não nos são conhecidas, entretanto, de algum modo, o que ela expressa aparenta recuperar, num golpe e de forma especular, a inteireza do conjunto tractatiano. Nesse sentido, lógica e ética estariam em uma relação de dependência mútua no *Tractatus*, sendo possível explicá-la na medida em que

la lógica requiere de una “experiencia”, pero esta “experiencia” sólo puede percibirse como la culminación de una reflexión lógica. Para el autor del *Tractatus*, concebir al mundo como un “todo limitado” surge de concebir a la lógica como límite del mundo (tlp 5.62). Con esto queremos significar que el lenguaje aparece como horizonte de posibilidad de lo que el hombre piensa. El hombre está “confinado” al

²⁹⁴ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Cadernos*, p. 114.

²⁹⁵ O uso dos *Notebooks* como uma espécie de chave para uma melhor compreensão do projeto do *Tractatus*, segundo Martínez, envolveria duas dificuldades que poderiam por a0 baixo esse intento: “La dificultad para expresar enunciados sobre estos valores que trascienden la experiencia habra provocado la omisión de muchas de las proposiciones que aparecen sobre ellos en los Diarios. De ahí la importancia de estos Diarios, en donde se encuentran todas las alusiones al sentido de la vida, a Dios, a la voluntad, etc. No obstante, Baum hace una advertencia sobre alguna posible sobrevaloración de esos escritos. La advertencia está basada en una preocupación hermenéutica: preguntarse, en primer lugar, por qué Wittgenstein habría omitido estas proposiciones. Y, en segundo lugar, pero no menos importante, está la pregunta: ¿qué hubiese sucedido si estos Diarios hubiesen sido destruidos en su totalidad, tal como lo quería su autor? Subsiste, por tanto, una dialéctica entre la interpretación inmanente al texto, y una interpretación que va más allá de él, para cuya realización recurre a todos los materiales biográficos disponibles” (MARTÍNEZ, Horacio Luján. *Alcance y pertinencia de las lecturas éticas del Tractatus de Wittgenstein*, p. 117).

ámbito del sentido, y desde este puede preguntarse por lo que tiene significado o no, por lo que es verdadero o falso. Se puede, desde este punto de vista, establecer una analogía con la propia obra de Wittgenstein, quien, al hacer un comentario sobre esta, afirma: “Sí, mi trabajo se ha extendido de los fundamentos de la lógica a la esencia del mundo” (df 2 8 1916).²⁹⁶

Ainda de acordo com Martínez, a revelação do ético exigiria um simbolismo que permitisse representar os limites da dizibilidade, ou seja, um simbolismo lógico que nada diria, mas apenas *mostraria* o que busca representar. Sendo assim, as proposições da lógica, a rigor tautologias,²⁹⁷ funcionariam, no *Tractatus*, como meios de revelação do ético ao mostrarem uma imagem especular do mundo; a visão do verdadeiro sentido da vida, a lógica do mundo.²⁹⁸ Para Luiz Henrique Lopes dos Santos, o sentimento místico presente no *Tractatus* mostraria “o que a análise lógica das proposições também revela: a substância do mundo em correlação essencial com a vida”.²⁹⁹ Desse modo, conclui Martínez:

La naturaleza inefable del mundo sólo puede ser exhibida o mostrada a través del lenguaje, a través de lo que este no puede nunca alcanzar a decir. La naturaleza inefable del lenguaje, el hecho de no poder referirse a sí mismo, el hecho de no poder decir por que funciona como funciona, es exhibido por medio del simbolismo. Esto es, la ideografía y, sobre todo, las proposiciones de la lógica tautologías y contradicciones – muestran la estructura del lenguaje, nos “dicen” que las cosas sólo pueden estar de este y no de otro modo. El misticismo precisa de la representación para excederla y hacer su aparición: reverberación del simbolismo.³⁰⁰

²⁹⁶ MARTÍNEZ, Horacio Luján. *Alcance y pertinencia de las lecturas éticas del Tractatus de Wittgenstein*, p. 128.

²⁹⁷ As tautologias e contradições, sendo um caso-limite da proposicionalidade, estariam “na fronteira que separa a combinação logicamente relevante dos símbolos e a desintegração pura e simples dessa combinação. Elsas não são contra-sensos (*Unsinn*), diz Wittgenstein. São proposições sem sentido (*sinnlos*)” (DOS SANTOS, Luiz Henrique L. *A essência da proposição e a essência do mundo*, p. 88). Enquanto a tautologia preencheria todo o espaço lógico, uma vez que inscreve todas as possibilidades de verdade ou falsidade, no caso da contradição, o conectivo de conjunção faz excluir todas as possibilidades, ou seja, “Uma contradição não tem condições de verdade porque não é verdadeira sob nenhuma condição” (p. 88). Desse modo, não sendo contra-sensos ou absurdas, as proposições da lógica (*sinnlos*), mostram as relações internas necessárias à compreensão de sua própria carência de sentido: “A proposição com sentido enuncia algo e sua demonstração mostra que assim é; na lógica, toda proposição é a forma de uma demonstração”. (*Tractatus*, 6.1264, p. 261). Desse modo, a lógica nos fornece uma imagem especular do mundo, sendo ela mesma transcendental (*Tractatus*, 6.13, p. 261).

²⁹⁸ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.22, p. 263.

²⁹⁹ DOS SANTOS, Luiz Henrique L. *A essência da proposição e a essência do mundo*, p. 110.

³⁰⁰ MARTÍNEZ, Horacio Luján. *Alcance y pertinencia de las lecturas éticas del Tractatus de Wittgenstein*, pp. 128-129.

À luz do que nos elucidaria a anotação de 16, podemos, portanto, julgar que, no *Tractatus*, as considerações sobre o ético e o estético – “A ética e a estética são uma só”³⁰¹ – por certo seriam tão relevantes para a compreensão do propósito da filosofia de Wittgenstein, quanto são para o entendimento de como seria fixado o sentido último de nossa linguagem. Desse modo, afirmamos, junto com Martínez, que partimos do mesmo pressuposto segundo o qual “el mundo de los valores (lo místico y lo ético) es una parte integral o un componente esencial de una interpretación lo más completa posible del *Tractatus*”.³⁰²

E é justamente neste trilho que ganha sentido o título deste nosso trabalho – *Os limites da linguagem e o trabalho da filosofia no Tractatus*. A nosso ver, o trabalho tractatiano de estabelecimento dos limites da linguagem, realizado de dentro para fora da proposição, seguiria a serviço da demarcação do conteúdo da segunda parte de uma obra wittgensteiniana ainda maior. Esta segunda parte, embora não escrita – aliás, tal tarefa jamais poderia ser levada a cabo³⁰³ – seria justamente a parte mais importante da filosofia de Wittgenstein, uma vez que sua obra seria composta “de duas partes: a que está aqui presente, e a que não escrevi. E na verdade esta segunda parte é a importante”.³⁰⁴

Com efeito, o trabalho de inspeção da estrutura mais interna da proposição, que já nos demarcaria o espaço do lógico, também revelaria o ético; e tal revelação seria a descoberta do sentido original do *Tractatus*³⁰⁵ e do resultado mais surpreendentemente do trabalho da filosofia de Wittgenstein. Assim, segundo Luiz Henrique Lopes dos Santos, o *Tractatus* nos prepararia para a experiência ética fundamental, qual seja: A revelação da estrutura essencial da proposição como “a revelação da estrutura essencial do mundo e, enquanto tal, a revelação da identidade fundamental entre Deus, o sujeito, o mundo e o valor”.³⁰⁶ A compreensão deste espelhamento nos conduziria, afinal, ao significado da

³⁰¹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.421, p. 277.

³⁰² MARTÍNEZ, Horacio Luján. *Alcance y pertinencia de las lecturas éticas del Tractatus de Wittgenstein*, p. 111.

³⁰³ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Conferência sobre ética*, p. 219.

³⁰⁴ PINTO, Paulo R. M. *Iniciação ao silêncio*, p. 298.

³⁰⁵ PINTO, Paulo R. M. *Iniciação ao silêncio*, p. 298.

³⁰⁶ DOS SANTOS, Luiz Henrique L. *A essência da proposição e a essência do mundo*, p. 110.

filosofia de Wittgenstein, qual seja, perceber que a solução do problema da vida se encontra, justamente, no desaparecimento deste problema;³⁰⁷ e também perceber o quão pouco importante é, no fim, resolvê-lo;³⁰⁸ Desse modo, “Solucionam-se os problemas filosóficos quando se percebe que eles simplesmente não existem. Dissipadas as ilusões metafísicas, o filósofo nada mais tem a fazer: sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar”.³⁰⁹

Por fim, gostaríamos de fazer uma ressalva final: a de que este trabalho tentou concentrar-se na promoção de uma crítica da leitura verificacionista das idéias de Wittgenstein, buscando, por um lado, apontar seus sucessos e o quão tal tradição se fez importante para a histórias das idéias sobre a significação. Achamos que, na medida do possível, conseguimos realizar tal apresentação sem que nossa crítica fatalmente culminasse na recomendação do descarte da leitura verificacionista. Se falhamos nisso, não foi, de modo algum, esse o nosso intento. Por outro lado, acreditamos que não nos ausentamos da tarefa de firmar o viés particular de nossa leitura e de apontar, tendo tal orientação, onde possivelmente a abordagem verificacionista teria deixado de atender às expectativas de Wittgenstein em relação ao correto entendimento do trabalho realizado pela sua filosofia.

³⁰⁷ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.521, p. 279.

³⁰⁸ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, Prefácio, p. 133.

³⁰⁹ DOS SANTOS, Luiz Henrique L. *A essência da proposição e a essência do mundo*, p. 110.

Referências

AYER, Alfred J. *As questões centrais da filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

AYER, Alfred J. Introducción del compilador. In: AYER, Alfred J. *El positivismo lógico*. México: Fondo de Cultura Económica, 1981, pp. 9-34.

AYER, Alfred J. *Linguagem, Verdade e Lógica*. Lisboa: Editora Presença, 1991.

CARNAP, Rudolf; HAHN, Hans; NEURATH, Otto. A concepção científica do mundo – o Círculo de Viena. In: ZILHÃO, António. *Do Círculo de Viena à Filosofia Analítica contemporânea*. Lisboa: Livros de Areia, 2007, pp. 23-41.

CARNAP, Rudolf. *Testabilidade e Significado*. (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1985.

CUTER, João Vergílio G. A ética do Tractatus. *Analytica*, v.7, n.2, pp. 43-58.

HACKER, P. M. S. *Insight and Illusion: Wittgenstein on philosophy and the metaphysics of experience*. Oxford: Clarendon Press, 1972.

HACKER, P. M. S. *Wittgenstein: sobre a natureza humana*. São Paulo: Unesp, 2000.

HALLER, Rudolf. A ética no pensamento de Wittgenstein. *Estudos Avançados*, v.5, n.11, pp. 45-56.

HEMPEL, Carl G. Problemas y cambios en el criterio empirista de significado. In: AYER, Alfred. J. (org.). *El Positivismo Lógico*. México: Fondo de Cultura Económica, 1965, pp. 115-136.

JANIK, Alan; TOULMIN, Stephen. *A Viena de Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

MACHADO, Alexandre N. A Terapia Metafísica do Tractatus de Wittgenstein. *Cadernos Wittgenstein*, n.2, 2001, pp. 5-57.

MARTÍNEZ, Horacio Luján. Alcance y pertinencia de las lecturas éticas del Tractatus de Wittgenstein. *Ideas y Valores*. Bogotá, Colombia, v.59 n.142. Jan-Apr. 2010, pp. 111-130.

MONK, Ray. *Wittgenstein: o dever do gênio*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

MORENO, Arley R. *Wittgenstein: os labirintos da linguagem – ensaio introdutório*. São Paulo: Moderna, 2002.

MORENO, Arley R. Wittgenstein e os valores: do solipsismo à intersubjetividade. *Natureza Humana*, n.3(2), jul-dez. 2001, pp. 233-288.

MUÑOZ, Jacobo. Ludwig Wittgenstein y la idea de una concepción científica del mundo. In: GÁLVEZ, Jesús P. e BALDRICH, Raimundo D. (orgs). *Wittgenstein y el Círculo de Viena – Wittgenstein und der Wiener Kreis*. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 1998, pp. 105-114.

NEURATH, Otto. Sociología en fisicalismo. In: AYER, Alfred J. *El positivismo lógico*. México: Fondo de Cultura Económica, 1981, pp. 287-322.

OUELBANI, Mélika. *O Círculo de Viena*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

PEARS, David. *As idéias de Wittgenstein*. São Paulo: Cultrix, 1973.

PINTO, Paulo R. M. *Iniciação ao silêncio: uma análise argumentativa do Tractatus de Wittgenstein*. São Paulo: Loyola, 1998.

RAMSEY, Frank. Filosofia. In: AYER, Alfred J. *El positivismo lógico*. México: Fondo de Cultura Económica, 1981, pp. 325-330.

RUSSELL, Bertrand. Introdução. In: WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: Edusp, 2001.

SALLES, João Carlos. Algumas considerações sobre Deus e suas circunstâncias. *O retrato do vermelho e outros ensaios*. Salvador: Quarteto, 2006, pp. 105-120.

SALLES, João Carlos. Filosofia e terapia em Wittgenstein. *Analytica*, v.9, n.2, 2005.

SALLES, João Carlos. Uma filosofia sem destino. In: SALLES, João Carlos. *O cético e o enxadrista: significação e experiência em Wittgenstein*. Salvador: Quarteto, 2012, pp. 195-201.

SALLES, João Carlos. Nós, redes e tramas: o trabalho da filosofia em Wittgenstein. In: SALLES, João Carlos. *O cético e o enxadrista: significação e experiência em Wittgenstein*. Salvador: Quarteto, 2012, pp. 27-42.

SANTOS, Luiz Henrique L. dos. A essência da proposição e essência do mundo. In: WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: Edusp, 2001, pp. 11-128.

SCHLICK, Moritz. El viraje de la filosofía. In: AYER, Alfred. J. (org.). *El Positivismo Lógico*. México: Fondo de Cultura Económica, 1965, pp. 59-65.

SCHLICK, Moritz. *General Theory of Knowledge*. New York: Springer-Verlag, 1985.

SCHLICK, Moritz. O futuro da filosofia. *Abstracta*, n.1:1, 2004, pp. 108-122.

SCHLICK, Moritz. Positivism and Realism. In: AYER, Alfred. J. (org.). *Logical Positivism*. New York: The Free Press, 1966, pp. 82-107.

SCHLICK, Moritz. *Positivismo e Realismo* (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1980.

SCHLICK, Moritz. *Problems of Ethics*. Nova York: Prentice Hall, 1939.

SCHLICK, Moritz. ¿Que pretende la ética? In: AYER, Alfred. J. (org.). *El Positivismo Lógico*. México: Fondo de Cultura Economica, 1993, pp. 251-268.

SCHLICK, Moritz. *Sentido e Verificação* (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1980.

SCHLICK, Moritz. The Vienna School and the traditional philosophy. In: SCHLICK, Moritz. *Philosophical Papers - Volume II (1925-1936)*. Dordrecht: D. Reinel Publishing Company, 1979, pp. 491-498.

STADLER, Friedrich. Moritz Schlick – entre a natureza e a cultura. In: ZILHÃO, António (Org.). *Do Círculo de Viena à Filosofia Analítica Contemporânea*. Lisboa: Livros de Areia, 2007, pp. 45-61.

STADLER, Friedrich. *The Vienna Circle: Studies in the Origins, Development, and Influence of Logical Empirism*. Vienna e New York: Springer, 2001.

STEVENSON, Charles L. El significado emotivo de los terminos éticos. In: AYER, Alfred. J. (org.). *El Positivismo Lógico*. México: Fondo de Cultura Economica, 1993, pp. 269-286.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Cadernos 1914-1916*. Lisboa: Edições 70, 2004.

WITTGENSTEIN, Ludwig. Conferência sobre ética. In: DALL'AGNOL, Darlei. *Ética e linguagem: uma introdução ao Tractatus de Wittgenstein*. Florianópolis: Editora da UFSC; São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2005.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas* (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 1999.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Notebooks 1914-1916*. New York: Harper & Brothers Publishers, 1961.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: Edusp, 2001.

ZILHÃO, António (Org.). Introdução. In: *Do Círculo de Viena à Filosofia Analítica Contemporânea*. Lisboa: Livros de Areia, 2007.